

RESERVA EXTRATIVISTA CHICO MENDES: DOS EMPATES À PECUARIZAÇÃO?



Márcia Cristina Pereira de Melo Fittipaldy

**RESERVA EXTRATIVISTA CHICO MENDES: DOS EMPATES À
PECUARIZAÇÃO?**



Edufac 2017

Direitos exclusivos para esta edição:

Editora da Universidade Federal do Acre (Edufac)

Campus Rio Branco, BR 364, km 4, Distrito Industrial — Rio Branco-AC,
CEP 69920-900

68. 3901 2568 — **E-mail:** edufac.ufac@gmail.com

Editora Afiliada: Feito Depósito Legal



Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

Márcia Cristina Pereira de Melo Fittipaldy

**RESERVA EXTRATIVISTA CHICO MENDES: DOS EMPATES À
PECUARIZAÇÃO?**



Reserva extrativista Chico Mendes: dos “empates” à “peculiarização”?
ISBN 978-85-8236-058-3
Copyright © Edufac 2017, Márcia Cristina Pereira de Melo Fittipaldy
Editora da Universidade Federal do Acre - Edufac
Rod. BR 364, km 04 • Distrito Industrial
69920-900 • Rio Branco • Acre

» **DIRETOR**

José Ivan da Silva Ramos

» **CONSELHO EDITORIAL**

Adailton de Sousa Galvão, Antonio Gilson Gomes Mesquita, Bruno Pereira da Silva, Carla Bento Nelem Colturato, Damián Keller, Eustáquio José Machado, Fabio Morales Forero, Jacó César Piccoli, José Ivan da Silva Ramos, José Mauro Souza Uchôa, José Porfiro da Silva, Lucas Araújo Carvalho, Manoel Domingos Filho, Maria Aldecy Rodrigues de Lima, Raimunda da Costa Araruna, Simone de Souza Lima, Tiago Lucena da Silva, Yuri Karaccas de Carvalho.

» **SECRETÁRIA GERAL**

Ormifran Pessoa Cavalcante

» **EDITORAS DE PUBLICAÇÕES**

Maria Iracilda Gomes Cavalcante Bonifácio
Jocília Oliveira da Silva

» **DESIGN EDITORIAL / CAPA**

Rogério Correia

» **REVISÃO DE TEXTO**

Isaias Morais Souza

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Ufac

F547r Fittipaldy, Márcia Cristina Pereira de Melo
Reserva Extrativista Chico Mendes: dos empates à peculiarização? / Márcia
Cristina Pereira de Melo Fittipaldy. – Rio Branco: Edufac, 2017.
105 p.: il.

ISBN: 978-85-8236-058-3

1. Reserva Extrativista Chico Mendes. 2. Meio Ambiente - Acre. 3. Unidade de
conservação. I. Título.

CDD: 305.56398112

Bibliotecária Maria do Socorro de O. Cordeiro - CRB 11/667

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1: DA EXPANSÃO DA FRONTEIRA AGROPECUÁRIA PARA A AMAZÔNIA À CRIAÇÃO DAS RESERVAS EXTRATIVISTAS	17
1.1 A ditadura militar e o projeto de “modernização” na Amazônia Brasileira	18
1.2 Ocupação e Expansão da Fronteira Agropecuária no Estado do Acre	22
1.3 Lutas de resistência camponesa e indígena	26
1.4 Atuação dos STRs de Brasília e Xapuri e os emblemáticos “empates”	32
1.5 Uma nova estratégia: o Encontro Nacional dos Seringueiros e a criação das Resex’s	35
CAPÍTULO 2: CONTEXTUALIZANDO A ÁREA DE ESTUDO E O PROBLEMA EM QUESTÃO	41
2.1 Caracterização da Resex Chico Mendes	42
2.2 A Resex na “Terra de Chico Mendes”	48
2.3 Políticas e estratégias de desenvolvimento no Estado do Acre: entre o discurso e a prática do “Desenvolvimento Sustentável”	51
CAPÍTULO 3: SOBRE OS MARCOS REGULATÓRIOS DA PECUÁRIA NA RESERVA EXTRATIVISTA CHICO MENDES	59
3.1 Da autogestão à gestão “subordinada” nas Resex’s	60
3.2 De olho na pecuária por meio do Plano de Utilização: primeira versão	69
3.3 Um ajuste às exigências do SNUC: 2ª versão do Plano de Utilização	72
3.4 Deliberações do Conselho Gestor da Resex Chico Mendes no ano de 2008	79
3.5 As “últimas deliberações” do Plano de Utilização: 2009	83
CAPÍTULO 4: O X DA QUESTÃO: SOBREVIVER SEM DESMATAR OU DESMATAR PARA SOBREVIVER?	87
4.1 Desvendando a opção pela pecuária na Resex: fatores internos e externos	88
4.2 Manejo Florestal Madeireiro Comunitário: uma “alternativa” para quem?	106
CONSIDERAÇÕES FINAIS	119
REFERÊNCIAS	123



PREFÁCIO

Escrevo o prefácio deste Livro sob ambiente festivo, motivado por mais uma edição da ExpoAcre na capital do estado do Acre, Rio Branco. Na última década, essa vitrine do agronegócio da pecuária de corte consagrou-se como o mais expressivo evento cultural no Estado. Além dos nove dias de “negócios e entretenimentos” no Parque de Exposições Marechal Castelo Branco, a cidade entra no “clima cowboy”: da decoração das grandes redes de supermercado com funcionários vestidos a caráter até a cavalgada em direção ao Parque de Exposições. Na cavalgada, os cavaleiros são seguidos por uma multidão, organizada em “comitivas” que lotam os caminhões e veículos utilitários, animados pela música sertaneja e muita cerveja.... Ora, se até a população da Capital se rendeu ao “canto da sereia”, por que os moradores da floresta em geral e da Resex Chico Mendes, em particular, não haveriam de ser encantados também?

Situada nesse contexto, a pergunta que a historiadora Márcia Fittipaldy se propôs a responder em sua pesquisa de mestrado, cujo resultado agora se transforma em livro, tende a parecer menos estranha. Estranha, porque no discurso oficial aparece sempre a afirmação de que está em curso no Acre a realização do “sonho de Chico Mendes”, entretanto a “pecuarização da Resex” não combina com essa linha discursiva. O primeiro grande mérito da autora pode ser apontado na sua ousada e perspicaz pergunta.

O segundo mérito da historiadora Márcia Fittipaldy foi o de recusar as respostas simplistas e ampliar a base de dados para sua reflexão. Nessa perspectiva, após mapear as fontes secundárias, assumiu o desafio de trilhar os varadouros de alguns seringais da Resex Chico Mendes (na parte territorial pertencente ao município de Xapuri) e

conversar com os moradores em suas “colocações”. Nessa busca, a autora depara-se com uma ordem de problemas sociais decorrentes da continuidade da espoliação em curso também nesse território, que acaba repercutindo profundamente no tratamento das reflexões acerca do seu problema de pesquisa, isto é, o fenômeno da “pecuarização da Resex” passa a ser interpretado como parte de um processo mais amplo de adaptações, impulsionadas de fora para dentro, que têm levado a uma crescente perda de autonomia relativa dos moradores da Resex na gestão e uso de seu território.

O terceiro mérito da autora encontra-se exatamente no seu rico trabalho de campo aportado como elemento substancial e instigante da argumentação. Além de propiciar visibilidade aos problemas apontados através daquelas vozes sistematicamente silenciadas no interior da Resex Chico Mendes, Márcia Fittipaldy logrou conjugar de forma competente elementos de natureza externa e interna na dinâmica da pecuarização.

Existem ainda outros tantos méritos neste livro que o tornam convidativo, cabe aos leitores o prazer de identificá-los. O convite está feito, boa leitura!!!!!!!

Rio Branco, julho de 2014

Elder Andrade de Paula

Professor da Ufac

INTRODUÇÃO

Situado no interior das discussões sobre a crise socioeconômica, política e ambiental em que estão inseridas as Reservas Extrativistas (Resex's), em particular a Chico Mendes (situada no estado do Acre), bem como nas ações (ou omissões) do Estado e dos movimentos sociais para fazer face a essa realidade, este livro tem como objetivo problematizar o debate sobre conservação ambiental em contextos marcados por processos de intensificação do extrativismo, além de fornecer uma maior aproximação do período recente às pessoas que se interessam pelo destino da Amazônia.

A decisão de problematizar esse tema partiu de um conjunto de inquietações quanto às novas estratégias econômicas (a exemplo da criação de gado, acima do permitido pela legislação vigente) criadas pelos moradores da Resex Chico Mendes para permanecer na floresta em melhores condições de vida, bem como dos resultados das políticas de desenvolvimento em curso no estado do Acre desde 1999 e o seu alcance junto às populações dessa unidade de conservação.

Outros problemas enfrentados pela Resex Chico Mendes também são parte integrante de tais inquietações, dentre eles, podemos citar: os ramais intrafegáveis, dificultando o acesso e o escoamento da produção; a instabilidade de preços dos principais produtos extrativistas do Estado (borracha e castanha); o insucesso dos projetos de desenvolvimento considerados alternativos, como é o caso da pimenta-longa, pupunha, café, etc.; a ineficiência dos serviços de saúde e educação; o aumento do desmatamento por consequência do avanço do gado, entre outros.

A priorização da Resex Chico Mendes para o debate, particularmente a área que abrange o município de Xapuri-AC, aconteceu pelo fato do município ser considerado um símbolo do movimento ambiental, palco de grandes conflitos agrários e dos famosos “empates” e, em contraposição, persistem muitos problemas dessa ordem. Já os seringais Nova Esperança, Sibéria e São Pedro foram selecionados por apresentarem grande diversidade entre si (uso do solo, localização, acesso, etc.), o que pode contribuir para uma melhor compreensão da problemática proposta.

As visíveis dificuldades enfrentadas pelos moradores da Reserva Extrativista Chico Mendes, aliadas ao processo de tomada de decisão em relação ao uso da terra

para a criação do gado bovino, nos remeteram a uma série de perguntas: por que parte dos atores sociais que historicamente lutaram nos “empates” para preservar seu modo de vida e o conjunto de atividades a eles pertinentes, atualmente estão mudando suas práticas e vivências quanto ao uso do solo, defendendo a necessidade de “desmatar para sobreviver” e inserindo-se no atual processo de “pecuarização” da Resex Chico Mendes? Quais as percepções e os significados atribuídos pelos moradores da Resex acerca dessas mudanças?

Para o desenvolvimento deste estudo foram adotados os princípios do Método Estruturalista, uma vez que este respondia aos anseios da pesquisa e possibilitava uma análise coerente e aprofundada dos fenômenos observados na teoria e na prática.

Desenvolvido pelo antropólogo francês Lévi-Strauss, esse método, segundo Lakatos e Marconi (2000), parte da investigação de um fenômeno concreto, eleva-se, a seguir, ao nível abstrato, por intermédio da constituição de um modelo que represente o objeto de estudo, retomando, por fim, ao concreto, desta vez com uma realidade estruturada e relacionada com a experiência do sujeito social.

Através do método estruturalista é possível entrar na realidade concreta e em seguida construir modelos que não são diretamente perceptíveis (modelos teóricos). Tais modelos facilitam a análise e a compreensão dos diversos fenômenos observados no espaço: dinâmica das formas de ocupação e uso do solo, consequências sociais e ambientais provocadas pelas mudanças, papel do poder público e dos agentes privados no processo transformador, entre outros.

Não obstante, as mudanças que se processam em uma dada sociedade (a nível espacial, mais precisamente) podem ser analisadas através do Estruturalismo, pois elas ocorrem em espaços considerados como uma totalidade, que, por sua vez, pode ser fragmentado e estudado cada caractere que o compõe, enfocando sempre sua relação com os demais. Vale ainda ressaltar que a mudança em uma das partes da estrutura implica variações em toda sua totalidade, conforme lembra Santos (1988): “Estrutura implica a inter-relação de todas as partes de um todo; o modo de organização ou construção (...)”. Nesse sentido: “A estrutura interna, assim considerada, permite verificar as articulações do fenômeno estudado com outros fenômenos e com

a totalidade dos fenômenos. É por isso, um bom método de trabalho” (p. 50; 71).

Nessa perspectiva, realizamos o estudo sob uma abordagem qualitativa, o que possibilitou descrever com profundidade o problema em questão e apontar caminhos e reflexões para uma discussão pautada na conservação ambiental e conseqüentemente na melhoria da qualidade de vida das populações das Reservas Extrativistas. Vale ressaltar que no Brasil e no mundo essas Unidades de Conservação serão sempre alvos que despertam a curiosidade do leitor, pois foram idealizadas como uma proposta inovadora, no sentido de compatibilizar conflitos agrários, com demandas pelo uso dos bens naturais, de forma não predatória e não destrutiva, valorizando os conhecimentos tradicionais das populações que nela vivem.

Assim, organizamos este livro em quatro capítulos. No **primeiro capítulo** fazemos um resgate da conjuntura sociopolítica que precedeu a criação das Resex's, tomando como ponto de partida o processo de ocupação e expansão da fronteira agropecuária na Amazônia durante o período da ditadura militar (pós-64). Enfocamos os conflitos ocorridos no Estado do Acre e as diversas formas de resistência das populações camponesas e indígenas ao se contrapõem ao “modelo de desenvolvimento” em curso, considerado predador por envolver a derrubada de grandes porções da floresta e a expulsão das populações locais (seringueiros, ribeirinhos, castanheiros, índios) de seus habitats. O fruto dessas lutas e embates resultou na criação das Resex's.

No **segundo capítulo** apresentamos uma breve caracterização da Resex Chico Mendes, com ênfase especial para a área que fica situada no município de Xapuri, Acre, e para um dos problemas vivenciados por esta Unidade de Conservação na atualidade: o avanço da criação de gado e o conseqüente aumento do desmatamento. Na sequência, procuramos demonstrar o antagonismo que há entre o discurso oficial do governo do estado do Acre - que credita sucesso ao Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS), em execução nesse Estado desde janeiro de 1999 (ano em que o Partido dos Trabalhadores assumiu pela primeira vez o Governo do Estado) e que tem como eixo principal as questões ligadas à floresta e a valorização de suas populações - e a prática dos moradores da Resex Chico Mendes,

que vêm crescentemente desenvolvendo a atividade da pecuária no interior desta Unidade de Conservação, pondo em xeque o papel ambiental da Resex e o modelo de desenvolvimento em curso.

No **terceiro capítulo** discutimos acerca da mudança ocorrida na estrutura de gestão das Resex's a partir da Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional das Unidades de Conservação (SNUC) e sua influência sobre a perda de autonomia e controle do território dessas Unidades de Conservação pelas populações locais. Acompanhamos também as principais modificações e decisões emanadas pelo Conselho Gestor ao Plano de Utilização da Resex Chico Mendes a fim de averiguar sua relação com a expansão do capital financeiro e do agronegócio no estado do Acre.

No **quarto capítulo** nos debruçamos sobre a tarefa de compreender o processo de tomada de decisão dos seringueiros moradores em relação ao uso da terra para a criação do gado bovino. Na esteira desse percurso fizemos uma sucinta abordagem a respeito do Manejo Florestal Madeireiro Comunitário, com intuito de promover uma reflexão sobre quem se beneficia com esse processo.

Nas **considerações finais**, esboçamos os principais resultados alcançados no decorrer deste estudo, dando por suposto que as políticas e estratégias de desenvolvimento em curso no Acre desde 1999 não têm sido capazes de promover o rompimento da destruição do meio ambiente, tampouco a sustentabilidade socioeconômica das populações rurais.



CAPÍTULO 1:
DA EXPANSÃO DA FRONTEIRA
AGROPECUÁRIA PARA A AMAZÔNIA À
CRIAÇÃO DAS RESERVAS EXTRATIVISTAS

1.1 A ditadura militar e o projeto de “modernização” na Amazônia Brasileira

A compreensão da criação das Resex's na década de 1990 passa necessariamente pelo entendimento do processo de ocupação da Amazônia Brasileira no pós-64 e a inserção do estado do Acre nesse contexto. Nesse período a Amazônia e o Acre foram inseridos em um novo modelo econômico e político de desenvolvimento, cujas diretrizes foram delineadas pelos programas e planos nacionais de desenvolvimento.

Para pôr em prática a “modernização conservadora” o Governo Federal adotou para si a iniciativa de “indutor do desenvolvimento”, tendo como estratégia um projeto geopolítico de “integração e controle” do território nacional, baseado na ideologia da Doutrina de Segurança Nacional. O discurso oficial foi construído numa perspectiva de que era preciso colocar o Brasil na condição de uma potência equiparável aos países desenvolvidos e ao mesmo tempo, defendê-lo do comunismo, que vinha sendo articulado internamente pelos movimentos de esquerda em conjunto com a antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

Nessa conjuntura, a Amazônia assumiu importância primordial fundamentada na ideia de que possuía uma base considerável de recursos naturais (especialmente minerais), grande superfície e vastos “espaços vazios”. Ao mesmo tempo, foi creditada à região uma situação de vulnerabilidade em decorrência das fronteiras com outros países e de potenciais ameaças externas à sua soberania (ALLEGRETTI, 2002). De acordo com Mahar (1978, p.30), “embora o desenvolvimento econômico continuasse como importante objetivo da política, os objetivos de ocupação e integração física assumiram importância primordial” na Amazônia Brasileira.

Na realidade, a região foi percebida como um meio para resolver os problemas que afligiam toda a ordem socioeconômica, bem como a solução para absorver um contingente de populações rurais excedentes do Sul e Sudeste, expulsos pelos fenômenos da modernização da agricultura. É sabido que desde a metade da década de 50 vinha ocorrendo no Brasil um notável desenvolvimento industrial, que abarcava também o setor agrícola, principalmente nas regiões mais próximas dos centros industrializa-

dos. Essa expansão industrial foi feita com base na importação maciça de capital dos países desenvolvidos, gerando ao Brasil dependência externa e endividamento. Em uma tentativa de amenizar essa situação o Brasil aderiu a uma política de exportações.

Na medida em que a modernização da agricultura avançava, era necessária uma menor quantidade de trabalhadores, que até então dependiam da terra para sobreviver. Estes, separados dos meios de produção se submetiam a trabalhos temporários ou migravam para as cidades mais próximas, proletarizando-se e engrossando a mão de obra industrial de reserva. Há também os que vinham juntamente com a família para as áreas da fronteira agrícola, a fim de trabalharem na terra, ainda que de forma precária (DUARTE, 1987).

A situação dos pequenos produtores não era diferente, tampouco melhor, pois se viram obrigados a vender suas propriedades (que por sinal foram bem valorizadas) por não terem condições de produzir, para competir com essa modernização, e nem de adquirir mais terras. A maioria deles optou por migrar para as “novas áreas da Amazônia”, onde as terras eram mais baratas, o que possibilitava a eles a compra de lotes maiores, além disso, havia os incentivos dos governos federal e estadual (DUARTE, 1987).

A partir de 1966, o governo federal canalizou especial atenção para a Amazônia, através de uma série de programas, planos, medidas legais e institucionais tais como: a transformação do Banco de Crédito da Borracha em Banco da Amazônia S/A (BASA); a criação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), além de outras medidas e estratégias contidas no Programa de Integração Nacional (PIN) e posteriormente, via Planos Nacionais de Desenvolvimento Econômico e Social (I PND - 1972-1974 e II PND - 1975-1979) (COSTA, 2001; PAULA, 2005).

Essas políticas, além de serem voltadas a promover a ocupação da região e sua integração à economia do restante do país, destinavam-se também a reabrir a Amazônia ao desenvolvimento extensivo do capitalismo nacional e estrangeiro (DUARTE, 1987).

(...) da estratégia fazia parte a realização de grandes obras de infraestrutura, que tinha como objetivo anunciado a “integração da região ao Brasil”, camuflando o interesse e “entrega” de seus recursos ao capital nacional e internacional através da facilitação de escoamento dos recursos naturais (madeira, minérios) baseado em um forte esquema de isenção fiscal às empresas que ali se instalavam. Com o discurso de integração da Amazônia ao mercado mundial, sintetizado no lema “integrar para não entregar”, praticava-se a entrega da Amazônia ao mercado mundial. (CUNHA, 2010, p. 34)

Os investimentos em infraestrutura se deram principalmente nas áreas de energia, transportes e comunicações, sendo, em sua maioria, financiados através de empréstimos junto aos bancos multilaterais ou parcerias com o capital privado internacional. Como exemplo, podemos citar a construção das rodovias Transamazônica, Cuiabá- Rio Branco e Cuiabá-Santarém (ALLEGRETTI, 2002; PAULA, 2005).

Em virtude do potencial de recursos – mineral, madeireiro, agrícola e agropecuário – que a região amazônica possuía, o II PND concebeu-a como uma “fronteira tropical” (SERRA; FERNANDEZ, 2004). Refletindo essa ideia, o Estado brasileiro propôs o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA), estabelecendo quinze polos de desenvolvimento em áreas selecionadas. Os investimentos eram prioritariamente voltados para infraestrutura.

(...) Além disso, os incentivos fiscais seriam concedidos pelo governo federal com o propósito de estimular as atividades voltadas para a exportação em benefício das empresas privadas. Este programa, na verdade, marcou uma mudança na política governamental brasileira, pois passou a priorizar as grandes companhias agroindustriais, a produção agropecuária e os projetos de colonização privada, associados aos investimentos em infra-estrutura e em extração e beneficiamento de minerais. (BRASIL, 1974 *apud* SERRA; FERNANDEZ, 2004, p. 113)

(...) Esse programa foi uma espécie de transição das ações do INCRA, para a colonização particular, já que o governo vinha sendo criticado pelos colonos assentados, que denunciavam a

inoperância do órgão federal e a situação de abandono em que se encontravam e, por outro lado, os empresários exigiam recursos para seus projetos de concentração da terra. (MAIA, 2009, p. 61)

De acordo com Duarte (1987), em avaliação feita pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Amazônia, foi constatado que o POLAMAZÔNIA fracassou em suas finalidades principais, que eram as de fomentar a infraestrutura em regiões prioritárias da Amazônia e viabilizar a distribuição de terras e de créditos a pequenos produtores no Norte e Nordeste, pois na maioria das vezes, seus recursos acabaram sendo utilizados pelos grandes empresários. Na avaliação de Maia (2009), o Programa também teve resultados insatisfatórios, devido às condições climáticas e ambientais. Continuando com sua análise, Maia (2009, p. 61) traz a seguinte afirmação, a respeito dessa situação:

(...) Trabalhadores de diferentes regiões do país, como os do sertão nordestino, foram assentados próximos aos trabalhadores oriundos do Paraná, do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, do Espírito Santo, todos eles estranhos entre si e, principalmente estranhos para e ao ambiente. O resultado foi o expressivo abandono das terras por parte dos colonos.

Em linhas gerais, os grandes projetos implementados pelos governos militares na região amazônica não conseguiram promover uma ocupação espacial eficiente e bem organizada, como havia sido proposto (SERRA; FERNANDEZ, 2004). A concentração fundiária, a exploração predatória dos recursos naturais, os fracassos dos projetos de interligação pelas estradas e o agravamento das disparidades sociais são algumas das demonstrações do mau êxito desses projetos, que deixaram traços que permanecem até os dias de hoje.

Em todo o processo não foram respeitadas as vivências e os direitos das populações locais. Estas foram expropriadas, excluídas e “marginalizadas”. O que prevaleceu no “Projeto de Desenvolvimento, Integração e Segurança” foram os interesses dos grandes grupos industriais e financeiros, quer sejam eles nacionais ou internacionais.

1.2 Ocupação e Expansão da Fronteira Agropecuária no Estado do Acre

Como parte dessa conjuntura, as políticas de governo ligadas ao Plano de Integração Nacional da Amazônia (incentivos fiscais dos governos federal e estaduais⁰¹) favoreceram o processo de ocupação e expansão da fronteira agropecuária no Estado do Acre, na década de 1970. Até então, o extrativismo, com prioridade para extração gomífera, se constituía como a principal atividade econômica desse Estado.

Entre as ações que impulsionaram as migrações “destacam-se os Projetos de Colonização Dirigida (PAD), a construção de rodovias e o incentivo à aquisição de terras por grupos empresariais do Centro-Sul do Brasil - (nacionais e estrangeiros)” (ACRE, 2006a, p. 77).

O então governador Francisco Wanderley Dantas (1971-1975), fiel às orientações do governo federal, fez veicular em todo país propagandas que destacavam as potencialidades naturais que o Estado possuía, dando ênfase à fertilidade do solo como adequado para implantação da agricultura e da pecuária, sob o *slogan* “Produzir no Acre, Investir no Acre, Exportar pelo Pacífico” (CALIXTO; SOUZA; SOUZA, 1985). No discurso, o Acre deixava definitivamente de ser o “fim do Brasil” para se transformar em rota de passagem para o escoamento da produção agropecuária para a Ásia, via portos do Pacífico (MAIA, 2009).

Atraídos pelas facilidades oferecidas pelos governos federal e estadual, centenas de empresários do Centro-Sul e migrantes, provenientes na grande maioria do Sul e Sudeste, deslocaram-se para a região acreana e compraram grandes áreas de terra a preços irrisórios. Faziam parte do conjunto de atrativos as isenções e incentivos fiscais, o baixo preço da terra, a probabilidade de abertura de mercado externo via Oceano Pacífico, além da perspectiva de valori-

01. Os incentivos fiscais federais eram oferecidos mediante legislação específica para este fim e incluíam isenções de impostos e taxas federais, dedução de imposto de renda, financiamento de projeto de expansão e modernização da pecuária e agroindústria, obtenção de créditos, dentre outros. Já os incentivos estaduais, além de reforçar os federais, ofereciam os serviços dos órgãos estatais para elaboração de projetos agropastoris e a estrutura para implantação destes, além de recursos do BANACRE (Banco do Estado do Acre), Banco do Brasil, BASA (Banco da Amazônia) e SUDHEVEA (Superintendência da Borracha), com juros baixíssimos e longo prazo de carência de pagamento (DUARTE, 1987).

zação futura da terra por consequência dos investimentos em infraestrutura que estavam sendo realizados no Estado. Para se ter uma noção do quão rápido foi o processo de vendas, “em 1978, cerca de um terço das terras cadastradas no INCRA – aproximadamente 4 milhões de hectares (ha) – encontravam-se sob o domínio de investidores do Centro-Sul, em sua maioria oriundos do Estado de São Paulo” (PAULA, 2005, p. 71).

Muitos desses compradores chegaram com disposição para investir no setor produtivo e implantar as atividades agropecuárias. Em contrapartida, também vieram um punhado de oportunistas com a intenção de transformar as terras em mercadoria da especulação fundiária. A esse respeito, Calaça (1993) enfatiza que a especulação fundiária assumiu diversas facetas, que incluíam a falsificação de documentos, aquisição de terras a espera de valorização para revenda a outros proprietários, desvio de recursos públicos, crédito fácil e barato para outras atividades, inclusive em empreendimentos fora do Estado.

Vale ressaltar que um dos aspectos importantes que criou as condições necessárias para esse novo tipo de ocupação foi à crise do extrativismo, principal atividade econômica do Acre. Esta crise teve início ainda em 1912, quando a produção de borracha do Sudeste asiático conseguiu superar o extrativismo brasileiro no mercado internacional. Perdurou nos períodos subsequentes, exceto durante o período da Segunda Guerra Mundial (Segundo Surto da Borracha), vindo a agravar-se “na segunda metade da década de 60, com a quebra do monopólio da compra e venda da borracha no mercado nacional” (CALAÇA, 1993, p.150).

Com o colapso da economia extrativista (anos subsequentes a Segunda Guerra Mundial), a maioria dos seringais foram abandonados pelos seringalistas, não havendo naquele momento quem se interessasse por comprá-los. Os seringalistas falidos e endividados com as agências financiadoras (exemplo: BASA), migraram para as cidades ou para fora do Estado, entregando as terras a administradores ou cedendo a arrendatários.

Os seringueiros ficaram abandonados. Grande parte deles, sem opção, permaneceu nos seringais, vivendo sob o domínio dos novos administradores/arrendatários, em situação semelhante ao antigo regime de exploração e subordinação – seringueiro *versus* seringalista. Outros fica-

ram “tomando conta” do domínio territorial do patrão, jogados à própria sorte, pois algumas terras não haviam sido sequer arrendadas. Estes procuraram sobreviver da pequena produção da borracha, castanha, caça e agricultura. Há também os que se tornaram autônomos e ainda os que atravessaram a fronteira e foram tentar a sorte em países vizinhos como o Peru e a Bolívia, onde ainda se vislumbrava uma perspectiva de lucro nas atividades extrativistas e acima de tudo a liberdade das explorações e violências impostas pelos então proprietários.

Nesse espaço de tempo, modos de vida diferenciados foram sendo construídos pelos seringueiros. Nos seringais, mais especificamente nas “colocações”⁰², eles redescobriam e recriavam valores de vida familiar e comunitária em suas práticas sociais, culturais e religiosas. Passaram a desenvolver uma produção agroextrativista, voltada para o sustento da família, plantando pequenos roçados, caçando, pescando e criando animais. Com isso, acumularam uma imensa experiência da floresta e da diversidade das espécies nativas, bem como da complexidade dos sistemas ambientais. “O domínio da propriedade fundiária era algo que não lhes perturbava, pois na floresta, viviam na terra e da terra, sem qualquer questionamento desses direitos” (SILVA, 2005, p. 115 *apud* SILVA, 2007, p. 297).

Essa situação ganhou outro enfoque com a chegada desses novos proprietários do Centro-Sul, que tão logo passaram a ser conhecidos pela alcunha de “paulistas”⁰³. Ao adquirirem os imóveis, os “paulistas” constatavam que ainda havia seringueiros naqueles locais. Apesar da crise do extrativismo, grande parte deles não havia abandonado as terras, pois elas, além de altamente produtivas,

02. “Colocações” é uma expressão regional, criada para designar as diversas áreas de um seringal onde estavam dispostas e localizadas as estradas de seringa, e consequentemente a humilde moradia do extrator de látex (seringueiro) (MAIA, 2009). Um seringal possuía diversas colocações. “A colocação é o centro das estradas de seringa, isto é, dos caminhos através dos quais os seringueiros fazem o corte e a coleta do látex das seringueiras” (Zanoni, 1979, p. 34 *apud* Morais, 2008, p. 25).

03. O termo “paulistas” foi criado pela população amazônica para designar as pessoas que vinham de outros Estados para o Acre (empresários do Centro-Sul e migrantes rurais, provenientes na maioria do Sul e do Sudeste) no intuito de implementar atividades agropecuárias ou transformar as terras em mercadoria da especulação fundiária. Ele possuía valor pejorativo, associado aos males causados aos acreanos através das vendas dos seringais. O termo também foi amplamente utilizado para fazer uma distinção entre as pessoas que já moravam no Acre (“acreanos”) e as que tinham vindo de outros Estados (“paulistas”) (ALLEGRETTI, 2002).

constituíam-se nos seus modos e meios de vida. Entretanto, não houve por parte dos novos donos interesse na permanência dessas populações nos seringais, pois daí em diante a propriedade da terra se dava de forma diferenciada da época em que predominava a relação seringueiro *versus* seringalista. No extrativismo, o seringalista não se importava que o seringueiro tivesse a posse da sua colocação, nem tampouco o direito de permanecer nela. De fato, o que ele queria era manter o seringueiro no local e conseguir explorar o máximo de todo o seu trabalho. Os conflitos ocorriam justamente por causa dessa exploração e submissão do seringueiro ao seringalista.

Em contrapartida, nessa “nova” relação capitalista, os novos proprietários precisavam manter as áreas desocupadas, pois elas haviam se transformado em mercadoria da especulação fundiária, devendo estar livres para serem negociadas e melhor valorizadas (CALAÇA, 1993). Obedecendo a esta lógica, teve início o processo de “limpeza humana”⁰⁴ dos seringais, que foi acompanhada por grandes conflitos e lutas econômicas, ideológicas, sociais e culturais. Para Calaça (1993, p. 165):

A expropriação dos seringueiros através de sua expulsão das terras tem duplo aspecto. De um lado, permitia aos proprietários regularizar a situação das terras junto ao INCRA e assim poder pleitear com sucesso os incentivos fiscais através da SUDAM. De outro, precisavam de homens “livres”, destituídos de meios de produção, para poderem atuar como mão de obra na implantação das fazendas.

As estratégias e ações utilizadas por fazendeiros para conseguir retirar os seringueiros dessas áreas foram as mais variadas possíveis, fazendo parte desse conjunto os incêndios das plantações, o abatimento das criações por disparos com armas de fogo de grosso calibre, espancamento de seringueiros e de seus familiares, demolição seguida de incêndios das moradias dos seringueiros ou até mesmo a oferta de uma pequena indenização, que quando aceita, dava apenas para sobreviver por alguns

04. Referimo-nos ao processo de retirada e/ou expulsão violenta dos seringueiros de suas “colocações”, pelos novos proprietários de terras acreanas (“paulistas”) que objetivavam implementar atividades agropecuárias ou transformá-las em mercadoria da especulação fundiária. Para isso, eles queriam manter as áreas desocupadas.

meses (MAIA, 2009). Parte deles, intimidados com as pressões e ameaças que sofriam constantemente, abandonaram as terras, embora estivessem despreparados para enfrentar uma vida urbana, migraram para as periferias das cidades acreanas. Outros se mudaram para os seringais bolivianos. Os que ficaram no campo procuraram as mais variadas formas de defesa.

Em alguns casos, visando acelerar o processo de expulsão, principalmente nos lugares onde o conflito era mais acirrado, os fazendeiros contratavam jagunços e pistoleiros de “fora” do Estado para executarem os “serviços”. A postura adotada pelo Estado frente a esses desmandos quase sempre era a do “silêncio”. Uma vez ou outra, se posicionava a favor da retirada dos seringueiros através da justiça (polícia, promotores, oficiais de justiça, etc.), dando a entender que os novos proprietários estavam corretos, pois possuíam contratos de compra e venda das áreas e tinham o legítimo direito de ocupá-las (ainda que esses contratos fossem objetos de falsificações).

Os conflitos relacionados à luta pela terra proliferavam-se tanto no campo, quanto nas cidades, especialmente quando tinha início um processo de derrubada da floresta para a instalação de pastagens. Os seringueiros percebiam que estavam perdendo suas áreas de produção extrativista, as quais haviam sido o “ganha pão” durante toda a vida. Na prática do extrativismo, o ideal é manter a “floresta em pé”, explorando-a racionalmente; exatamente o oposto das atividades que ora se instalavam - agricultura e pecuária - que priorizavam a derrubada da floresta.

1.3 Lutas de resistência camponesa e indígena

Como forma de reação ao projeto de “modernização conservadora” em curso emergiram novos movimentos sociais, a favor de um reordenamento da estrutura fundiária, permanência na terra e luta pela vida, advindos principalmente das populações locais (seringueiros, castanheiros, índios, ribeirinhos), que aliados a ambientalistas e simpatizantes passaram a acreditar na mudança através da união, capacidade de organização e mobilização (ALLEGRETTI, 2002).

O primeiro apoio manifestado à organização dos seringueiros veio da Igreja Católica, que na época passava por um momento de reconfiguração em nível nacional, ten-

do como expressividade a adoção da Teologia da Libertação e a formação das Comunidades Eclesiais de Base (CEB). No Estado do Acre, especialmente através da Prelazia do Acre e Purus, com sede em Rio Branco, atuou de forma decisiva através das CEBs e da Comissão Pastoral da Terra (CPT), conscientizando os trabalhadores e seringueiros de seus direitos, bem como da necessidade de engajamento político na luta por uma sociedade mais justa e igualitária. “Através das CEBs, os trabalhadores começaram a tomar consciência dos seus direitos e a compreender a necessidade de construir uma união entre eles para lutar contra o inimigo” (PAULA, 1991, p.74).

É preciso lembrar que o Brasil nesta época vivia o período conhecido como “anos de chumbo”, governado por militares que adotavam posturas antidemocráticas. Não eram admitidos quaisquer tipos de manifestações contrárias ao regime vigente. Em especial, trabalhadores, líderes sindicais e comunistas foram alvos de perseguição e repressão. Nem mesmo os desmandos por eles sofridos podiam ser denunciados através da imprensa nacional e local, as quais viviam sob forte censura. A Igreja Católica, na condição de instituição religiosa, possuía autonomia para atuar através da ação das CEBs na organização dos trabalhadores, defendendo no campo a idéia da resistência na terra, especialmente porque na época ainda não haviam sido fundados os sindicatos (posteriores defensores dessa corrente ideológica) (CALAÇA, 1993).

Para Morais (2008) o novo posicionamento adotado pela Igreja (Prelazia do Acre e Purus) sinaliza um rompimento com o seu passado, antes restrito a visitar as comunidades ribeirinhas apenas com missões relacionadas a batismo, casamento, confissão e pregação da resignação cristã. A mesma autora diz que essas missões, conhecidas como “desobrigas”, eram financiadas pelos patrões seringalistas, o que levava os missionários a não mencionarem assuntos referentes à posse de terra, apenas faziam elogios aos que as encomendavam.

A postura adotada pela Igreja Católica frente a essa situação lhe rendeu duras críticas, principalmente por parte da classe dominante, Estado e fiéis, que acusavam alguns membros de propagarem ideias comunistas. Alguns deixavam até de frequentar as atividades religiosas. Por se posicionarem a favor dos trabalhadores, alguns padres e

membros da Igreja foram punidos com afastamentos das funções e transferências para outras cidades ou para fora do Estado.

Outra forte aliada desta luta veio a instalar-se no Acre em maio de 1975 - a Delegacia Regional da Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), com a “missão principal de fundar sindicatos e lutar pelo cumprimento das leis que amparavam os direitos dos trabalhadores” (PAULA, 2005, p.103). Buscando aperfeiçoar tal ideal, tomou o Estatuto da Terra como base de suas reivindicações, em um trabalho de conscientização e organização forjou uma nova identidade para os seringueiros, passando a chamá-los de “posseiros”. A ideia era de que apesar de não terem documentos de donos das terras, eles tinham adquirido o direito de posse por habitarem aqueles seringais havia muitos anos (PAULA, 2005).

De acordo com Paula (1991), na intenção de nor-tear as conquistas pela terra no Acre, esta delegacia desenvolveu juntos aos “posseiros” algumas táticas como: 1) Eles deveriam permanecer na terra, mesmo quando ameaçados ou intimidados pelos latifundiários ou peões, pois estariam amparados pelo Estatuto da Terra, que previa direito de posse para as pessoas que ocupassem a terra por mais de um ano e um dia consecutivos; 2) Os “posseiros” não deveriam pagar renda ao “patrão”, pois assim reconheciam-nos como proprietários. Com o passar do tempo essas táticas se tornaram inoperantes e outras estratégias foram sendo planejadas e implantadas, como veremos adiante.

Como fruto de uma ação conjunta da Igreja Católica e da CONTAG foram fundados os primeiros Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs), no Acre. Em 1975, criaram-se os dos municípios de Sena Madureira e Brasiléia; em 1976, os de Rio Branco, Cruzeiro do Sul e Tarauacá; em 1977, os de Xapuri e Feijó, seguidos gradativamente por outros (PAULA, 1991). É do interior desses sindicatos que emerge o Movimento dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais do Acre (MSTR), principal protagonista do processo de resistência e luta pela terra⁰⁵.

Em particular, uma ação que também remeteu colaboração “a causa dos seringueiros” foi a postura do

05. Maiores informações sobre Sindicalismo no Acre podem ser encontradas em: PAULA, Elder Andrade de. *Seringueiros e Sindicatos: um povo da floresta em busca de liberdade*. Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA, 1991. (Dissertação de Mestrado).

novo Governador do Acre, Geraldo Mesquita (Aliança Renovadora Nacional – ARENA/1975-1978). Diferente de seu antecessor e por vezes até “convergente” com a dos trabalhadores, da Igreja Católica e da CONTAG, seus posicionamentos eram contra a expansão agropecuária na região e a favor da permanência do extrativismo. Para Paula e Silva (2006) apesar de oportuna, essa postura também “deve ser entendida no contexto de disputa interclasses que se travavam naquele momento em torno das definições da apropriação do território acreano” (p. 112).

A nomeação de um governador com esse perfil deve-se à rearticulação das forças internas da classe dominante local, capitaneada pelos setores ligados ao comércio da borracha, que viam em Mesquita o nome mais adequado para orientar as políticas do Estado em defesa de seus interesses, ligados basicamente ao revigorecimento do extrativismo da borracha na região. (PAULA, 1991, p. 77)

Frente a esse quadro social, Geraldo Mesquita pleiteou junto ao governo federal políticas voltadas para revitalização da borracha e a desapropriação de áreas de terras, que seriam destinadas tanto aos acreanos expropriados ou em vias de expropriação dos seringais e fazendas, quanto aos trabalhadores rurais do centro-sul, expropriados das grandes fazendas mecanizadas de suas regiões de origem. Com essa medida ele também pretendia desmobilizar os conflitos de terra existentes e resolver o problema socioeconômico que ora se instalava nas cidades acreanas (grande número de pessoas oriundas do campo e o conseqüente aumento de desempregados), promovendo o retorno desses cidadãos ao campo.

Seus pleitos foram parcialmente atendidos pelo governo federal, o qual tratou de desapropriar 292.000 ha de terra do município de Sena Madureira e 408.000 ha em Rio Branco. Para ocupação destas áreas, o INCRA adotou a metodologia de Projetos de Assentamento Dirigidos (PADs), e em parceria com outros órgãos e autarquias passou à execução dos assentamentos (CALIXTO; SOUZA; SOUZA, 1985). A partir de então, foram criados os PADs Boa Esperança (1977- localizado no município de Sena Madureira) e Pedro Peixoto (1977- localizado nos municípios de Rio Branco, Senador Guiomard, Acrelândia e Plácido de Castro). Posteriormente, foram implantados os PADs Hu-

maitá (1981- localizado no município de Porto Acre); Quixadá (1981- localizado no município de Brasília) e Santa Luzia (1982 - localizado no município de Cruzeiro do Sul) (CALIXTO; SOUZA; SOUZA, 1985 e INCRA, 2012).

Objetivando promover a continuidade das ações de “reforma agrária” e ainda regularizar a situação fundiária de áreas onde já se registravam a presença de “posseiros”, também foram criados, em 1982, os Projetos de Assentamento Rápido (PAR) Aleluia (localizado no município de Manoel Urbano) e Mário Lobão (localizado no município de Sena Madureira) (CALIXTO; SOUZA; SOUZA, 1985 e INCRA, 2012). Nesses projetos, “o reconhecimento do “domínio da terra” foi feito inicialmente através de Autorização de Ocupação (AO) e, num processo rápido, as parcelas foram demarcadas, recebendo de imediato o Título Definitivo Rural (TDR)” (ACRE, 2006a, p. 111). Na tabela a seguir podemos verificar a situação em que se encontram atualmente esses Projetos. Os dados foram fornecidos pelo INCRA/AC, em janeiro de 2012, através do Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA) do INCRA.

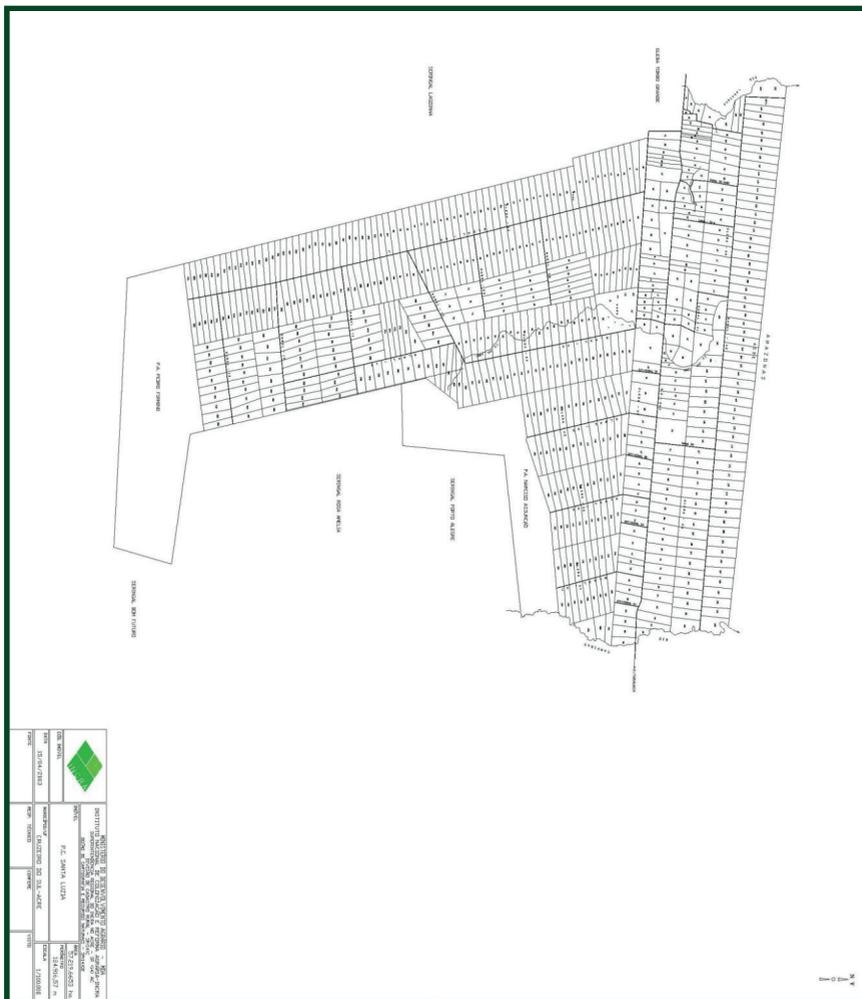
Tabela 1. Projetos de Assentamento Dirigido (PAD) e Projetos de Assentamento Rápido (PAR):Área, capacidade de assentamento, número de famílias assentadas (tituladas e não tituladas) e número de vagas e excedentes - 2012

Nome do Projeto	Área (ha)	Capacidade de famílias	Número de famílias assentadas			Número de	
			Titulados	Não titulados	Total	Vagas	Excedentes
PAD Pedro Peixoto	296.243,87	4.727	2.035	2.635	4.670	57	-
PAD Boa Esperança	80.150,9465	1.076	696	288	984	92	-
PAD Humaitá	61.179,0000	951	143	808	951	-	-
PAD Quixadá	76.741,3720	1.032	636	382	1.018	14	-
PAD Santa Luzia	62.267,8794	898	365	515	880	18	-
PAR Mário Lobão	29.914,0000	440	-	283	283	157	-
PAR Aleluia	18.300,0000	274	-	141	141	133	-

Fonte: INCRA. SR,14/ACRE, janeiro de 2012.
Organizado por Márcia Fittipaldy

Um dos grandes problemas dessa reterritorialização é que ela desconsiderava a ocupação anterior e as experiências das populações tradicionais, as quais baseavam a divisão de terras em lotes assimétricos, respeitando principalmente os cursos d'água, abundantes na região, as estradas de seringa ou outros acidentes naturais (lagos) (MAIA, 2009). O mapa a seguir é do PAD Santa Luzia, o qual exemplifica muito bem esta situação.

Figura 1. Mapa do Projeto de Assentamento Dirigido Santa Luzia, em Cruzeiro do Sul.



Fonte: INCR.A.SR.14/ACRE, 2012.

Outro problema é que o governo não canalizou investimentos em infraestrutura, saúde e educação. Diante dessa situação, parte dos assentados abandonaram e/ou venderam as terras.

Embora sempre em áreas de conflito, desapropriados para tais fins, esses projetos introduziram forma de demarcações da propriedade em cortes retilíneos e retangulares. Isso quebrava com as dimensões territoriais das colocações. Aí a vivência seringueira estava inviabilizada, pois esses territórios edificados no âmbito dessas políticas de colonização e assentamento, [sic] negavam a floresta em suas potencialidades produtivas e socioambientais para o homem rural viver. Mesmo com essas ações governamentais vinda como respostas aos embates dos movimentos sociais, essas modalidades não atendiam suas reivindicações. (SILVA, 2007, p. 300)

Apesar das circunstâncias, os projetos de assentamento conseguiram acalmar por certo tempo os ânimos de parte dos seringueiros e “posseiros”, que de forma precária lutaram para permanecer nos locais. Isso refletiu também na desarticulação temporária do movimento de resistência daquela “gente”.

1.4 Atuação dos STRs de Brasiléia e Xapuri e os emblemáticos “empates”

No ano de 1976, o STR de Brasiléia organizou uma ação que mais tarde viria a ser corporificada mundialmente como uma das principais estratégias de resistência dos seringueiros do Acre à expulsão das terras e derrubada da floresta – o primeiro “empate” (estratégia criada pelos seringueiros para impedir ou embargar o desmatamento dos seringais). O impasse aconteceu no Seringal Carmem, em Brasiléia – Acre, quando o fazendeiro ameaçou expulsar os seringueiros da área, mas eles se recusaram a sair. Em resposta a essa tentativa de expulsão, seringueiros e STR desenvolveram uma estratégia para impedir o desmatamento, na qual cerca de 60 homens mantiveram-se no local por três dias consecutivos, cercando o acampamento dos peões e impediram que fosse realizada a derrubada das árvores. Essa ação obteve resposta satisfatória, pois resultou que o fazendeiro, os representantes do STR e da delegacia da CONTAG se reuniram para conversar e, através de um

acordo, decidiram que os seringueiros se retirariam da terra, mas em troca receberiam indenizações por suas colocações – pequenas áreas de terra em lotes individualizados de 25 ha cada um (PAULA, 1991; CALAÇA, 1993).

Os “empates” acabavam sendo respaldados no Código Civil de 1917, no seu artigo 502 que dispunha sobre o esforço possessório. O referido artigo defendia o direito dos posseiros contra qualquer ação que visasse ao despejo. Então as organizações sindicais passaram a atuar dessa forma, ou seja, impedindo as expulsões dos trabalhadores rurais de suas áreas de moradia, mas de maneira organizada e pacífica. A Contag incentivava esse tipo de prática porque era uma ação legal. (PAULA; SILVA, 2006, p. 112)

A partir de 1977, sob a direção do sindicalista Wilson Pinheiro, o movimento dos seringueiros em Brasília atinge seu auge, indo além das fronteiras e alcançando o município de Boca do Acre, pertencente ao Estado do Amazonas, além de espalhar-se para outros locais onde o conflito pela terra estava presente. A atuação deste líder permitiu que o movimento dos “empates” ganhasse o entusiasmo e a confiança dos seringueiros. “O Movimento dos Empates consistiu, sobretudo, na resistência de gentes da floresta – famílias seringueiras – contra a expansão do capital agropecuário que buscava se territorializar através do latifúndio pecuarista” (GOETTERT; ALBUQUERQUE, 2007, p. 1).

Na maioria desses “empates”, os seringueiros comparecem armados com suas espingardas de caça ou com terçados (um tipo de facão de grandes dimensões utilizado no trabalho dos seringueiros e de outros trabalhadores da região) o que assustava muito os “peões”, fazendo com que estes abandonassem a área. Com a intervenção da polícia, os seringueiros procuravam esconder suas armas para evitar que estas fossem apreendidas. (PAULA, 1991, p. 163)

Na tentativa de inibir a repressão policial, constantemente presente nesse movimento, os seringueiros foram introduzindo inovações, sendo que a mais conhecida foi a inclusão de suas mulheres e filhos (antes o movimento era restrito aos homens) nos empates. Contudo, apesar da atitude mais pacificadora mantida pelos policiais, fazendeiros e peões diante das novas presenças, as “coisas” nem sempre caminhavam para um final feliz. Há relatos e evi-

dências, que confirmam que não somente no Acre, mas em toda a Amazônia, houve muitas prisões e assassinatos, principalmente de líderes sindicais, por motivo de interesses antagonísticos em relação à posse da terra e a implantação das atividades agropecuárias. Nesse contexto, merecem ser lembradas duas lideranças do Movimento Sindical do Acre: Wilson Pinheiro (Brasiléia - 1980) e Chico Mendes (Xapuri - 1988), ambos assassinados por questões relacionadas à defesa da floresta e luta pela terra.

Com a morte de Wilson Pinheiro, no ano de 1980, há um enfraquecimento no movimento de resistência dos seringueiros de Brasiléia, fazendo emergir uma nova luta através do STR de Xapuri. Visando atender as expectativas dos seringueiros, este sindicato entre 1981 e 1983 modificou a direção por duas vezes, sendo uma troca realizada em julho de 1982 e a outra em maio de 1983 quando Chico Mendes assumiu a presidência (PAULA, 1991). Foi então que na figura de Chico Mendes o STR de Xapuri passou a se destacar pela capacidade de mobilização dos seringueiros e sucesso na realização de um grande número de “empates”.

Faz-se imprescindível lembrar que esse momento coincide com a eclosão das mobilizações e protestos por toda parte do país clamando pelo retorno da democracia e por reformas políticas e institucionais. Como parte das conquistas obtidas, podemos lembrar a anistia aos presos políticos, o retorno dos exilados ao país e o fim do bipartidarismo.

Neste contexto, “seguindo um movimento nacional, em 1980, criou-se o Partido dos Trabalhadores (PT) no Acre com apoio majoritário dos STRs, que detinham uma ampla base de seringueiros” (CUNHA, 2010, p.52). A partir de então, os militantes petistas mantiveram forte ligação com o Movimento dos Seringueiros, pois tanto em âmbito nacional quanto local os ideais desse partido encampavam as causas das classes oprimidas e dos trabalhadores. Nas palavras de Fernandes (1999) citado por Paula e Silva

(2006, p. 124), o PT no Acre, era “o partido com um ‘jama-xi’⁰⁶ nas costas e uma poronga⁰⁷ na cabeça”.

A trajetória do PT no Acre foi sendo construída com vínculo nos movimentos sindicais e populares, na luta dos seringueiros e dos povos da floresta. O próprio Chico Mendes foi um dos fundadores do partido no Estado e candidato a deputado estadual nas eleições de 1982 e 1986 e a prefeito de Xapuri nas eleições de 1985, quando ainda estava na presidência do STR em Xapuri⁰⁸. Não conseguiu se eleger em nenhuma das vezes. Embora contasse com o apoio dos trabalhadores rurais, da Igreja Católica, de uma parcela da classe média e da intelectualidade acadêmica através do movimento estudantil, o partido só veio a “decolar” na década de 1990.

1.5 Uma nova estratégia: o Encontro Nacional dos Seringueiros e a criação das Resex's

Com a intensificação das lutas e conflitos pela posse da terra no Acre, a direção do STR de Xapuri percebeu que, apesar do sucesso e da repercussão que os “empates” haviam alcançado, eles não trariam uma solução definitiva para o caso. Na realidade, isso começava a causar problemas de desequilíbrio na renda dos seringueiros, que precisavam acampar vários dias no local do conflito, ficando sem trabalhar. Com o passar do tempo havia também o risco de um desgaste natural e os “empates” poderiam não surtir mais o efeito desejado. Portanto, era necessário construir uma alternativa mais consistente, capaz de trazer respostas decisivas à luta e barrar a continuação do modelo “predatório” em curso.

Diante desse histórico, as lideranças sindicais, em especial de Xapuri, vislumbraram a possibilidade de somar forças a outros estados da Amazônia, fazendo levar adiante a proposta de um encontro de seringueiros a nível nacional,

06. Cesto com asas, feito de timbó, e no qual os seringueiros levam de um lugar para outro suas mercadorias. Disponível em: <<http://www.dicio.com.br/jamaxi/>>. Acesso em 24 de janeiro de 2012.

07. Poronga é uma luminária, uma lamparina que os seringueiros usam na cabeça para percorrer as estradas da seringa na floresta amazônica. Feita, geralmente, a partir de latas de óleo, o seu combustível mais frequente é o querosene. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Poronga>>. Acesso em 24 de janeiro de 2012.

08. Informação extraída da entrevista com Chico Mendes, concedida a Pedro Vicente Costa Sobrinho, no ano de 1988. Disponível em: <<http://cenasecoisasdavidia.blogspot.com/2008/11/chico-mendes-trajetria-de-uma-liderana.html>>. Acesso em: 24 de janeiro de 2012.

onde se pudessem discutir assuntos relacionados à possibilidade de uma reforma agrária. Essas lideranças acreditaram que a chave para o sucesso dessa luta estava na união e na repercussão que esse encontro poderia causar.

Como fase preparatória, aconteceram reuniões em vários estados para debater os diversos problemas enfrentados pelos seringueiros, bem como formular uma proposta que pudesse ser encaminhada a nível nacional. Allegretti (2002, p. 412) relata que “um dos objetivos dessas reuniões era tentar caracterizar a situação da produção de borracha em cada região e as diferenças nas relações de trabalho, especialmente no que se referia à existência ou não de seringueiros autônomos, semelhantes aos do Acre, em outros Estados da Amazônia”.

Contando com o apoio da Fundação Pró-Memória, a qual subsidiava iniciativas voltadas ao resgate da cultura nacional, das Organizações não governamentais (ONGs) internacionais, das Universidades, de ambientalistas, dentre outras, o I Encontro Nacional dos Seringueiros aconteceu em Brasília - DF, no ano de 1985, com a presença de 130 seringueiros do Acre, Rondônia, Amazonas e Pará (CALAÇA, 1993). Para Paula (1991, p. 208), entre os diversos resultados alcançados nesse I Encontro, três merecem destaque especial: 1) “a divulgação da luta dos seringueiros pelos diversos veículos de comunicação; 2) a formulação da proposta de Resex’s; 3) a formação do Conselho Nacional do Seringueiro”. De acordo com Porto Gonçalves (2003, *apud* CUNHA, 2010, p. 75):

A importância principal da criação do Conselho manifestou-se em sua capacidade de dar visibilidade à luta dos seringueiros, uma vez que trouxe o debate para um circuito nacional e internacional. Organizou-se em regionais, onde havia uma maior mobilização dos seringueiros, e aproximou-se cada vez mais do movimento ambientalista, assumindo algumas de suas bandeiras. Ao mesmo tempo, também representava um tensionamento às organizações de trabalhadores rurais, ao assumir a especificidade dos seringueiros como grupo de trabalhadores. Ou seja: afirmavam a sua individualidade, dentro de um grupo maior, e firmavam-se como mediadores desse grupo.

De fato, a partir desse encontro, a luta dos seringueiros da Amazônia ganhou notabilidade a nível nacio-

nal e internacional, principalmente pela proposta de uma nova forma de ocupação e uso da terra - as Resex's. Para Paula e Silva (2006, p.114-115), "elas foram pensadas como alternativa para a regularização jurídica das áreas ocupadas tradicionalmente pelos seringueiros e outros trabalhadores extrativistas". Os mesmo autores acrescentam que elas "significavam a "Reforma Agrária" dos seringueiros, isto é, a conquista efetiva do domínio das áreas ocupadas secularmente por esses produtores diretos" (2006, p.116).

(...) as Resex destacam-se, dentre outras coisas, pela defesa: 1) de que a terra e a natureza deixassem de estar subordinadas aos interesses imediatos de capitais privados e passassem a ser bem público; 2) que sua utilização incorporasse demandas sociais das populações da região cujos saberes deveriam servir de elemento orientador de políticas públicas destinadas à elevação dos níveis sociais de vida e renda de forma compatível com a conservação da paisagem natural. Na formulação inicial das Resex, somam-se aos elementos acima expostos dois outros, também eles dignos de nota: 3) o proeminente papel atribuído ao Estado, considerado a "referência central para a reversão do modelo então em curso" e 4) o descarte da exploração de madeira para fins de comércio. (PAULA, 2006 *apud* SOUZA, 2009, p. 4 - 5)

Na Semana seguinte ao encontro, dois representantes do Movimento Seringueiro da Amazônia foram convidados a participar de audiências públicas em São Paulo, organizadas pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, da Organização das Nações Unidas (ONU) e presidida por Gro Harlem Brundtland, ex-primeira-ministra e ex-ministra de Meio Ambiente da Noruega. Essa comissão tinha o objetivo de "examinar os problemas críticos sobre meio ambiente e desenvolvimento e propor à comunidade internacional melhores meios e vias para resolvê-los" (ALLEGRETTI, 2002, p. 450).

O impulso que ganhou a proposta das Resex's também está associado às campanhas internacionais que estavam acontecendo naquele período, contra a ocupação predatória da Amazônia e a favor das florestas tropicais, assim, unia-se o útil ao agradável: O movimento ambientalista nacional e internacional se aliava à luta dos seringueiros contra a devastação da Amazônia e a interrupção do modelo de desenvolvimento em curso.

As primeiras Resex's vieram a ser instituídas no âmbito de uma política pública ambiental no ano de 1990, após o assassinato de Chico Mendes, ocorrido em 1988, fato que influenciou decisivamente para esse acontecimento. Allegretti (2002, p. 462) relata que desde a proposta (1985) até a institucionalização (1990) das Resex's "foram cinco anos de conquistas e recuos em um cenário complexo do ponto de vista institucional e político, pelo fato da proposta extrapolar a esfera local e seus protagonistas tradicionais e requerer articulações nacionais para se efetivar".

Essas unidades de conservação tiveram como inspiração o modelo das terras indígenas, baseadas no conceito de bens de domínio da União, como forma de evitar a sua venda e garantir que as populações residentes apenas gozem dos bens públicos (SANTILLI, 2004). No art. 18 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), as Resex's foram assim definidas:

(...) é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de **animais de pequeno porte**, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade. (BRASIL, 2000, grifo nosso)

Até o ano de 2007, as Resex's foram gerenciadas pelo Centro Nacional de Populações Tradicionais e Desenvolvimento Sustentável (CNPT), ligado diretamente a Presidência do Instituto Brasileiro do Meio ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). O Centro foi criado através da Portaria IBAMA Nº 22, de 10/02/92 com a finalidade de promover e gerenciar planos, programas, projetos e ações demandadas tanto pelas populações tradicionais, quanto por órgãos governamentais e ONGs (CUNHA, 2010). Ele é orientado pelo Princípio Nº 22 da Declaração do Rio de Janeiro, elaborada no ano de 1992, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), na cidade do Rio de Janeiro: "As populações indígenas e suas comunidades, bem como outras comunidades locais, tem papel fundamental na gestão do Meio Ambiente e no Desenvolvimento em virtude dos seus conhecimentos e de suas práticas tradicionais (...)"⁰⁹.

09. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/Resex/cnpt.htm>>. Acesso em 20 de maio de 2011.

Atualmente elas se encontram sobre a responsabilidade do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), cabendo-lhe “fomentar e executar programas de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade e ainda exercer o poder de polícia ambiental”¹⁰.

10. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/quem-somos/o-instituto>>. Acesso em 21 de maio de 2011.



CAPÍTULO 2: CONTEXTUALIZANDO A ÁREA DE ESTUDO E O PROBLEMA EM QUESTÃO

2.1 Caracterização da Resex Chico Mendes

A Resex Chico Mendes é uma Unidade de Conservação Federal de Uso Sustentável, situada na região sudeste do Estado do Acre. Foi criada através do Decreto N.º 99.144, de 12 de março de 1990 e é gerenciada pelo ICMBio. Com uma área aproximada de 970.570 ha (documento oficial) e área *shape*¹¹ de 931.459 ha, abrange sete municípios: Assis Brasil, Brasiléia, Capixaba, Epitaciolândia, Rio Branco, Sena Madureira e Xapuri. Seu clima é quente e muito úmido, com temperatura média anual em torno dos 26º C. “O bioma dominante é a floresta tropical aberta, com subgrupos diferenciados: floresta tropical aberta com bambu, floresta tropical aberta com palmeiras e floresta tropical aberta com cipó” (ACRE, 2010, p.22).

A estrutura de gestão da Resex Chico Mendes é composta de um Conselho Gestor formado por 27 membros, os quais são representados por instituições públicas e organizações da sociedade civil: As instituições públicas (segmento governamental) compõem 40% da representação total e a sociedade civil (segmento não governamental) os outros 60%. Essa Unidade de Conservação possui os seguintes instrumentos de gestão: Plano de Manejo¹², Plano de Utilização¹³ e Contrato de Concessão Real de Uso¹⁴.

Segundo a base de dados da Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema), no ano de 2010 residiam na Resex Chico Mendes cerca de 1.800 famílias, perfazendo

11.*Shape* - refere-se ao tamanho do desenho da área.

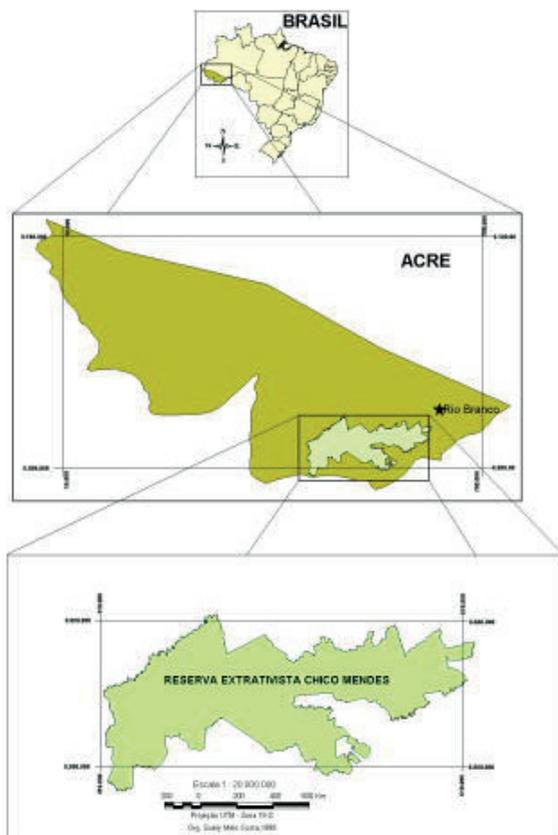
12.O Plano de Manejo é um “documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade.” (Art. 2º. Inciso XVII, BRASIL, 2000).

13.O Plano de Utilização “consiste nas regras internas construídas, definidas e compactuadas pela população da Unidade quanto às suas atividades tradicionalmente praticadas, o manejo dos recursos naturais, o uso e ocupação da área e a conservação ambiental, considerando-se a legislação vigente. É o documento base para que seja firmado o Termo de Compromisso entre a população tradicional beneficiária da Unidade, que receberá a concessão do direito real de uso, e o Instituto Chico Mendes (Art. 6º, inciso III, ICMBio, 2007).

14.Trata-se do Contrato pelo qual “é instituída a concessão de uso de terrenos públicos ou particulares, remunerada ou gratuita, por tempo certo ou indeterminado, como direito real resolúvel, para fins específico de regularização fundiária de interesse social, urbanização, industrialização, edificação, cultivo da terra, aproveitamento sustentável das várzeas, preservação das comunidades tradicionais e seus meios de subsistência ou outras modalidades de interesse social em áreas urbanas (Art. 7º do Decreto-Lei nº 271, de 28 de fevereiro de 1967/Nova redação dada pela Lei nº 11481 de 31 de Maio de 2007, BRASIL, 1967).

um total de 8.220 habitantes, com uma média de 4,11 membros em cada família (ACRE, 2010). Elas estão distribuídas em aproximadamente 48 seringais, com 1.694 colocações (ACRE, 2010). Os moradores estão representados por 05 (cinco) associações: Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes de Xapuri (Amoprex), Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes de Brasília (Amopreb), Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes de Capixaba (Amoprecap), Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes de Assis Brasil (Amopreab) e Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes de Sena Madureira (Amopresema).

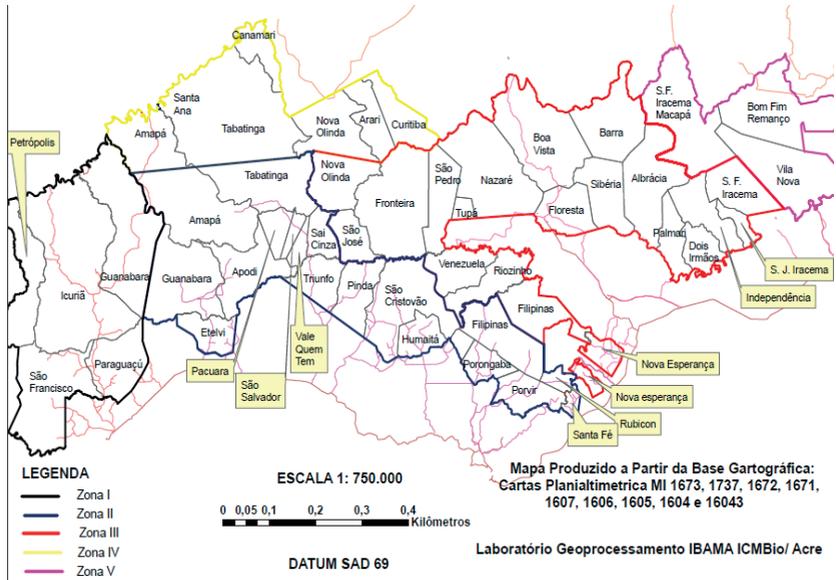
Figura 2. Mapa de localização da Resex Chico Mendes



Fonte: <http://www.lapa.ufscar.br/portugues/re_c_mendes.htm>. Acesso em 17 de abril de 2011.

Para facilitar as estratégias de planejamento e gestão, a Resex Chico Mendes foi dividida em 05 (cinco) zonas geopolíticas (figura 3). Estas obedecem a aspectos demográficos, localização e acesso, que por sua vez, respeitam relações territoriais e sociais estabelecidas pelos moradores, bem como os limites de cada município de abrangência e subdivisões por seringais que se localizam em mais de um município (ACRE, 2010).

Figura 3. Zonas Geopolíticas de Planejamento de Gestão da Resex Chico Mendes



Fonte: ACRE (2010, p. 15).

Quadro 1. Zonas geopolíticas da Resex Chico Mendes, com nome dos municípios de abrangência e seringais

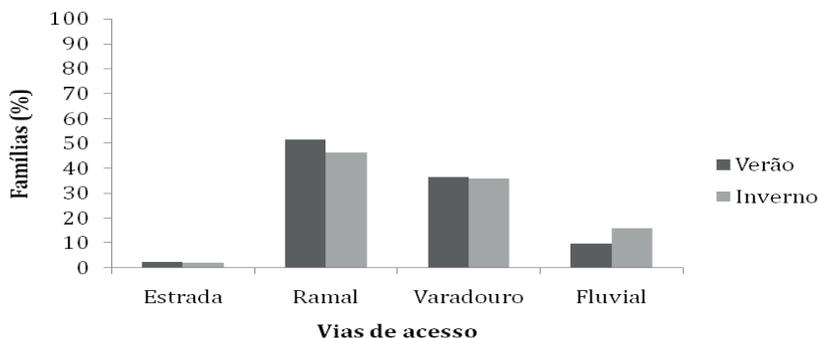
Zona	Município(s) de abrangência	Seringais
I	Assis Brasil	Icuriã, Paraguaçu, São Francisco, Petrópolis e parte do Seringal Guanabara
II	Brasiléia e Epitaciolândia	São Cristóvão, Humaitá, São Salvador, Pacuara, Apodi, Triunfo, Sai Cinza, Vale Quem Tem, Pindamonhagaba, Porongaba, Porvir, Rubicon, Etelve, Riozinho, Santa Fé e parte dos Seringais Amapá, Guanabara, Tabatinga, Filipinas e Nova Esperança
III	Xapuri	São José, Fronteira, São Pedro, Nazaré, Venezuela, Riozinho, Nova Esperança, Boa Vista, Floresta, Sibéria, Barra, Albrácia, Palmari, Dois Irmãos, Independência, São João do Iracema e parte dos Seringais Nova Olinda, Filipinas e São Francisco do Iracema

Zona	Município(s) de abrangência	Seringais
IV	Sena Madureira	Canamari, Arari, Curitiba, Santa Ana e parte dos Seringais Amapá, Tabatinga e Nova Olinda.
V	Rio Branco e Capixaba	Bonfim, Vila Nova e parte dos Seringais São Francisco do Itacema e Remanso.

Fonte: Dados fornecidos pelo ICMBio. Organizados por Márcia Fittipaldi/2011.

O acesso a essa Unidade de Conservação pode ser feito tanto por via fluvial (rios e igarapés) quanto terrestre (estradas, ramais e varadouros), sendo o segundo o mais utilizado pelos moradores. Contudo, como mostrado na figura 4, no período chuvoso a situação é inversa devido às condições intrafegáveis de alguns ramais e varadouros, levando as famílias a se locomoverem, tanto dentro da própria Resex, quanto para as cidades, através dos rios e igarapés (ACRE, 2010).

Figura 4. Porcentagem de famílias que utilizam as principais vias de acesso à Resex Chico Mendes, durante os períodos de seca e chuvoso



Fonte: ACRE (2010, p. 23). Modificado por Márcia Fittipaldi/2012.

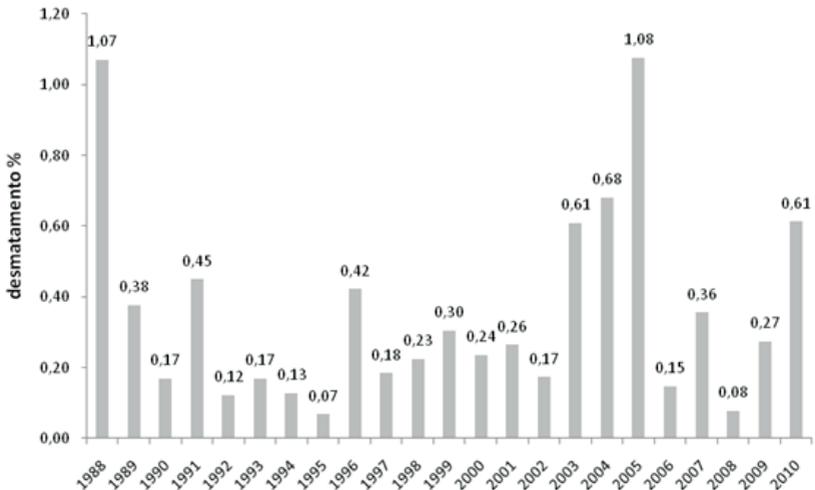
Um dos grandes problemas enfrentados pela Resex Chico Mendes na atualidade é o progressivo aumento do desmatamento, tendo como principal causa o avanço da pecuária. No último levantamento socioeconômico realizado no ano de 2009 pela Sema, em parceria com outras instituições, os moradores declararam possuir aproximadamente 21 mil animais (ACRE, 2010).

Há que se ressaltar que esses dados merecem um olhar mais acurado e até mesmo um novo olhar, tendo em vista que grande parte dos seringueiros moradores não fornecem informações reais do quantitativo bovino existen-

te em suas propriedades, pois eles têm ciência de que a pecuária só pode ser desenvolvida na Resex para fins de subsistência, mas, ainda assim, a maioria deles cria o gado para a prática do comércio. No Plano de Utilização da Resex Chico Mendes, a criação de gado é regulamentada em até 50% da área destinada para atividades complementares (10% da área total da colocação, condicionado ao limite de 30 ha) (BRASIL, 2006a, p. 53).

A figura 5, a seguir, fornece uma visão da variação da taxa anual do desmatamento em toda a área da Resex Chico Mendes entre os períodos de 1988 (dois anos antes da criação da Resex Chico Mendes) até 2010; as medições foram realizadas pela Unidade Central de Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto do Estado do Acre (Ucegeo). Nos primeiros quinze anos avaliados (1988-2002), com exceção do ano de 1988, o desmatamento seguiu com índices relativamente baixos, havendo uma pequena elevação nos anos de 1991 e 1996. Porém, no período de 2003 a 2005 foram verificados os mais altos índices, comparados aos registros feitos anteriormene (1988-2002). Na sequência houve uma queda no desmatamento nos anos de 2006, 2007, 2008 e 2009, e um retorno do aumento do desmatamento no ano de 2010 (ACRE, 2010).

Figura 5. Taxa anual de desmatamento na Resex Chico Mendes (1988 a 2010)



Fonte: ACRE (2010, p.25)

De acordo com dados do diagnóstico socioeconômico realizado no ano de 2009 na Resex Chico Mendes, os índices de estabilidade que o desmatamento alcançou na década de 1990 estão relacionados a uma série de iniciativas e estratégias que envolviam moradores, entidades governamentais e ONGs nacionais e internacionais em torno da recém-criada Resex, dentre as quais podemos citar: foco de produção na economia extrativista, dentro da qual o desmatamento era conduzido apenas para a implantação de pequenos roçados destinados à agricultura de subsistência; grande mobilização em torno do processo de organização comunitária (resultou na criação das Associações nos municípios); a mobilização dos moradores em torno da regulamentação e normas de uso da Resex, especialmente o Plano de Utilização (ACRE, 2010).

Estas iniciativas contaram com o suporte técnico e financeiro do Projeto Reservas Extrativistas - Resex, financiado pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e Comunidade Europeia, e executado pelo Centro de Centro Nacional de Populações Tradicionais e Desenvolvimento Sustentável (CNPT). Esse Projeto fazia parte do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil - PPG7, proposto pelo Grupo dos Sete (G7), hoje conhecido como G8¹⁵, em Houston - Texas, em 1990 (CUNHA, 2010).

O mesmo documento indica que os índices de aumento do desmatamento na década de 2000 estão associados aos resultados de transformações socioeconômicas a nível regional. Alguns aspectos ressaltados foram: o avanço da criação de gado no interior da Unidade de Conservação e as políticas de valorização das populações rurais, com ampliação de acesso ao crédito e melhorias nas condições de infraestrutura de produção (escoamento, armazenamento etc.) (ACRE, 2010). Já as reduções nos anos de 2006, 2007, 2008 e 2009 provavelmente ocorreram por um retorno às políticas de incentivo às atividades extrativistas, motivadas pelo sinal de alerta do aumento do desmatamento em 2005. Em Xapuri, por exemplo, foi inaugurada no ano de

15. O G8 é um grupo composto pelos sete países mais industrializados e desenvolvidos economicamente do mundo (Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Itália, Canadá), mais a Rússia (esta última não participa de todas as reuniões). Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/G8>>. Acesso em 26 de janeiro de 2012.

2008, a fábrica de preservativos masculino Natex, que absorve uma parte do látex que vem da Resex Chico Mendes.

No período de 1988 a 2010, o desmatamento na Reserva Extrativista Chico Mendes já havia atingido uma área de 76.430 ha, o que representava 8,2% de sua área total (cálculo realizado com base no tamanho da área shape) (ACRE, 2010)”. De acordo com as previsões realizadas pela Ucegeo, **até o ano de 2015**, se não houver uma contenção no desmatamento, será ultrapassado o limite estabelecido pela legislação vigente, que é de 10%, alcançando 10,5% da área total desmatada (ACRE, 2010). Isso representa uma forte ameaça aos objetivos dessa Unidade de Conservação, que foi criada atendendo aos anseios de suas populações, de assegurar a posse da terra e frear o desmatamento ocasionado pela expansão da pecuária na região. Em síntese, as Resex's devem cumprir o papel proposto de aliar conservação ambiental com desenvolvimento socioeconômico.

Apesar desse histórico, a Resex Chico Mendes vem sendo apresentada (discurso oficial) como uma região simbólica, recheada de oportunidades à implantação de projetos e atividades sustentáveis. Ao longo desses vinte e dois anos, as esferas municipal, estadual e federal, em cooperação com outros países, vêm implementando uma série de políticas que visam viabilizá-la como uma Unidade de Desenvolvimento Sustentável. Grande parte dessas políticas são financiadas por ONGs, capitais nacionais e internacionais, sob a forma de concessão de empréstimos, financiamentos e doações a “fundos perdidos”.

2.2 A Resex na “Terra de Chico Mendes”

Conhecida mundialmente como a “Terra de Chico Mendes”, a cidade de Xapuri fica localizada no sudeste do Estado do Acre. Limita-se ao norte com o município de Rio Branco; ao sul, com o município de Epitaciolândia; a leste, com o município de Capixaba; a oeste, com o município de Sena Madureira; a sudoeste, com o município de Brasiléia e faz fronteira com a Bolívia. Possui uma área territorial de 5.347Km², correspondendo a 3,26% do Estado e uma população de 16.091 habitantes, sendo que 64,2% residem na zona urbana e 35,8% vivem na zona rural (IBGE, 2010). Sua economia tem como base o setor primário, com destaque para o extrativismo vegetal e a pecuária.

A cidade foi palco do movimento de resistência dos seringueiros em defesa dos seringais nativos da região, que resultou na criação das Resex's. Em função desse acontecimento e do apelo ambiental propagado em torno do nome do líder sindical Chico Mendes, ela vem recebendo ao longo das últimas duas décadas relevantes montantes de recursos (de fundo nacional e internacional) para serem aplicados nas mais diversas áreas (saúde, educação, infraestrutura, etc.). Mesmo com esses investimentos, os complexos problemas de ordem socioeconômicas e ambientais ainda persistem (infraestrutura deficitária, grande déficit habitacional, saúde precária, inexistência/insuficiência de uma política ambiental e de geração de emprego e renda, alto índice de marginalidade, criminalidade e dependência química, para citar alguns exemplos).

Mais de 30% dos 970.570 ha da Resex Chico Mendes estão situados em Xapuri. Lá, vivem aproximadamente 2.825 habitantes, distribuídos em 626 famílias, o que corresponde a 34% da população total da Reserva (ACRE, 2010). Uma parte dessas famílias está envolvida nas atividades extrativistas, com destaque para a produção de borracha e castanha. Isso contribui para que esta área, juntamente com a de Brasiléia, seja responsável por 90% da produção de borracha e 78% da produção de castanha de toda a Resex (ACRE, 2010).

É nessa mesma área que está o segundo maior rebanho bovino do interior dessa Unidade de Conservação. Dos 21.000 (vinte e um mil) animais declarados pelos moradores no último levantamento socioeconômico (2009), cerca de 6.694 estão em Xapuri, o que corresponde a 31,9% de todo o gado da Resex Chico Mendes. A área de Brasiléia é a que ocupa a primeira posição neste ranking, com 8.684 cabeças de gado, correspondendo a 41,3% do total geral da Resex (ACRE, 2010).

Para a realização da pesquisa foram escolhidos 03 (três) seringais da Resex Chico Mendes, situados no município de Xapuri: Seringal Nova Esperança, Sibéria e São Pedro. A escolha levou em consideração o fato de que o município é considerado um símbolo do movimento ambiental, todavia, em contraposição, ainda persistem diversos problemas dessa ordem. Quanto aos seringais, foram selecionados por apresentarem grande diversidade entre si (especialmente quanto ao uso do solo, localização e aces-

so), o que pode contribuir para uma melhor compreensão do fenômeno estudado.

Figura 6. Mapa da Resex Chico Mendes, com destaque para os seringais de Xapuri e a área de estudo



Fonte: UCEGEO/FUNTAC/2011.
 Modificado por Márcia Fittipaldi/2012.

O Seringal Sibéria é de fácil acesso, fica localizado à margem direita do Rio Acre, sua distância até a sede municipal é de 24 Km e tem como via de acesso a Estrada de Petrópolis e posteriormente o Ramal Semitumba, possui 22 colocações e uma área estimada de 14.543,87 ha, sendo que, deste total, 887,39 ha estão desmatados (6,10%) (ACRE, 2010). Nessas colocações, visivelmente, as famílias se dividem entre a prática do extrativismo e da pecuária.

O Seringal São Pedro é de difícil acesso. Está situado à margem direita do Rio Xapuri, sua distância para a cidade é de aproximadamente 72 Km, a via de acesso é a Estrada de Petrópolis, posteriormente o Ramal Vista Alegre. Possui 24 colocações e uma área de aproximadamente 13.686,46 ha, sendo que 732,42 ha estão desmatados, o que corresponde a 5,35% de seu território (ACRE, 2010). A pecuária e o extrativismo dividem o espaço de produção neste seringal.

O Seringal Nova Esperança fica localizado em dois municípios da Resex Chico Mendes (Xapuri e Epitaciolândia). A área de Xapuri está situada à margem esquerda do Rio Acre e sua distância até o centro da cidade é de apenas 10 km e a principal via de acesso é a Rodovia AC 485 (Estrada da Borracha - tem início na BR 317) - Km 04, Ramal da Maloca. Por ser um seringal de fácil acesso e próximo a BR-317, possui uma área desmatada superior aos outros seringais da Reserva (53,88%) em Xapuri, além do mais, é fortemente atingido pelo fracionamento de colocações e avanço do gado bovino. Para se ter uma noção, são aproximadamente 102 colocações em uma área com apenas 7.903,04 ha (5.371,22 ha estão localizados em Xapuri e 2.531,82 em Epitaciolândia), sendo que 4.258,28 ha já estão desmatados (ACRE, 2010).

Nestes seringais, procuramos compreender o porquê de parte dos atores sociais que historicamente lutaram nos “empates” para preservar seu modo de vida e o conjunto de atividades a eles atinentes, atualmente estarem mudando suas práticas e vivências, defendendo a necessidade de “desmatar para sobreviver” e inserindo-se no atual processo de pecuarização da Resex Chico Mendes em Xapuri. Além disso, investigamos os fatores que contribuem para esse acontecimento, bem como as percepções e os significados atribuídos pelos moradores acerca dessas mudanças.

2.3 Políticas e estratégias de desenvolvimento no Estado do Acre: entre o discurso e a prática do “Desenvolvimento Sustentável”

A partir da década de 1990, as preocupações socioambientais aumentaram em nível mundial e o alcance da sustentabilidade passou a ocupar posição de destaque nas agendas governamentais. Numa tentativa de reverter o quadro caótico da devastação ambiental intensificada na Amazônia durante a década de 1970 (governos militares), o Brasil, por pressão internacional e nacional (principalmente dos movimentos de resistência camponesa e indígena), iniciou a adoção de medidas voltadas a promover a conservação ambiental e o desenvolvimento socioeconômico. Essas iniciativas foram facilitadas pela colaboração de alguns setores dos países considerados desenvolvidos e ações de organismos multilaterais, como o Fundo Monetário Interna-

cional (FMI), Banco de Interação para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), Banco Interamericano de Desenvolvimento (IDB) e Organização das Nações Unidas (ONU).

No Estado do Acre, os ideais de sustentabilidade também foram se consolidando durante a década de 1990 e ganhando notoriedade a nível nacional e internacional, sustentados pela morte do líder sindical Chico Mendes (1988) e a apropriação desse discurso pelo Partido dos Trabalhadores. Mas, foi a partir de 1999, que eles ganharam maior ênfase, quando uma ampla coalizão de partidos, denominada “Frente Popular do Acre”, liderada pelo PT, assumiu o comando do poder executivo estadual (decorrente da vitória eleitoral de 1998). O governador eleito foi o engenheiro florestal Jorge Viana.

A partir de então, teve início a implantação de um conjunto de políticas e estratégias de desenvolvimento, consideradas inovadoras em razão da incorporação das preocupações ambientais nas políticas estruturantes, apontando para a prática do Desenvolvimento Sustentável. Na política agrária, por exemplo, houve uma ampliação das formas de assentamentos, através da criação dos Projetos de Assentamentos Florestais (PAFs), no ano de 2003, e dos Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDSs), no ano de 1999 (SILVA, 2007), em ambos os casos o acesso a terra é dado através da Concessão de Uso. No caso dos PAFs, o espaço é voltado “a desenvolver o manejo florestal de uso múltiplo em base familiar comunitária”, enquanto nos PDSs são priorizadas áreas “com potencial produtivo que viabilize a conservação e/ou ampliação dos recursos naturais, em suas bases primárias” (ACRE, 2006a, p. 226).

Desde então, o Governo do Acre difunde a ideia de que o estado vive um período de mudanças em seu sistema de gestão, adotando um “modelo de desenvolvimento” que tem como base a sustentabilidade regional e local, com prioridade de incentivo às atividades econômicas tradicionais como a produção da borracha, da castanha-do-brasil, da exploração racional da madeira, dentre outros produtos.

O Governo da Floresta tem como objetivo e prioridade máxima a construção de um novo modelo de desenvolvimento sustentável local e regional, pautado no combate à pobreza e na elevação do bem-estar da população, no dinamismo econômico com a geração de emprego e renda, no fortalecimento da identidade e respeito à diversidade

cultural e no uso dos recursos naturais com sabedoria e a manutenção do equilíbrio ambiental. (ACRE, 2006a, p.26)

Presenciamos diariamente a mídia, oficial e “não oficial”, enaltecendo o sucesso alcançado através desse modelo implementado, quando são divulgados resultados positivos das intervenções realizadas no estado, especialmente nas Unidades de Conservação. Estas funcionam como uma “vitrine” para demonstrar o salto de qualidade e eficiência, com melhoria nos indicadores socioeconômicos e ambientais do Estado.

As propagandas estão vinculadas ao sucesso impulsionado pelo “carro chefe”, o extrativismo, bem como à figura das populações locais e a do líder Chico Mendes, de quem “herdamos os ideais de luta pela terra e defesa da floresta”. As figuras a seguir são de alguns empreendimentos instalados no Estado, destinados a viabilizar a economia extrativista.

Figura 7. Usina de beneficiamento de castanha - Brasília/AC



Foto: Sérgio Vale/Secom. Modificada por Márcia Fittipaldy/2012.

“Investimento tem valor histórico para as populações da floresta, garantindo renda e preservando o meio ambiente (...) A obra, que custou R\$ 4 milhões, beneficia 1.111 famílias extrativistas, gera 160 empregos diretos e 40 indiretos e permite a produção de cinco mil quilos por dia e 1,21 milhão de quilos por ano”¹⁶.

16. Disponível em:< <http://www.agencia.ac.gov.br/index.php/noticias/economia/15756-tio-viana-entrega-usina-de-beneficiamento-de-castanha-em-brasileia.html>>. Acesso em 03 de abril de 2012.

Figura 8. Fábrica de preservativos masculino Natex - Xapuri/AC



Foto: Márcia Fittipaldy/2012

Missão: "Viabilizar a economia extrativista do látex nativo, através da produção de preservativos e agregação de valor ao produto dentro do Estado do Acre, elevando a qualidade de vida dos povos da floresta" 17.

Figura 9. Fábrica de preservativos masculino Natex - Xapuri/AC



Foto: Márcia Fittipaldy/2012.

O discurso oficial é ancorado em palavras como: "sustentabilidade", "populações da floresta", "empoderamento", "qualidade de vida", "democracia participativa", "boa governança", "Florestania", "proteção das florestas" (MORAIS 2008; SOUZA, 2008). Recentemente, o termo sustentabilidade vem ganhando a nova roupagem de "economia verde". A ideia de desenvolvimento é vinculada à

17. Disponível em <<http://site.preservativosnatex.com.br/online/#>>. Acesso em 03 de abril de 2012.

propaganda de um Estado que prioriza a boa utilização dos recursos da floresta e a valorização de sua população.

Esse discurso colaborou para a construção de “consensos” entre os mais diversos atores sociais (populações locais, empresários, funcionários públicos, ONGs nacionais e internacionais, idosos, crianças, mulheres, homens etc.), um deles diz respeito ao “desenvolvimento sustentável” como a única alternativa viável para fomentar socioeconomicamente o Estado (PAULA, 2005; MORAIS, 2008). Outro “consenso” é a grande diferença que há no desenvolvimento do Estado do Acre “antes do PT” e “depois do PT”. O termo “antes do PT” é utilizado para designar um “Estado atrasado e sem desenvolvimento”, quando ainda não era governado por esse partido; “depois do PT” é usado para referenciar um “Estado em desenvolvimento, conhecido nacional e internacionalmente pela adoção de práticas sustentáveis, incomparavelmente melhor (nos aspectos socioeconômicos, políticos e ambientais) que no período anterior ao governo do PT e que por estes motivos possui uma população orgulhosa de viver no Acre e ser acreana”.

Apesar do que aqui chamamos de “consensos”, os conflitos e as divergências ainda se fazem presentes, quer sejam entre os segmentos sociais que compartilham e/ou compõem os ideais e/ou a base governista, ou entre os que se apresentam como “oposição”, afinal, há um jogo de interesses diferenciados (poder, status, ideologias, etc.).

Na perspectiva oficial, as populações locais configuram-se como as mais “alcançadas” pela política ambiental empreendida pelo Governo do Acre, especialmente nas Unidades de Conservação. Porém, as visíveis dificuldades enfrentadas por estas populações, aliadas às novas estratégias criadas para permanecer na floresta em melhores condições de vida têm gerado pesadas críticas ao modelo de “desenvolvimento sustentável” em curso no Estado.

Atualmente, temos presenciado significativas modificações na forma de uso do solo e dos recursos florestais no foco de nossa análise: A Resex Chico Mendes (em particular, a área situada no município de Xapuri). Paulatina e clandestinamente, parte da população que habita esta Unidade de Conservação vem desmatando além do permitido no seu Plano de Utilização (até 10% da área total da colocação, condicionado ao limite de 30 ha para fins de produção e subsistência) (BRASIL, 2006a, p. 53), no intuito

de criar gado ou alugar pastos, sob a alegação de que essa atividade tem se mostrado mais lucrativa do que o extrativismo; fato que nos faz refletir os resultados da política de desenvolvimento em curso. Um sinal de alerta da expansão da pecuária na Resex Chico Mendes vem do Zoneamento Ecológico-Econômico do Acre (ZEE/AC).

Na próxima década a pecuária bovina será a principal alternativa para as famílias de pequenos produtores dos projetos de colonização e Reservas Extrativistas, a menos que a comunidade nacional e internacional pague pelos serviços ambientais decorrentes da manutenção da floresta nestas áreas. (ACRE, 2006a, p. 157)

Nesse mesmo sentido, o documento sugere que “uma das principais falhas da Resex consiste na falta de uma política consistente de apoio ao extrativismo” (ACRE, 2006a, p. 209). Também destaca o ofuscamento de alguns incentivos oferecidos pelo Governo do Estado, como a Lei de nº 1.277 de 13 de janeiro de 1999, mais conhecida como Lei Chico Mendes¹⁸ e o Fundo Pró-Florestania¹⁹, que imersos em tamanha burocracia, não conseguiram alcançar as metas estabelecidas para os últimos quatro anos. Assim, clama para a necessidade de um programa de fortalecimento e desenvolvimento territorial voltado para o extrativismo, evidenciando a necessidade de instrumentos econômicos e alternativas para o extrativista, bem como normas de convivência e aplicação nestas áreas.

Outro problema citado no ZEE/AC (2006) é referente à venda ilegal de colocações ou lotes de terra pelos moradores da Resex Chico Mendes a cidadãos urbanos, dos quais a maioria deles tem como objetivo instalar futuras

18. Trata -se da Lei Estadual nº 1.277 de 13 de janeiro de 1999, também denominada Lei Chico Mendes, que dispõe sobre a concessão de subvenção econômica aos produtores de borracha natural bruta do Estado do Acre, modificada pelas leis 1.427 de 27 de dezembro de 2001 e 2.027 de 04 de novembro de 2008. Esta última alteração, ainda em vigor, estende o benefício para outros produtos, passando a conceder subvenção econômica aos produtores estaduais envolvidos na exploração de produtos florestais. Os valores do subsídio são corrigidos e atualizados por meio de Decreto do Poder Executivo.

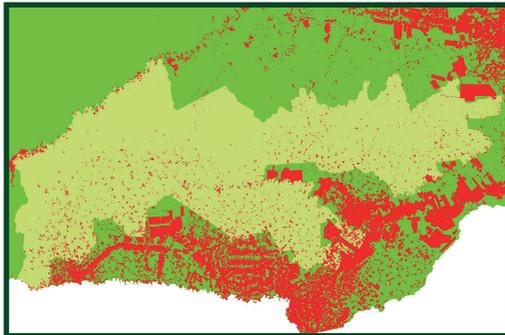
19. O Fundo Pró-Florestania é um instrumento econômico destinado a apoiar as populações tradicionais, através do Manejo Florestal Comunitário. Ele opera com recursos do BID e é gerenciado pela Secretaria de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar - SEAPROF (ACRE, 2006a).

pastagens. Não se deve esquecer de que nas Resex's a venda de terras é proibida, visto que elas não são propriedade particular e sim terras de domínio público, pertencentes à União, os moradores não são seus donos, possuem apenas o uso concedido e o usufruto, devendo comprometer-se com a conservação ambiental. Conforme o Plano de Utilização da Resex Chico Mendes, “caso o morador queira sair da Reserva, a venda da benfeitoria só poderá ser feita para outro extrativista” (BRASIL, 2006a, p. 52), além do mais, se ele praticar a venda ilegal poderá ser expulso da reserva sem ter direito algum.

Seguindo esse debate, o documento oficial também aponta uma série de irregularidades e ilegalidades identificadas na Resex Chico Mendes, as quais influenciam diretamente no avanço da pecuária e no consequente aumento do desmatamento, como é o caso do arrendamento de terras, criação de parceria ou meia e fracionamento de colocações. Essa situação é facilitada pelo fato de grande parte do perímetro da Resex ser margeado pela BR-317 - “Estrada do Pacífico” - fazendo fronteira com inúmeras fazendas, facilitando a negociação ilegal de compra ou arrendamento das áreas da Unidade de Conservação entre os fazendeiros e os moradores da Resex.

Na figura 10, a seguir, pode-se observar a gravidade do desmatamento acumulado na área da Resex Chico Mendes e seu entorno até o ano de 2007. As áreas de bordas da parte sul dessa Unidade de Conservação, mostradas na cor vermelha, representam áreas de desmatamento acumulado para implantação de pastagens (ACRE, 2010).

Figura 10. Mapa do desmatamento acumulado na Resex Chico Mendes e seu entorno até o ano de 2007 (áreas vermelhas)



Fonte: ACRE (2010, p. 24).

Esse histórico nos leva a entender que a luta que vem se travando no interior da Resex Chico Mendes é impregnada de uma resignação, diferente da difundida no palco de criação das Resex's (permanecer na terra, preservando seu modo de vida). Moradores e extrativistas estão buscando alternativas consideradas por eles socioeconomicamente sustentáveis, que perpassam os ideais historicamente defendidos. Para Paula (2004), a fim de ajustar-se às “exigências do mercado”, “os seringueiros têm sido incentivados a substituir as atividades ligadas à extração do látex por outras mais rentáveis, como a exploração de madeiras, via “projetos de manejo comunitário” e incremento da pecuária” (p. 10).

CAPÍTULO 3:
**SOBRE OS MARCOS REGULATÓRIOS DA
PECUÁRIA NA RESERVA EXTRATIVISTA
CHICO MENDES**

3.1 Da autogestão à gestão “subordinada” nas Resex’s

Durante a criação das primeiras Resex’s, em 1990, a ideia apresentada pelos seringueiros era a da autogestão, na qual eles seriam responsáveis por tomar as decisões sobre o seu território. Caberia ao Estado criar os meios necessários para garantir o que eles haviam determinado e ao IBAMA apenas o papel de supervisionar e acompanhar o cumprimento das condições estipuladas no contrato de concessão real de uso, no qual se inclui o plano de utilização, elaborado pelos extrativistas e aprovado pelo próprio órgão. Eis o que estabelece o Decreto nº 98.897, de 30 de janeiro de 1990, que dispõe sobre as Resex’s:

Art. 4º. A exploração autossustentável e a conservação dos recursos naturais será regulada por contrato de concessão real de uso, na forma do art. 7º do Decreto-Lei nº 271, de 28 de fevereiro de 1967.

1º. O direito real de uso será concedido a título gratuito.

2º. O contrato de concessão incluirá o plano de utilização aprovado pelo IBAMA e conterá cláusula de rescisão quando houver quaisquer danos ao meio ambiente ou a transferência da concessão inter vivos.

Art. 5º. Caberá ao Ibama supervisionar as áreas extrativistas e acompanhar o cumprimento das condições estipuladas no contrato de que trata o artigo anterior (BRASIL, 1990, grifo nosso).

Após a aprovação da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o SNUC, houve uma expressiva mudança na estrutura de gestão dessas Unidades de Conservação. Esta mudança foi concretizada através da criação do Conselho Deliberativo. O art. 18, § 2º dessa Lei estabelece que “a Reserva Extrativista será gerida por um Conselho Deliberativo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais residentes na área, conforme se dispuser em regulamento e no ato de criação da unidade” (BRASIL, 2000). A partir de então, todas as decisões relativas ao território das Reservas passaram a ser tomadas por seus Conselhos Gestores e não mais pelos extrativistas como previsto anteriormente.

Essa determinação é reforçada no art. 17 do Decreto nº 4.340/2002 que regulamenta alguns artigos da Lei do SNUC. Este, além de reforçar o anterior, apresenta outra novidade: A criação de um “chefe” para essas unidades de conservação. “As categorias de unidade de conservação poderão ter, conforme a Lei nº 9.985, de 2000, conselho consultivo ou deliberativo, que serão presididos pelo chefe da unidade de conservação, o qual designará os demais conselheiros indicados pelos setores a serem representados” (BRASIL, 2002). Nesse sentido, Cunha (2010, p. 250) assinala que:

Na prática, passa-se à esfera do Órgão Gestor, o Ibama, a responsabilidade pela administração da Unidade, o que se potencializa com a existência do “chefe”, antes inexistente para as Resex, e do conselho deliberativo, instância gestora da Unidade, segundo o SNUC.

Dessa maneira, por força e determinação da Lei, iniciou-se nas Reservas uma nova forma de gestão, anunciada como cogestão. Esta imposição de “cima para baixo” foi aceita de forma pacífica pelos verdadeiros donos dos territórios (extrativistas), que sequer foram consultados.

A criação do Conselho Deliberativo colocava fim à ideia inicial dos seringueiros de autogerir seus territórios. A gestão passava a ser “compartilhada” entre a unidade gestora (antes o IBAMA, hoje o ICMBio), as instituições governamentais e não governamentais e as populações extrativistas beneficiárias (representadas pelas associações, núcleos de base ou outras formas associativas).

Para fazer valer as exigências dessa Lei, o IBAMA providenciou a criação dos Conselhos. No caso da Resex Chico Mendes, ele foi criado pela Portaria do IBAMA nº 28, de 22 de maio de 2003, publicada no Diário Oficial da União - edição nº 98 - em 23 de maio de 2003, apresentando como finalidade “contribuir com ações voltadas à efetiva implantação das Resex’s, implementação do Plano de Manejo e ao cumprimento dos seus objetivos de criação” (BRASIL, 2006a, p. 48). Esta mesma Portaria, em seu art. 3º define que as atribuições dos membros, a organização e o funcionamento do Conselho Deliberativo da Resex serão fixados em regimento interno a ser elaborado pelos membros do Conselho e aprovado em reunião.

A primeira Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da Resex Chico Mendes aconteceu no dia 18 de

agosto de 2005, na cidade de Epitaciolândia – Acre. Nessa ocasião, o Regimento Interno foi aprovado por unanimidade e os “objetivos” do Conselho Deliberativo foram definidos conforme a seguir:

- Realizar junto com o IBAMA, a gestão da Resex Chico Mendes;
- Promover o desenvolvimento sustentável da Resex Chico Mendes;
- Promover a conservação dos recursos naturais no interior da Resex Chico Mendes e cooperar para a conservação desses recursos em seu entorno;
- Fomentar a valorização das manifestações culturais das populações tradicionais residentes na Resex Chico Mendes;
- Agregar apoio político e institucional para promover a gestão e o planejamento da Resex Chico Mendes, de forma participativa e propositiva, envolvendo as diversas organizações da sociedade civil, a iniciativa privada e o poder público;
- Garantir o cumprimento do Plano de Uso da Resex Chico Mendes;
- Garantir a transparência da gestão e das decisões que afetam a Resex Chico Mendes;
- Orientar, acompanhar e deliberar sobre o desenvolvimento de programas, projetos e atividades ligadas a Resex de forma a harmonizar e compatibilizar suas ações;
- Acompanhar e apoiar, quando for o caso, as ações desenvolvidas pelas organizações que compõe o Conselho que forem de interesse e benefício da Resex, com o objetivo de efetivar a auto-gestão da Reserva. (BRASIL, 2006a, p.50)

A nova estrutura de gestão sinalizou para uma ressignificação de papéis dos diversos atores que configuravam nesse cenário. Intensificavam-se as “parcerias” e “enterrava-se” a autonomia conquistada pela luta do movimento dos seringueiros. Como parte desse processo, a interferência governamental ganhou ênfase na gestão dessas áreas.

É importante ressaltar que nessa época já era visível o enfraquecimento e a subordinação do movimento sindical à política partidária, às instituições governamentais e ONGs de grande porte. Esse histórico era propiciado por fatores que vinham ocorrendo desde a década de 1990, tais como: a) a dependência que as associações de moradores e sindicatos tinham dos recursos financeiros “conquistados”

via Estado, ONGs, Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento, etc., gerando conseqüente acomodação das lideranças sindicais; b) a desarticulação das comunidades de bases da Igreja Católica, que antes representavam importante elemento de agregação e mobilização sindical; c) a aproximação do sindicato com o governo especialmente através de grandes projetos (Projeto Resex), comprometendo a autonomia sindical (PAULA; SILVA, 2006).

Também faz parte desse conjunto de fatores, o vertiginoso crescimento do PT a partir da década de 1990, vencendo as eleições na Prefeitura de Xapuri (Júlio Barbosa de Aquino, seringueiro, ex-presidente do STR e do Conselho Nacional do Seringueiro (CNS), eleito em 1996 e reeleito em 2000), na Prefeitura de Rio Branco (Jorge Viana - 1992); no Governo do Estado (Jorge Viana - eleição em 1998 e reeleição em 2002) e no Senado (Marina Silva, ex-seringueira -1994) e levando grande parte das lideranças sindicais para ocupar cargos na esfera governamental, contribuindo para o enfraquecimento dos STRs e para o aumento da relação de “atrelamento/dependência” com o Estado (PAULA; SILVA, 2006). Para Paula e Silva (2006):

(...) com a ascensão das lideranças sindicais à prefeitura de Xapuri bem como a do governo estadual, apoiado pelo sindicalismo, a concepção sobre Estado passa a ser redefinida. Ele deixou de ser visto como “inimigo”, como nos anos 1970 e 1980, para ser agora interpelado como interlocutor e parceiro. Esta ideia de que os conflitos de interesses antagônicos são passíveis de resolução através do diálogo se estende à esfera da sociedade civil via criação de conselhos e fóruns que reúnem fazendeiros, madeireiros, comerciantes, camponeses, índios, trabalhadores urbanos etc., para formar “consenso” em torno das políticas e estratégias de “desenvolvimento sustentável”. (p. 122-123)

Houve uma espécie de “neutralização” dos ideais dos seringueiros e assimilação dos ideais do Estado. Assim, entendemos que a mudança na estrutura de gestão das Resex's, através do SNUC, representou um golpe profundo na luta das populações locais pelo controle do território, uma vez que elas perderam o poder de autonomia e decisão sobre ele. Ancoradas num discurso de “gestão compartilhada”, “objetivos em comum”, as Resex's passavam a ser “subordinadas” aos interesses externos.

Desarticularam-se as organizações de base e instituiu-se um novo tipo de clientelismo que atravessa todo esse complexo de organizações que atuam nesse movimento social. Percebe-se ainda, a aceitação gradativa da “adaptação” de suas estratégias às supostas “contingências” do mercado, evidenciada, entre outros, numa mudança de postura em relação aos “projetos comunitários” de desenvolvimento. Aqueles projetos voltados para a agroindustrialização da castanha e borracha deixam de ter prioridade no final dos anos 1990 e cedem lugar às alternativas destinadas à exploração comercial de madeira, atividade considerada incompatível com a proposta da Resex no período imediatamente anterior (PAULA; SILVA, 2006, p. 121).

Completando a cadeia de “imposições”, o art. 27 da Lei do SNUC e seus parágrafos determinam que “as Unidades de Conservação devem dispor de um Plano de Manejo” (BRASIL, 2000) elaborado no prazo de cinco anos a partir da data de sua criação e, posteriormente, o Decreto 4.340/2002 acrescenta:

Art. 12. O plano de Manejo da unidade de conservação, elaborado pelo órgão gestor ou pelo proprietário, quando for o caso, será aprovado:

I - em portaria do órgão executor, no caso de Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural, Refúgio de Vida Silvestre, Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva de Fauna e Reserva Particular do Patrimônio Natural;

II - em resolução do conselho deliberativo, no caso de Reserva Extrativista e Reserva de Desenvolvimento Sustentável, após prévia aprovação do órgão executor. (BRASIL, 2002, grifo nosso)

Dessa maneira, as decisões relativas ao manejo da Resex também ficavam condicionadas à apreciação e aprovação do Conselho Deliberativo, após prévia aprovação do órgão executor da Unidade de Conservação (antes o IBAMA, hoje o ICMBio). No caso da Resex Chico Mendes, estas determinações também são aplicáveis ao Plano de Utilização, pois este é parte integrante do Plano de Manejo desta Unidade. Nesse sentido, Cunha (2010, p. 248 - 249) assinalou que:

O SNUC representou para as Reservas Extrativistas a criação de um novo espaço decisório (conselho deliberativo), a consolidação do papel que o órgão ambiental (Ibama através do CNPT) vinha desempenhando, quando estabelece a figura jurídica de chefe da Resex, e a preponderância do saber técnico em detrimento ao consuetudinário com a inserção do Plano de Manejo, sem que fosse feita nenhuma diferenciação em relação aos planos de manejo já existentes nas outras unidades de Conservação.

O Plano de Manejo da Resex Chico Mendes foi elaborado no ano de 2006, recebendo a definição de um instrumento “orientador e balizador na sua gestão, subsidiando o seu órgão gestor (IBAMA), as associações representativas das populações tradicionais, as demais instituições que compõe o Conselho Deliberativo da Unidade e a própria comunidade residente, no desenvolvimento de ações e programas que visem garantir a qualidade de vida, a valorização da cultura de sua população e o uso sustentável dos recursos naturais disponíveis na área” (BRASIL, 2006a, p.7).

O significado da inserção do Plano de Manejo e do Conselho Deliberativo na gestão das Resex's ainda é tema que suscita dissenso por parte de alguns autores, sociedade em geral e estudiosos do assunto (CUNHA, 2010). Cunha (2010) aponta que em sua tese de doutorado realizou entrevistas com diversos segmentos da sociedade, interrogando-os acerca da visão que possuíam sobre o conselho deliberativo e o plano de manejo, cujos resultados apontaram para uma divergência: Enquanto alguns entrevistados destacaram que os Conselhos Deliberativos e o Plano de Manejo representam a diluição do poder dos comunitários, que passaram a dividi-lo com outros entes, outros viram o fato como uma conquista para as populações locais, as quais conseguiram, através dos Conselhos, unir esforços e abrir diálogo com outras esferas do poder público e demais entidades que se envolvam com as Resex (CUNHA, 2010). A mesma autora faz observações que merecem reflexão:

(...) o conselho pode ser mais ou menos democrático que a forma anterior de gestão a depender de como se viabiliza a participação dos comunitários e especialmente a relação representante-representado, de modo a diminuir as assimetrias existentes nesse espaço de atua-

ção, tornando-o representativo das correlações de força existentes. (CUNHA, 2010, p. 252)

Outra visão sobre o assunto pode ser observada em Pantoja, Costa e Postigo (2010), que mencionam o fato de alguns pesquisadores considerarem que a inserção desse novo espaço decisório (Conselhos Deliberativos) e dos Projetos de Futuro (Plano de Manejo), através da Lei do SNUC, trouxe aos moradores efeitos negativos, na medida em que os têm conduzido a um desempoderamento²⁰ e absorção de uma série de determinações alheias ao seu pensamento e modo de vida. Nesse sentido, Cunha (2010, p.249), assinala que com a inserção dos Planos de Manejo ocorreu “a preponderância do saber técnico em detrimento do consuetudinário”²¹, contrariando a proposta de Resex, que traz no cerne a valorização das tradições e cultura das populações locais.

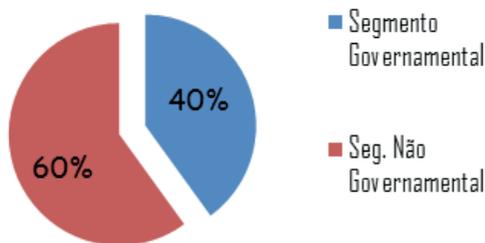
Sob o ângulo dessa discussão, é salutar mencionar que na 8ª Reunião do Conselho Gestor da Resex Chico Mendes, ocorrida no ano de 2011, no município de Xapuri, temas como composição e estrutura do Conselho Deliberativo fizeram parte da pauta, sendo alvo de inúmeros debates e controvérsias. Ao longo dos anos, esse Conselho passou por diversas mudanças na sua composição e incorporou um grande número de entidades governamentais e não governamentais. Com isso, o número de representantes das organizações dos moradores vem se mostrando bastante reduzido, se comparado aos dos outros segmentos.

Atualmente, segundo o ICMBio, o Conselho Gestor é composto por 27 (vinte e sete) representações (instituições públicas e organizações da sociedade civil). No gráfico a seguir é possível observar a relação de paridade entre os diversos segmentos que o compõe:

20. Desempoderamento significa a falta de possibilidade e de aquisição da emancipação individual e também da consciência coletiva, necessária para a superação da dependência social e dominação política. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/Anais/sao_paulo/2717.pdf>. Acesso em 29 de janeiro de 2012.

21. Consuetudinário significa usual, costumeiro, habitual. Expressão jurídica para definir o que tem por base os costumes e a prática em detrimento das leis, as quais não existem por escrito. Disponível em: <<http://pt.wiktionary.org/wiki/consuetudin%C3%A1rio>>. Acesso em 29 de janeiro de 2012.

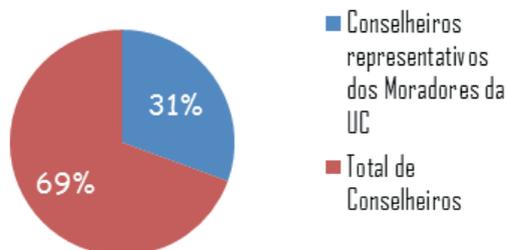
Figura 11. Percentual por segmento - Conselho Deliberativo da Resex Chico Mendes



Fonte: LELIS, 2011.

Como podemos ver no gráfico acima, a representação do segmento não governamental (sociedade civil), totaliza 60% do todo, sendo maior que a do governamental (instituições públicas), composta por 40%. Contudo, temos um quadro diferenciado quando analisamos exclusivamente o percentual da representatividade dos moradores da Reserva Extrativista Chico Mendes (considerando as Associações Concessionárias e os Sindicatos Rurais, excluindo-se as organizações com fins comerciais e do Terceiro Setor). Dos 60% que compõem a representatividade do segmento não governamental, apenas 31% são representantes dos moradores dessa Unidade de Conservação; os outros 29% são compostos por outras organizações da sociedade civil. Isso pode ser observado no gráfico abaixo:

Figura 12. Percentual de conselheiros representativos dos moradores da Resex Chico Mendes - Conselho Deliberativo



Fonte: LELIS, 2011.

O número inferior de representantes dos moradores vem sendo duramente questionado pela maioria das associações e pelo STR de Xapuri (especialmente). Para eles, essa realidade compromete o item paridade e pode

influenciar diretamente nas decisões sobre a gestão e uso do território da Resex, pois estas são validadas por meio do voto dos Conselheiros. A reivindicação é de que eles passem a ter 50% de representatividade sobre o total de conselheiros da Resex.

Adiciona-se a esse histórico, o fato de que atualmente há mais de trinta solicitações de organizações que desejam entrar no Conselho, apenas aguardando análise. Alguns exemplos são: O Centro de Trabalhadores da Amazônia (CTA); Secretaria Estadual de Turismo (SETUR); Cooperativa dos Produtores Florestais Comunitários (COOPER-FLORESTA) e Grupo de Pesquisa e Extensão em Sistemas Agroflorestais do Acre (PESACRE). Caso esse fato se concretize, desenha-se uma nova situação, na qual o número de representantes dos moradores da Resex ficará ainda mais reduzido (LELLIS, 2011).

A entrada ou não dessas novas organizações será avaliada pelo próprio Conselho, pois o art. 5º do Regimento Interno do Conselho prevê que qualquer alteração na composição do Conselho deverá ser discutida e aprovada pelo próprio Conselho, em reunião Ordinária. Ocorre que as regras para o ingresso de participantes no Conselho Deliberativo são relativamente fáceis: basta ter relação com Resex (ter um projeto, por exemplo) e ser aprovado no Conselho Gestor.

Em se tratando do Regimento Interno, cabe mencionar que desde que ele foi aprovado, em 2005, não passou por reformulação. Acreditamos que diante da situação ora enfrentada, o momento incita um debate com o objetivo de analisar se esse Regimento em vigor ainda atende as necessidades atuais, para isso, é interessante considerar todas as experiências vivenciadas ao longo desses anos e, se necessário, traçar novos rumos.

Outro fator importante nessa discussão são as reais condições de participação técnica e política desses conselheiros. Visivelmente, a maioria das entidades governamentais e uma parte do segmento não governamental (a exemplo das ONGs, Fundações de Pesquisas e Universidades) se sobressaem nos itens qualificação técnica, articulação, domínio dos assuntos abordados. Os representantes dos moradores da Resex, em geral, são “menos qualificados”, possuem baixo nível de escolaridade e apresentam dificuldade de discutir assuntos mais complexos, como a exe-

cução de determinados projetos e financiamentos na Resex. Esses aspectos também têm comprometido o encaminhamento das decisões, tendo em vista que os discursos dos componentes “mais qualificados” acabam por “convencer” os conselheiros “menos qualificados”.

Assim, é de vital importância que todos os Conselheiros sejam e/ou estejam qualificados para atuar politicamente e tecnicamente na gestão e uso do território da Resex, bem como no processo de formulação, planejamento, execução e controle das políticas públicas para ela desenhadas. De acordo com Gohn (2007), para que se possa fiscalizar e propor é preciso entender o espaço da política. Apesar dos resultados ainda serem insuficientes e insatisfatórios, vale ressaltar que já aconteceram alguns cursos de qualificação para os conselheiros.

Mesmo não havendo realizado uma análise aprofundada quanto à atuação do Conselho Deliberativo na gestão da Resex Chico Mendes, sua eficiência ou ineficácia em relação à forma de gestão anterior (autogestão), cabe-nos sugerir que nesse espaço os atores envolvidos lutem para alcançar os objetivos almejados pelos grupos que representam. Um importante passo nesse processo é ouvir o maior número possível de pessoas que façam parte desse segmento, para juntos, tomarem a decisão que melhor beneficie a coletividade; não é correto fazer uso apenas da própria opinião, como se fosse à do seu grupo, ou ainda, ser usado para fazer valer a decisão de outrem. Também são fatores de grande relevância a qualificação técnica, política e ambiental dos conselheiros, a composição e representatividade dos Conselhos, a definição de responsabilidades e paridade, visando assim consolidar uma gestão democrática e participativa.

3.2 De olho na pecuária por meio do Plano de Utilização: primeira versão

No ano de 1993, sob a perspectiva de autogestão, teve início a elaboração da primeira versão do Plano de Utilização da Resex Chico Mendes. O processo se deu de forma democrática através de diversas assembleias e reuniões acontecidas nos seringais e sindicatos, com participação maciça dos moradores e extrativistas e o apoio voluntário de vários profissionais envolvidos com as causas socioambientais. Representou um momento em que os extrativistas

buscavam a autonomia sobre o seu território, procurando fazer com que essa área fosse controlada efetivamente por eles, pelos seus sindicatos e pelas suas organizações. Pretendiam com isso, afirmar a luta anterior à criação das Resex's, que teve o STR como expressão da conquista.

A proposta elaborada expressava a vontade da maioria dos moradores da Resex, o seu modo de vida e a forma como eles gostariam de viver. Ela foi levada para discussão na 1ª Assembleia de moradores, ocorrida no ano de 1994, nos municípios de Assis Brasil (dias 14, 15 e 16 de novembro), no STR, Brasiléia (dias 19, 20 e 21 de novembro), no salão da Casa de Cultura, e Xapuri (dias 26 e 27 de novembro), no Salão Paroquial da Igreja São Sebastião, onde foi aprovada com algumas alterações e submetida a posterior apreciação do IBAMA (BRASIL, 1995).

De posse do IBAMA, o documento foi conduzido para análise na Comissão das Populações Tradicionais (criada pela portaria IBAMA N° 46-N, de 06 de maio de 1994, com a incumbência de aprovar os Planos de Utilização das Resex's) e aprovado durante a sua 5ª Reunião, ocorrida no dia 11 de abril de 1995. Posteriormente, a Presidência do IBAMA também aprovou o documento através da Portaria n° 28-N, de 18 de abril de 1995 (BRASIL, 1995). Assim, de forma participativa e democrática, foram definidos os marcos regulatórios da gestão e uso da terra na Resex Chico Mendes.

O Plano de Utilização passou a ser o regulamento básico de como todos deveriam se comportar, um acordo de convivência entre os moradores da Resex Chico Mendes. Ao mesmo tempo, um guia para que as atividades fossem desenvolvidas dentro dos limites estabelecidos, assegurando a sustentabilidade mediante a regulamentação da utilização dos recursos naturais (BRASIL, 1995). De acordo com Azevedo (2003), uma das características inovadoras do Plano consistiu no fato dele haver sido referendado pelas próprias comunidades residentes. Era um documento de fácil entendimento que representava os anseios das comunidades e que teve um custo relativamente baixo para sua elaboração.

Nesta primeira versão, composta por 38 artigos, entre outras decisões, ficou regulamentado que 10% dos quase 1 (um) milhão de ha que a Resex possui poderiam

ser derrubados para o uso de atividades complementares, incluindo a criação de gado em 50% desse limite.

Art. 15 Os moradores da Reserva poderão realizar atividades complementares, tais como agricultura, criação de pequenos animais, piscicultura, pecuária, agrossilvicultura. Estas atividades poderão ocupar até dez por cento (10%) da área da colocação.

Art. 16 A criação de animais como porcos, gado e ovelhas deve ser feita por comum acordo dos moradores da vizinhança, ficando a construção de cercas ou chiqueiros sempre por conta do criador.

Art. 17. A criação de grandes animais será permitida até o limite máximo de 50% da área da colocação destinada para atividades complementares. (BRASIL, 1995, p. 25, grifo nosso)

Desta maneira, ficava regulamentada no primeiro instrumento de gestão (Plano de Utilização), a permanência do gado bovino em área limitada ao tamanho máximo de 50% da área da colocação destinada para atividades complementares (dos 10% estabelecidos, apenas 5% poderiam ser usados para a criação de gado).

A pecuária não significava algo novo nessa área recentemente transformada em Resex. Desde a época dos antigos seringais que a compunham, ainda nos tempos áureos da atividade extrativista, o gado, criado em pequena escala, já era utilizado como meio de transporte e subsistência das famílias que ali residiam. Vez ou outra, quando havia necessidade de obter dinheiro para realizar tratamento de saúde na família ou adquirir alguns produtos na cidade (tecido, café, açúcar, ferramentas de trabalho, etc.), o boi era comercializado.

A presença da pecuária na Resex Chico Mendes faz parte de um contexto histórico. Esse fato colabora para compreendermos o intrigante questionamento de parte da sociedade quanto ao fato de que, ao elaborar o Plano de Utilização, os extrativistas e moradores não optaram pela sua exclusão na área da Resex Chico Mendes. Contudo, devemos frisar que naquela época eles não aceitavam desenvolver essa atividade em larga escala, uma confirmação dessa rejeição são os embates que ocorreram entre fazendeiros e populações locais contra a expansão do capital agropecuário nestas áreas, que teve como fruto a criação das Resex's.

Naquele momento as populações locais não aceitavam perder as terras que ocupavam há anos para os “sulistas” recém-chegados, tampouco queriam ver a floresta sendo derrubada para implantação de pastagens. O extrativismo, principal atividade desenvolvida por esta gente secularmente, representava o seu meio e modo de vida, enquanto a pecuária era o oposto, representava a expulsão de suas terras e ameaça à sobrevivência, pois é considerada uma atividade extremamente predadora, que causa incalculáveis prejuízos ao meio ambiente.

Fizemos essas pontuações para evidenciar o quão democrático foi à construção dessa versão do Plano de Utilização da Resex Chico Mendes. Os moradores traçaram juntos os rumos do seu próprio destino. Afinal, “a Reserva é dos moradores e são os moradores os mais interessados em conservar os recursos naturais que representam sua sobrevivência” (BRASIL, 1995, p. 11).

3.3 Um ajuste às exigências do SNUC: 2ª versão do Plano de Utilização

Em 2006, visando ajustar-se às exigências da Lei do SNUC (artigo 27 e parágrafos), houve a elaboração do Plano de Manejo da Resex Chico Mendes. Através de um edital lançado pelo IBAMA, foi contratado serviço de consultoria “de natureza técnico-científica” para realização dessa tarefa, cuja equipe técnica era composta por analistas ambientais, biólogos, advogados, administradores, engenheiros florestais e geógrafos (BRASIL, 2006a). As associações de moradores e produtores das Resex’s e os sindicatos figuraram nesse cenário, com participação incomparável à elaboração da primeira versão do Plano de Utilização, no qual foram eles os protagonistas da história.

Durante a elaboração foi realizada também a revisão do Plano de Utilização, bem como sua inclusão no Plano de Manejo. De acordo com o documento oficial, foram “reformuladas e incorporadas novas formas de uso, sugeridas a partir da diversificação de atividades de manejo dos recursos naturais, aumento populacional e ações migratórias dentro da unidade” (BRASIL, 2006a, p.50). O mesmo documento relata que a revisão aconteceu tomando como ponto de partida dois eventos distintos: o primeiro foi uma oficina participativa realizada na cidade de Brasileia - Acre, no mês de julho de 2006, com os representantes das comu-

nidades extrativistas da Unidade (associações, sindicato e cooperativas) e o segundo momento aconteceu a partir da realização de 16 (dezesseis) oficinas participativas, no decorrer do mês de novembro de 2006, com as comunidades dos municípios de Assis Brasil, Brasília, Capixaba, Xapuri e Rio Branco.

Apesar de constar no documento oficial uma expressiva participação de moradores, associações, sindicatos e cooperativas na revisão do Plano de utilização, alguns fatos acabam nos conduzindo a duvidar da autenticidade das informações, um deles é o resultado do diagnóstico socioeconômico realizado na Resex Chico Mendes no ano de 2010, elaborado pelo Governo do Estado do Acre, através da Sema. O documento aponta que, em entrevistas com os moradores desta Unidade, apenas 30,83% afirmaram ter conhecimento da existência do Plano de Utilização, enquanto que 56,86% não o conheciam e 12,31% nem sequer sabiam da sua existência. Cabe-nos aí a seguinte reflexão: Se houve tamanha participação das comunidades residentes na revisão desse documento, por que a maioria delas afirma não o conhecer?

A segunda versão do Plano de Utilização trouxe mudanças quanto aos limites estabelecidos para uma área total desmatada por colocação (destinada a atividades complementares como a agricultura, criação de pequenos e grandes animais, peixes e atividades agroflorestais), que interferiam significativamente na área destinada à criação de gado.

Art. 31. As atividades complementares poderão ocupar até dez por cento (10%) da área da colocação sendo que o tamanho máximo destinado às atividades complementares não poderá ultrapassar 30 hectares por colocação.

Art. 32. Após zoneamento específico de áreas sem recursos extrativistas em potencial, poderá ser estendido o limite de vinte por cento (20%) da colocação para atividades complementares, não podendo ultrapassar 40 há, sendo esta decisão condicionada à apreciação e aprovação do Conselho Deliberativo.
[...]

Art. 36. A criação de grandes animais, como o gado, será permitida até o limite máximo de 50% da área da colocação destinada para atividades complementares. (BRASIL, 2006a, p. 53-54, grifo nosso)

A partir de então ficava condicionado um tamanho máximo de 30 ha por colocação para desenvolver atividades complementares. Destes 30 ha, apenas 15 deles poderiam ser utilizados para a criação de grandes animais como o gado. Na primeira versão elaborada pelos extrativistas a pecuária poderia ocupar 5% do limite destinado a atividades complementares (10%), independente do tamanho da área total da colocação.

Aparentemente, as mudanças caracterizavam forte preocupação com a conservação ambiental (restringir a pecuária para frear o desmatamento), porém, essas iniciativas de “restrição à pecuária” não devem ser vistas apenas como medidas de interesses “legitimamente ecológicos”, que têm como objetivo único “preservar a natureza” e beneficiar as populações locais. Elas também merecem ser analisadas à luz da expansão do capital financeiro, das estratégias das grandes corporações e do agronegócio no Estado (neste caso da madeira).

Sob essa perspectiva, vejamos uma sequência de fatos: No ano de 1995, ao ser elaborada a primeira versão do Plano de Utilização da Resex Chico Mendes, ficou definido através dos artigos 11 e 12 que não seria permitida a exploração comercial de madeiras sob qualquer forma: “Art 11. É proibida a entrada de madeiras na Reserva com o fim de realizar exploração comercial de madeira sob qualquer forma; Art.12. Não será permitido o comércio de madeiras na Reserva Extrativista” (BRASIL, 1995, p. 24-25).

A medida de restrição tomada pelos extrativistas visava assegurar os princípios de sustentabilidade ambiental da Reserva, tendo em vista a exploração madeireira ser considerada predatória. A decisão era também o reflexo da afirmação da luta dessas populações nos “empates”, contra o modelo devastador de florestas; permitir a exploração madeireira seria o mesmo que permitir a destruição das matas.

Cinco anos depois da elaboração desse Plano de Utilização, aconteceu a promulgação da Lei do SNUC e através dela apareceram os primeiros sinais de abertura para implantação desse tipo de atividade nas Reservas. O art. 18, § 7º dessa Lei estabelece que “a exploração comercial madeireira só será admitida em bases sustentáveis e em situações especiais e complementares às demais atividades desenvolvidas na Reserva Extrativista, conforme o disposto

em regulamento e no Plano de Manejo da Unidade” (BRASIL, 2000).

O novo posicionamento sobre a questão da exploração madeireira conduziu a um redirecionamento político-discursivo que recebeu o apoio dos mais diversos atores, incluindo desde os movimentos sociais, até setores do Meio Ambiente (NEGRET, 2010). Estes últimos passaram a difundir a viabilidade da atividade, afirmando que “embora resistida por muito tempo, não existem razões válidas para excluir a exploração madeireira nas Resex’s, sempre que praticadas através de procedimentos de manejo que assegurem a sustentabilidade” (MMA, 2002 *apud* NEGRET 2010, p. 377).

Em 27 de dezembro de 2001, durante a gestão do Governador Jorge Viana (PT), a Assembleia Legislativa do Acre aprovou a Lei Estadual nº 1.426, que “dispõe sobre a preservação e conservação das florestas do Estado, institui o Sistema Estadual de áreas Naturais Protegidas, cria o Conselho Florestal Estadual e o Fundo Estadual de Florestas” (ACRE, 2001). Em síntese, essa Lei institui a concessão de florestas públicas estaduais e municipais para exploração de madeiras por empresas privadas, a qual ocorre mediante critérios, vencidos por processo de licitação. Ainda que nas Resex’s esse tipo de atividade não estivesse regulamentado, a Lei significava o pontapé inicial desse “experimento” no Acre.

O processo é até hoje sustentado pelo discurso oficial de que as populações locais são as mais beneficiadas com a venda da madeira, além disso, afirmam que, diferente de outrora, a exploração madeireira está sendo realizada de forma ecologicamente correta e socialmente justa. Dessa maneira, intensificam-se as relações de mercado dentro desses territórios e “abrem-se as cortinas” para que entrem em cena as grandes madeireiras, sendo o direito de uso passado para os capitais privados.

Dentro dessa lógica incessante do processo de expansão do capital, o grupo que governa o Acre desde 1999 favorece o cartel madeireiro com isenções fiscais e tributárias e grandes investimentos em obras de infraestrutura, na maioria das vezes financiados pelo BID e pela Organização Internacional de Madeiras Tropicais (ITTO). Soma-se a este fato, a criação dos PAFs, no ano de 2003, voltados

à exploração privada da madeira em larga escala em terras públicas (PAULA, 2004).

Esse “experimento” (manejo madeireiro) da administração petista no Acre foi ampliado em âmbito nacional, através da Lei N° 11.284/2006, aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo então presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva (PT). A referida Lei, originária do Projeto 4.776/2005, que havia sido aprovado pela Câmara em 7 de julho de 2005 sob um emblemático “acordo de lideranças”, regulamenta a Gestão de Florestas Públicas para a produção sustentável, permitindo a exploração madeireira e outras atividades econômicas em áreas florestais federais.

A aprovação dessa Lei foi duramente contestada pelas populações camponesas e indígenas, que chegaram até mesmo a rasgar e queimar uma cópia no Congresso como forma de demonstrar sua insatisfação, por outro lado, ela foi veiculada pela imprensa nacional e local como uma vitória política do PT. Nas manchetes, a principal notícia era de que ela reforçava a proposta de um “novo modelo de desenvolvimento” para a Amazônia, vinculado à manutenção da floresta viva e da terra pública. No Estado do Acre, a mídia oficial fez questão de enaltecer os nomes do Governador Jorge Viana (PT - AC), senadores Sibá Machado (PT - AC) e Tião Viana (PT - AC) e da Ministra Marina Silva (PT.- AC) como colaboradores na elaboração e defesa da proposta enviada ao Senado.

Apesar de estar em vigor, a Lei é alvo de uma série de críticas e questionamentos por parte da sociedade, envolvendo desde a incapacidade do poder público de fiscalizar as áreas concedidas (apesar dos instrumentos criados), até os estragos que as explorações madeireiras trazem ao habitat das áreas concedidas. Inicia-se argumentando que para derrubar uma árvore, muitas outras também acabam sendo derrubadas, prossegue-se que a sua retirada do local destrói uma série de outras espécies que se encontram ao longo do caminho, além dos diversos “entendimentos” quanto a quem realmente se beneficia nesse processo.

Extensa e complexa, a Lei possui 86 artigos, além de um grande número de parágrafos e incisos. Ela abre caminhos para que as explorações sejam realizadas sob a forma de “concessões” (quando melhor seria dizer “arrendamentos”), mediante processo de licitação, aplicando os mecanismos da Lei 8.666/93 (BRASIL, 2006b). Para tan-

to, os vencedores “ganham o direito” de praticar o “manejo florestal sustentável de produtos e serviços” (na realidade o único que interessa é o manejo madeireiro) em vastas extensões de floresta por um período que varia de 05 até 40 anos (BRASIL, 2006b).

De acordo com a Lei, podem concorrer ao pleito empresas ou pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras que tenham sede e administração no país. Porém, quem pode garantir se a empresa é realmente brasileira ou se ela é apenas um “laranja” para alguma empresa estrangeira? Nos dias de hoje é muito simples o processo para se conseguir um Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ); apenas empresas de aviação, rádio difusão e mineração possuem restrições mais complicadas.

O vencedor das licitações é definido tomando como base dois critérios: 1) maior preço ofertado; 2) menor impacto ambiental e maiores benefícios sociais e econômicos (BRASIL, 2006b). Estes e outros argumentos presentes na Lei são apoiados na ideia de desenvolvimento sustentável, fundamentado nos princípios de equidade socioeconômica e ambiental.

“Curiosamente”, o ano em que essa Lei foi aprovada “coincide” com o mesmo ano da aprovação do Plano de Manejo da Resex Chico Mendes e das reformulações (quando melhor seria dizer desregulamentação) no seu Plano de Utilização. Para ajustar-se às exigências do SNUC, foi regulamentada através dos artigos 26 e 27, a exploração madeireira nas Reservas, pondo fim ao que havia sido anteriormente decidido pelos extrativistas na primeira versão do Plano de Utilização (1995). O processo caminhava mais uma vez “de cima para baixo”.

26. Para que haja comercialização de madeira por parte dos moradores da Reserva é obrigatório o Plano de Manejo Florestal Sustentável de Uso Múltiplo Comunitário - PMFS Comunitário, aprovado pelo IBAMA com anuência do Conselho Deliberativo. O Plano de Manejo Madeireiro Sustentável deve definir todas as especificações técnicas de uso, beneficiamento e saída de madeira e produtos madeireiros da Reserva.

27. De acordo com SNUC, Art.18 “A exploração comercial de recursos madeireiros só será admitida em bases sustentáveis e em situações especiais e complementares às demais ativi-

dades desenvolvidas na Reserva Extrativista”.

(BRASIL, 2006a, p. 53, grifo nosso)

Assim, entendemos que a “restrição à pecuária” é uma das formas encontradas pelo grupo governante de “reforçar o consenso” dos moradores e extrativistas para que eles, sem alternativa, “aceitem” realizar o manejo florestal madeireiro, afinal, se eles possuem o gado bovino em suas propriedades, ainda que em pequena escala, têm uma renda alternativa e gozam de certa autonomia; atributos nada interessante para quem necessita “alimentar” os interesses da expansão do capital financeiro e do agronegócio.

Há que se ressaltar que as atividades extrativistas, especialmente a coleta da castanha e a extração do látex, não têm sido suficientes para atender suas demandas (declínio do mercado), além do mais, as políticas públicas destinadas a promover a diversificação e fortalecimento do extrativismo e da agricultura familiar também não têm oferecido respostas satisfatórias.

Apesar do “consenso” vir sendo trabalhado de forma gradativa pelo poder público, a resistência ao Manejo Comunitário Madeireiro na Resex Chico Mendes ainda é muito grande por parte dos moradores desta unidade, sociedade acadêmica, “sucessores do Chico Mendes” e sociedade em geral. A polêmica em torno da discordância quanto aos beneficiados neste processo é tão expressiva quanto à dos danos ambientais que ele pode resultar. Algumas dessas “experiências” em curso no Acre, como na Floresta Estadual do Antimary e no Projeto de Assentamento Extrativista Chico Mendes, têm sido alvo de debates, controvérsias e escândalos.

A pressão para que os moradores da Reserva realizem o Manejo Florestal Madeireiro é muito grande, pois só assim serão supridas as grandes demandas geradas pelo comércio exterior e pelos investimentos instalados no Estado do Acre. De acordo com a publicação oficial Acre em Números (2011), esse produto contribuiu com quase a totalidade das exportações dos principais produtos para outros países (71,65%). Diga-se de passagem, a madeira “é um negócio e tanto” para o Estado.

No município de Xapuri, foi instalada uma Fábrica de Pisos (2007) que custou aos cofres públicos 38 mi-

lhões de reais²². Esta possui capacidade para o consumo de aproximadamente 40.000 m³ de madeira/ano, volume que representa 295% da atual produção de manejo florestal da Regional do Alto Acre e 1.500% da produção comunitária, seu abastecimento geraria uma necessidade de mais de 10.000 ha/ano de planos de manejo (ACRE, 2006a).

Em breve, essa demanda será suprida com a madeira proveniente da Resex Chico Mendes, pois recentemente (2011) foi aprovado o primeiro Plano de Manejo Madeireiro da Resex Chico Mendes para 18,7 mil ha. Diferente de outras ocasiões, o fato não ocupou as principais manchetes da imprensa local, sendo noticiado de maneira “tímida”.

3.4 Deliberações do Conselho Gestor da Resex Chico Mendes no ano de 2008

No ano de 2008, durante a V Reunião Ordinária do Conselho Gestor da Resex Chico Mendes, foram deliberadas novas regras para inserção no Plano de Utilização. A reunião aconteceu nos dias 30 e 31 de outubro, na Pousada do Seringal Cachoeira, no Município de Xapuri e contou com a presença de conselheiros, convidados e autoridades. A mesa de abertura dos trabalhos foi composta pelos senhores Anselmo Forneck, então Superintendente do IBAMA no Estado do Acre e Representante Estadual do ICMBio no Estado do Acre; Sebastião Santos da Silva, Gestor da Resex Chico Mendes (empossado nessa reunião) e Presidente do Conselho Deliberativo; Júlio Barbosa de Aquino, ex-prefeito de Xapuri e Vice-Presidente do Conselho Nacional dos Seringueiros; Renato Ferreira Ribeiro, presidente da Amoprex e Moacyr Araújo, representante da WWF - Brasil (RCM, 2008).

No primeiro dia de reunião, o novo gestor fez exposições sobre o Plano de Ação de Reordenamento Territorial e Regularização Fundiária da Resex Chico Mendes. Foram também apresentadas amostragens de dados e imagens de satélite sobre a evolução do desmatamento entre os anos de 1990 e 2008. Problemas como o avanço do gado na Resex, arrendamento, venda, troca ou fracionamento de colocações, fiscalização e omissão do IBAMA na Resex também fizeram parte da pauta suscitando discussões e deba-

22. Disponível em: <<http://www.ac24horas.com/2011/12/05/tiao-viana-quer-doar-patrimonio-do-estado-avaliado-em-mais-de-r-38-milhoes-a-grupo-de-empresarios/>>. Acesso em 11 de dezembro de 2011.

tes. Os encaminhamentos é que fossem punidos os moradores que estivessem descumprindo a legislação ambiental e os instrumentos de gestão da Unidade (plano de Utilização, Plano de Manejo e Contrato de Concessão Real de Uso) (RCM, 2008).

O segundo dia de reunião foi marcado pela apresentação de um resumo dos principais temas já discutidos, e ao final da tarde foram colocados para apreciação dos conselheiros os assuntos a serem deliberados. Dentre as inúmeras deliberações, configuram os objetos de nosso interesse: a aprovação da criação dos artigos 36 A. e 36 B., para inserção no Plano de utilização da Resex Chico Mendes, com a seguinte redação:

36. A criação de grandes animais, como o gado, será permitida até o limite máximo de 50% da área da colocação destinada para atividades complementares.

36 A. A criação de animais de grande porte, principalmente o gado bovino, no interior da Reserva Extrativista Chico Mendes, somente poderá ocorrer no limite máximo de 2 (duas) cabeças/hectares, dentro do limite máximo permitido de 15 (quinze) hectares de pastagem, sendo autorizado um número maior de cabeças somente em caso de comprovação de viabilidade técnica e econômica, por meio de projeto técnico a ser submetido à análise e aprovação do órgão gestor, mediante anuência prévia da Associação Concessionária da área de jurisdição do projeto.

36 B. Fica proibido o arrendamento de áreas de pastagem no interior da Reserva Extrativista Chico Mendes. (BRASIL, 2009)

O Art. 36 A. complementa a previsão do Art. 36 e institui uma nova norma, com caráter restritivo, que teoricamente “tenta frear” o tamanho do rebanho, dado que estabelece um limite máximo de 30 (trinta) cabeças de gado, dentro do limite máximo de 15 ha. Quanto ao Art. 36 B., ele também institui uma nova norma e também complementa o art. 36, porém é voltado para o problema vivenciado na Resex - arrendamento ilegal das áreas de pastagem. Como vimos no capítulo I esse problema se dá principalmente nas zonas de transição desta Unidade de Conservação, visto que grande parte de seu perímetro é margeado por inúmeras fazendas, o que torna mais fácil a negociação ilegal entre proprietários e os moradores da Resex.

As medidas aprovadas durante essa reunião foram ainda mais restritivas que as tomadas no ano de 2006 e visavam intimidar os moradores, para que não desenvolvessem a pecuária na Resex. Sem alternativa, eles vão sendo “empurrados” a praticar o manejo florestal madeireiro, todavia, essas iniciativas também foram oportunas para o momento histórico ora vivido, no qual se completavam 20 (vinte) anos que o líder sindical Chico Mendes havia sido assassinado. Além da pressão que exerciam sobre os extrativistas e moradores, serviam como explicações para grande parte da sociedade, pois traziam a ideia de que o poder público agia dessa maneira porque tinha preocupação e compromisso de conservar a natureza e manter os ideais de Chico Mendes.

Não há como negar que havia uma cobrança de alguns segmentos sociais em relação à eficiência e eficácia do modelo de desenvolvimento sustentável implementado nas Reservas, em especial a Chico Mendes, por seu nome, história e localização. A constatação do avanço da criação de gado na Resex Chico Mendes, da ocorrência do aumento do desmatamento e da ocupação irregular da terra significava o oposto do sucesso que era divulgado pelo Governo do Estado do Acre acerca dessas áreas.

Nesse período, as ilegalidades e irregularidades na Resex Chico Mendes ocuparam posição de destaque na mídia nacional e internacional. As principais notícias divulgavam que havia cerca de 10 (dez) mil cabeças de gado na área da Resex e que o desmatamento já atingia aproximadamente 450 quilômetros quadrados²³. Somaram-se a estes fatos uma série de denúncias por parte das lideranças civis organizadas, movimentos sociais e população em geral, sobretudo àquelas ligadas ao desmatamento e o avanço da pecuária. A situação chegou ao Ministério Público, que abriu procedimento e encaminhou os casos para a Polícia Federal, gerando os Inquéritos Policiais de N.º 043/2007 e 030/2008 (ACRE, 2010).

Visando conter os “falatórios” e principalmente frear o avanço do gado bovino na Resex, o poder público adotou algumas ações como estratégia, como por exemplo a Operação “Reserva Legal” - uma ação realizada pelo

23. Disponível em: <<http://www.globoamazonia.com/Amazonia/0,,MUL879601-16052,00-OPERACAO+COMBATE+DESMATAMENTO+NA+RESERVA+CHICO+MENDES.html>>. Acesso em 04 de setembro de 2011.

IBAMA no ano de 2008 (primeira fase), com o objetivo de “combater práticas irregulares e ilegais na Resex Chico Mendes”. Essa Operação consistia em aplicação de multas e ameaça de expulsão aos moradores que estivessem cometendo infração ao meio ambiente. Vários “pecuaristas” (como foram denominados na época) da Resex Chico Mendes foram notificados a providenciar imediata retirada do gado no prazo máximo 60 dias e/ou se retirar da área em 90 dias, no entanto, a maioria das notificações não foram cumpridas.

Parte da sociedade repudiou tal ação alegando que os seringueiros utilizavam a atividade da pecuária como complemento de renda por motivo de não existir uma política governamental que promovesse a diversificação e o fortalecimento do extrativismo e da agricultura familiar. O próprio STR de Xapuri emitiu nota de repúdio durante as comemorações da “Semana Chico Mendes”, que acontecem no mês de dezembro, em Xapuri- Acre. Eis alguns trechos da nota:

(...) O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri repudia veementemente o caráter de perseguição e criminalização dos seringueiros e moradores da Reserva Extrativista Chico Mendes, efetuada pelo IBAMA na operação denominada de “Reserva Legal”, quando moradores foram multados e outros ameaçados de serem retirados da Reserva, por estarem cometendo infrações ao meio ambiente. Nosso repúdio e indignação têm por base os seguintes motivos:

- 1) Nestes dezoito anos de criação da Reserva não existe uma política que garanta uma renda para os seringueiros viverem com dignidade exclusivamente da produção extrativista. Portanto a utilização da atividade da pecuária é um complemento de renda que tem sido utilizado pela grande maioria dos moradores;
- 2) Pouco existiu um trabalho de esclarecimento e conscientização das regras de uso e manejo da Resex que abrangesse um número significativo de famílias;
- 3) O Plano de Manejo e de Utilização da Resex não é de conhecimento da grande maioria das famílias;
- 4) Os seringueiros não podem ser responsabilizados pela mudança do clima do planeta, este se deve a ação dos grandes pecuaristas, mineadoras e do grande capital;

5) As multas aplicadas inviabilizam seu compromisso. As famílias de seringueiros têm uma vida de duro trabalho na floresta e o pouco rendimento e benfeitorias conseguidas pelas famílias não podem ser disponibilizadas para o pagamento destas multas porque isto inviabilizaria a reprodução das próprias famílias.

(...)

Se ontem lutamos contra o latifúndio, inimigo declarado, parece que a política governamental tornou-se auxiliar dos interesses do latifúndio, que sempre tentou ignorar os que vivem da terra com trabalho.

Hoje temos na política ambiental de criminalização dos pequenos produtores um novo impedimento para a garantia de atividades que permita aos seringueiros uma vida digna. (...) ²⁴.

Não resta dúvida de que a Operação “Reserva Legal” refletiu no campo político, “afetando” os que estavam no poder, que logo passaram a ser alvo de críticas. Como consequência, a segunda fase da operação, prevista para ocorrer no mês de janeiro do ano de 2009, anunciada na mídia local pelo Presidente do Ibama no Estado do Acre, Sr. Anselmo Forneck, acabou não acontecendo.

Apesar das medidas aprovadas pelo Conselho Gestor da Resex Chico Mendes no ano de 2008 terem sido objeto da instrução normativa N° 07, de 31 de outubro de 2008, é relevante ressaltar que elas não contaram com a aprovação técnica do ICMBio, não tendo assim validade.

3.5 As “últimas deliberações” do Plano de Utilização: 2009

As “últimas deliberações” para o Plano de Utilização da Resex Chico ocorreram durante a VI Reunião Ordinária do Conselho Gestor, nos dias 30 de setembro e 01 de outubro de 2009, na Pousada Vila Brasília, no município de Brasília - Acre. Nessa reunião as decisões tomaram rumo contrário ao que vinha ocorrendo nos anos de 2006 e 2008 (restrição à pecuária) e o processo caminhou para um retorno das proposições referendadas no primeiro Plano de Utilização (1995), com acréscimo de novas propostas.

No que diz respeito à pecuária, o conselho Gestor aprovou a exclusão do art. 36 A (proposto em 31/10/2008)

24. Disponível em: <<http://blogdaamazonia.blog-prev.terra.com.br/2008/12/17/trabalhadores-criticam-semana-chico-mendes-do-governo-da-floresta/>>. Acesso em 04 de setembro de 2011.

que delimitava uma quantidade de 30 cabeças de gado por colocação e instituiu a quebra do limite do rebanho bovino por colocação extrativista. Assim, o ocupante passaria a criar um maior número de cabeças de gado dentro da área de pastagem que já possuísse em sua propriedade, cabendo ao poder público a realização de acompanhamento técnico e estudo de viabilidade para criação de animais por ha (RCM, 2009).

Quanto à ocupação, ficou decidido pela quebra do limite de 30 ha por colocação para desenvolver atividades complementares, voltando a vigorar o mesmo entendimento definido na primeira versão do Plano de Utilização, no qual as atividades complementares poderiam ocupar até dez por cento (10%) da área da colocação (RCM, 2009).

No tocante ao Manejo Madeireiro, foi aprovada uma alteração no art. 26 do Plano de Utilização, dando a seguinte redação:

Art. 26. Para que haja comercialização de madeira por parte dos moradores da Reserva é obrigatório o Plano de Manejo Florestal Sustentável de Uso Múltiplo Comunitário - PMFS Comunitário, com anuência do Conselho Deliberativo. O Plano de Manejo Madeireiro Sustentável deve definir todas as especificações técnicas de uso, beneficiamento e saída de madeira e produtos madeireiros da Reserva, sendo que na operação de arraste sejam utilizadas técnicas de menor impacto. (RCM, 2009)

As medidas deliberadas atendem especialmente aos interesses do agronegócio da pecuária e madeira, vinculado ao movimento de integração sul-americana, que projeta o desenvolvimento da região com base na exportação de *commodities* (grãos, carne bovina, minério, madeira, energia, etc.) para o mercado internacional (veremos de forma mais detalhada no capítulo 4).

Em situação semelhante à ocorrida no ano de 2008, as decisões tomadas pelo Conselho Gestor no ano de 2009 também não contaram com a aprovação técnica do ICMBio. Através dos Memorandos de Nº 51/2010 e 52/2010 - RCM, datados em 01 de novembro de 2010, o então Chefe da Resex Chico Mendes (ICMBio/Acre), Sr. Fernando França Maia, realizou consulta à Procuradoria Federal Especializada do ICMBio. O memorando de nº 51 solicitava expli-

cações quanto aos procedimentos a serem adotados pelo ICMBio nos casos em que os moradores da Resex Chico Mendes praticarem fracionamento e/ou venda irregular de colocações (ICMBio/RCM, 2010a). Já o de nº 52 realizava consulta quanto à validade de resoluções não publicadas no DOU; bem como quais procedimentos devem ser adotados para questionar, impugnar e/ou invalidar deliberações do Conselho Deliberativo daquela Unidade de Conservação (ICMBio/RCM, 2010b). A consulta gerou o processo de nº 02070.005516/2010-22 (AGU/PGF/PFE-ICMBio, 2010a).

A Procuradoria encaminhou resposta ao ICMBio – Acre através do Parecer nº 844/2010/AGU/PGF/PFE – ICM-Bio e do despacho nº 0093/2011/AGU/PGF/PFE – ICMBio. Os itens 12 a 17 do primeiro documento tratam especificamente sobre a possibilidade de invalidar e/ou impugnar as decisões do Conselho Deliberativo (AGU/PGF/PFE-ICMBio, 2010a). As orientações apontam para uma possibilidade de o ICMBio questionar as decisões do Conselho Deliberativo da Resex Chico Mendes sob a ótica da legalidade, quando estas contrariam as Leis do SNUC, o ato de criação e o Plano de Manejo. Contudo, no art. 17, frisa que as decisões do Conselho Deliberativo somente terão eficácia após a aprovação do ICMBio, fato que não ocorreu (AGU/PGF/PFE – ICMBio, 2010a).

No segundo documento, este mesmo assunto (decisões do Conselho) é tratado no item 1, letra d, pela qual a resposta toma o mesmo caminho do parecer Parecer nº 844/2010/AGU/PGF/PFE – ICMBio, na medida em que considera que todas as medidas que vão de encontro ao SNUC, ao ato de criação, ao plano de utilização, ao plano de manejo participativo e ao Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU) são consideradas inválidas e ineficazes perante o ICMBio, que poderá, sem prejuízo do diálogo, lançar mão das medidas legais para fazer cessar a prática de atos ilícitos contra a Resex. Assim, apenas se e após aprovadas tecnicamente pelo ICMBio essas deliberações de cunho normativo poderão produzir efeitos (AGU/PGF/PFE-ICMBio, 2010b).

Curiosamente, em todo o texto dos memorandos nº. 51/2010 e 52/2010 – RCM, as decisões questionadas pelo ICMBio são apenas as que foram tomadas na última reunião do Conselho Gestor, no ano de 2009, justamente as aprovadas sob a articulação dos comunitários e asso-

ciações. Diante disso nos perguntamos: Por que não houve questionamento das decisões tomadas no ano de 2008? É simples, basta lembrar que elas são as que mais restringiram a pecuária na Resex Chico Mendes, portanto atendem aos interesses do grupo governante e, conseqüentemente, do agronegócio da madeira. Contudo, não tiveram a aprovação técnica do ICMBio porque contrariam os interesses de outras classes (pecuaristas, extrativistas/moradores) e isso reflete negativamente no campo político. As decisões de 2008 foram publicadas em forma de um livrinho que até hoje se encontra à disposição nas associações e no ICMBio e é distribuído às pessoas que se interessam em adquirir o Plano de Utilização da Resex Chico Mendes.

Apesar das decisões tomadas pelo conselho gestor nos anos de 2008 e 2009 não terem sido aprovadas tecnicamente pelo ICMBio e não terem eficácia, fizemos questão de trazer esses fatos para o campo das discussões com a finalidade de demonstrar que essa “ofensiva contra a pecuária”, apoiada nas leis e medidas restritivas do Instrumento de Gestão (Plano de Utilização), não pode ser considerada apenas como interesse de preservação ambiental e de benefício às populações locais. Ela serve principalmente para legitimar os interesses de um grupo e moldar as atitudes, ações e pensamentos dos moradores e extrativistas da Reserva Chico Mendes.

A restrição a essa atividade não é generalizada em todo o Estado, ela “limita-se” ao universo das unidades de conservação, sob a bandeira de “preservação ambiental”, afinal, essas áreas devem ser “reservadas” para atender aos interesses do agronegócio da madeira (Manejo Florestal Comunitário Madeireiro), fortemente associado ao poder local.

CAPÍTULO 4:
**O X DA QUESTÃO: SOBREVIVER SEM
DESMATAR OU DESMATAR PARA
SOBREVIVER?**

4.1 Desvendando a opção pela pecuária na Resex: fatores internos e externos

Acompanhando a conjuntura socioeconômica, política e ambiental na qual está inserida a Resex Chico Mendes, adentramos nos bastidores dos Seringais Nova Esperança, Sibéria e São Pedro, na complexa tarefa de compreender o processo de tomada de decisão dos seringueiros moradores em relação ao uso da terra para a criação do gado bovino. Lembramos inicialmente que essa opção pode ser entendida como o oposto da luta de parte dessas populações no período que antecedeu a criação das Resex's e que teve como principal foco a resistência contra o novo modelo produtivo instalado pelos governos federal e estadual na região, baseado na grande propriedade fundiária, na pecuária extensiva de corte e na conseqüentemente “eliminação” do seu meio e modo de vida (terra e extrativismo).

Ao mesmo tempo, o crescimento da pecuária no interior da Resex Chico Mendes põe em xeque o “sucesso” da política ambiental em andamento no Acre desde o final da década de 1990, ancorada na sustentabilidade socioeconômica dos “povos da floresta”, tendo como “carro chefe” o extrativismo. No discurso oficial, as Unidades de Conservação representam um símbolo do Desenvolvimento Sustentável no Estado.

A decisão dos moradores em desenvolver a pecuária na Resex não é algo tão simples quanto parece, pois implica uma mudança de concepção, valores e práticas, anteriormente defendidas e conquistadas através da criação das Resex's. Ela faz parte de um conjunto de fatores internos e externos, que os “empurram e/ou seduzem” a praticar crescentemente essa atividade. A luta pela sobrevivência, o cenário econômico-político estadual e nacional, as normas de convívio social, as ideologias, as influências recebidas e assimiladas, bem como as oportunidades de vida, são elementos importantes desse processo.

Desde a primeira década em que a Resex Chico Mendes foi instituída, houve difusão por parte dos órgãos governamentais, partidos políticos, ONGs, STRs, CPT, CEBs, de que os extrativistas poderiam sair da linha da pobreza e viver em melhores condições de vida, através da renda obtida com os produtos florestais não madeireiros. A ex-

pectativa era de que os impactos positivos na renda familiar estariam vinculados à economia extrativista.

Esses ideais ganharam ênfase quando o PT assumiu o governo pela primeira vez, em 1999. Algumas ações (ainda que insuficientes) foram sendo realizadas ao longo dos anos, sob o discurso de valorizar a produção extrativista, promover sua diversificação, fortalecer a agricultura familiar e, conseqüentemente, melhorar a vida dos “povos da floresta”. Como exemplo, podemos citar: a promulgação da Lei de subsídio da borracha natural (Lei Chico Mendes) no ano de 1999; a construção das Usinas de beneficiamento de Castanha em Xapuri e Brasiléia; o incentivo à exploração de sementes para confecção de artesanato, exploração de óleos vegetais (copaíba, andiroba, pimenta-longa, etc.), frutos regionais (ex: açaí, patauá) e plantas medicinais.

Ocorre que, na prática, esse conjunto de políticas vem apresentando impactos bastante reduzidos e o extrativismo da borracha e da castanha caminha em franca decadência. Um dos importantes instrumentos de avaliação é a incessante busca de alternativas econômicas diferenciadas por parte dos protagonistas dessa história (“povos da floresta”), a exemplo da criação de gado nas unidades de conservação, acima do permitido pela legislação vigente.

Os preços dos principais produtos - castanha e borracha - permanecem instáveis no mercado, fazendo com que grande parte das famílias abandone efetivamente ou temporariamente a atividade. As tabelas a seguir servem para avaliar a oscilação da produção e preço da castanha e da borracha natural bruta subsidiada durante os anos de 2000 a 2009.

Tabela 2. Produção de Borracha Bruta Subsidiada no Estado do Acre e no município de Xapuri durante os anos de 2000 a 2009

Ano	Produção (Kg)	
	Acre	Xapuri
2000	1.398.922	203.476
2001	2.408.591	341.749
2002	2.014.341	499.150
2003	2.088.462	203.476
2004	2.367.429	341.749
2005	2.351.358	499.150
2006	1.871.225	284.010
2007	1.672.122	221.318

Ano	Produção (Kg)	
	Acre	Xapuri
2008	1.090.877	57.268
2009	928.246	101.310

Fonte: ACRE (2006b, p.124 e 125) e ACRE (2011, p.137).
Organizado por Márcia Fittipaldy.

Tabela 3. Quantidade produzida e valor da produção de Castanha do Brasil no Estado do Acre – 2000 a 2009

Ano	Castanha do Brasil	
	Quantidade produzida (Ton.)	Valor da produção (Mil Reais)
2000	8.247	3.141
2001	5.924	1.888
2002	6.674	2.888
2003	5.661	2.354
2004	5.859	4.940
2005	11.142	15.376
2006	10.217	12.254
2007	10.378	12.142
2008	11.521	9.281
2009	10.313	8.475

Fonte: Acre (2001, p.76); ACRE (2006b, p.121) e ACRE (2011, p. 137).
Organizado por Márcia Fittipaldy.

Os dados constantes na tabela 2 evidenciam que, após a promulgação da Lei Chico Mendes (1999), a produção de borracha natural bruta subsidiada conseguiu dar um salto quantitativo, mas não se estabilizou, obtendo queda a partir do ano de 2006, isso demonstra que o subsídio do governo não é suficiente para “cobrir” o preço de mercado e reverter a tendência de decadência. O objetivo anunciado dessa política é elevar a renda média dos seringueiros a um nível mínimo, garantindo sua permanência nas “colocações” (TONI, *et al*, 2007).

A castanha, apesar de ser lucrativa e proporcionar boa remuneração da mão de obra familiar (TONI, *et al*, 2007), não garante os benefícios para o ano inteiro, pois sua produção é por safra (geralmente três meses no ano). Ela também está inclusa no rol das oscilações de preço, como prova disso, observe o exemplo na tabela 3: Em 2005, foram produzidas 11.142 toneladas de castanha ao preço de R\$ 15.376.000,00 (quinze milhões, trezentos e setenta e seis mil reais). Três anos depois (2008), a produção foi semelhante (11.521 toneladas), porém, com um preço bem menor

- R\$ 9.281.000,00 (nove milhões, duzentos e oitenta e um mil reais), comprovando a instabilidade no mercado.

Soma-se a isso o insucesso em agregar valor e conseguir mercado comprador para outros produtos do setor extrativista (frutos, óleos, sementes etc.), bem como o fracasso de uma série de projetos considerados alternativos, implementados sem vínculo com a realidade local, como é o caso da pimenta longa, da pupunha, do café, da criação de animais (galinha, porco etc.), dentre outros. A intrafegabilidade dos ramais, dificultando o escoamento da produção, e a falta de assistência técnica foram os problemas mais citados pelos seringueiros moradores entrevistados nesta pesquisa. As palavras do Sr. Otacílio Martins de Oliveira (Tatá), morador do Seringal São Pedro, Colocação Bom Levar, exemplifica muito bem essa realidade:

“O Basa me emprestou R\$ 3.700,00 para eu plantar café e R\$ 3.700,00 para eu plantar palmito. O café, o sapé invadiu e eu não colhi e a pupunha não teve quem comprasse, não vieram cortar o palmito, que era pra vender palmito, não vieram cortar nem nada, ainda tem o pupunhal aí porque não deu certo, não tinha ramal, não tinha nada. Aí chegava todos os mês a cobrança do Banco, aí foi preciso eu vender a canoa que eu tinha, foi preciso eu vender umas égua que eu tinha, pra pagar o banco. Eu vendi o que era meu pra eu pagar o banco, não devo nada, Graças à Deus”. (entrevista Sr. Otacílio Martins de Oliveira, 76 anos, morador do Seringal São Pedro, Colocação Bom Levar, 2012)

Figura 13. Seringueiro Otacílio Martins em sua residência - Seringal São Pedro, Colocação Bom Levar – Resex Chico Mendes



Foto: Márcia Fittipaldy/2012

Acompanhando essas circunstâncias, a primeira justificativa apresentada pelos seringueiros moradores entrevistados neste trabalho, quando questionados sobre o porquê criam gado em suas colocações acima do permitido pela legislação vigente, foi a falência do setor extrativista e a falta de opção econômica. De um universo de 20 entrevistados, 80% deles afirmaram que praticam a pecuária bovina porque não conseguem sobreviver apenas com a renda gerada pelos produtos extrativistas e que o gado foi uma opção encontrada para suprirem as necessidades familiares. Acrescentam ainda que os investimentos governamentais para o setor são insuficientes e, quando realizados, na maioria das vezes não conseguem atingir resultados satisfatórios.

“O motivo que eu vim criar gado é porque eu vi que é a forma mais fácil de aumentar a renda da gente, porque eu vi que só do extrativismo, só da borracha não dá, a castanha também não dá porque é uma safra, passou aquilo ali, não vem mais. A borracha ainda continua, mas você enfrenta tudo debaixo do temporal, o inverno. Os momentos mais difíceis né, eu vi que só da borracha não dava. Aí...eu vi e os outros foram me aconselhando, viver só de uma coisa não dá. Foi o que conquistou a gente mudar mais um pouco de alternativa, não viver só de uma coisa”. (Entrevista, Sr. Antônio Domingos, 42 anos, morador do Seringal Sibéria, colocação Semitumba, 2012)

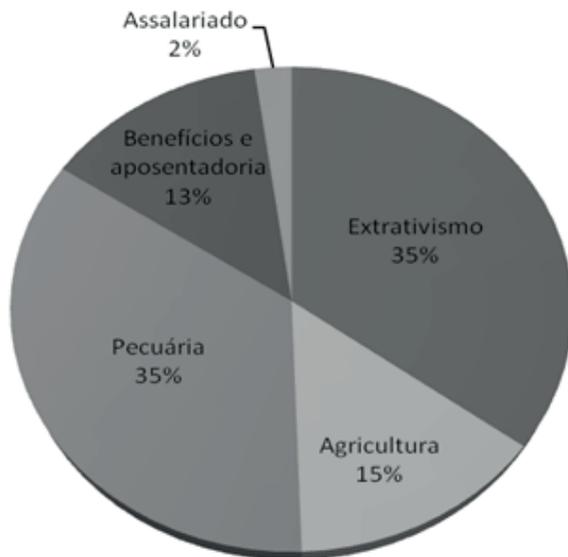
Uma parte dos entrevistados reconhece que a pecuária bovina causa danos ambientais, pelo fato de envolver a derrubada de grandes porções da floresta para formação de pastagens, mas mencionam que praticam a atividade por questão de sobrevivência. O reconhecimento entre os danos ambientais e a luta pela sobrevivência são parte de um conflito interior que leva os moradores a conviver com um grande dilema: manter a floresta em pé e viver em condições precárias, praticando somente o extrativismo vegetal ou desmatar e criar gado na tentativa de uma vida melhor? Eis a questão: Sobreviver sem desmatar ou desmatar para sobreviver?

Apesar da difícil escolha, os levantamentos socioeconômicos realizados na Resex Chico Mendes nos anos de 1992 e 2009 confirmam que a pecuária bovina é uma atividade em expansão nesta Unidade de Conservação. No

ano de 1992 (dois anos após a criação da Resex), mesmo com toda a crise que já se abatia sobre o extrativismo, essa prática representava 62% do valor total da produção, sendo que desse percentual, a borracha respondia por 35,2%, seguida da castanha com 25% e de outros produtos (frutos, óleos, resinas, açaí etc.) com apenas 1,8%. A segunda atividade mais importante era a agricultura, correspondendo a 29% da produção, enquanto a pecuária era a responsável por apenas 9% (4,2% - bovinos; 3% - suínos; 1,8% - aves) (BRASIL, 1992).

O levantamento socioeconômico realizado pela Sema no ano de 2009 apontou uma diferença nesse quadro situacional, visto que a pecuária já respondia por 35% da renda familiar, empatando com o extrativismo.

Figura 14. Composição da renda familiar total oriunda de atividades produtivas desenvolvidas pelos moradores da Resex Chico Mendes em 2009



Fonte: ACRE (2010, p. 51).

As vantagens econômicas e sociais que o gado oferece em relação às demais atividades praticadas no interior da Reserva foram outros aspectos mencionados por 65% dos entrevistados. Além de ser um produto de boa comercialização, utiliza pouca mão de obra (quase sempre a familiar) e não necessita de ramais ou estradas trafegáveis para se transportar, o que não ocorre com os produtos extrativistas. Para os seringueiros moradores o gado é consi-

derado uma “poupança” disponível para solucionar situações diversas e emergenciais dos membros familiares, visto que é de fácil liquidez.

“Se eu chegar lá na cidade hoje e tiver com a precisão de um dinheiro e disser assim: eu tenho duzentos, trezentos quilos de farinha eu não encontro quem me dê o dinheiro dela. E se eu disser assim: eu tenho um garrote para mim vender, um bezerro, lá na rua os cabra me dão o dinheiro na hora”. (Entrevista, Sr. Antônio Domingos, 42 anos, morador do Seringal Sibéria, Colocação Semitumba, 2012)

O fato de possuir gado é também sinônimo de prestígio social, poder econômico e político (TONI, *et al*, 2007), situação inversa ao que ocorre com os seringueiros, que além de não gozarem desses privilégios, são vistos pela sociedade como pessoas atrasadas cultural e socialmente. Entre outras coisas, esta é uma razão que colabora para que os pais não incentivem seus filhos a prosseguirem com a sua profissão. Nem mesmo os filhos almejam isso para si, a maioria abandona o campo e vai morar na cidade em busca de melhoria de vida, cobiçada quase sempre através dos estudos.

A diferença no padrão de vida dos seringueiros moradores da Resex Chico Mendes é visivelmente percebida em todos os seringais pesquisados: A posse de bens móveis (carros, motos, etc.), as vestimentas, as oportunidades de vida e lazer para a família são reflexos dessa situação. O quesito moradia teve situação amenizada no local em que as famílias foram contempladas com o Programa Crédito Moradia do governo federal, no qual os valores do crédito variaram de acordo com o ano de contemplação (4.200,00 - quatro mil e duzentos reais à R\$ 18.200,00 - dezoito mil e duzentos reais), o que acabou interferindo no padrão de qualidade das residências. As figuras a seguir ilustram a diferença estrutural das residências.

**Figura 15. Residência do seringueiro José Cecílio - Seringal São Pedro, Colocação Buriti
Contemplada pelo Programa Crédito Moradia no ano de 2004**



Foto: Márcia Fittipaldy/2012

**Figura 16. Residência do seringueiro Antônio Domingos - Seringal Sibéria, Colocação
Semitumba
Contemplada pelo Programa Crédito Moradia no ano de 2008**



Foto: Márcia Fittipaldy/2012.

Figura 17. Residência do seringueiro João Alves Barbosa – Seringal São Pedro, Colocação Vai Quem Quer contemplada pelo Programa Crédito Moradia no ano de 2009



Foto: Márcia Fittipaldy/2012.

O irregular fracionamento das colocações (por venda, cessão, herança, etc.) também se apresentou como um fator de grande influência sobre o avanço do gado na Resex. De acordo com a legislação vigente, a pecuária pode ser desenvolvida para subsistência, em quantidade limitada a 30 animais por colocação. Se um seringal possuir um elevado número de colocações, a tendência é que ele tenha um maior número de cabeças de gado, pois cada família poderá ter a sua criação. Consequentemente, isso influencia nas taxas de desmatamento, de pastagem e no quantitativo bovino local e geral da Resex. Essa situação mostrou-se mais agravante no Seringal Nova Esperança, que possui 103 colocações em uma área de apenas 7.903,04 ha. Em algumas delas é possível ver uma pequena quantidade de gado no pasto (que varia entre 5 a 20 cabeças), mas em outras o número já é bastante elevado (acima de 100).

O gado se faz presente na maioria das colocações deste seringal, seja em pequena ou média escala. A facilidade de acesso, transporte e localização estratégica (proximidade com o mercado) colabora para que o seringueiro morador se sinta atraído a investir na pecuária. Em compensação esse investimento é feito com insegurança,

pois possui maior risco de perda, devido à facilidade de fiscalização da área.

O receio com que os moradores responderam a entrevista ao serem questionados se possuem gado e o quantitativo de animais demonstra sua insegurança, entretanto, ainda assim declararam que não pretendem trocar a atividade, porque ela oferece mais vantagens econômicas do que as outras praticadas na colocação. Através da observação *in loco* foi possível perceber que o número de animais declarado não corresponde ao real.

Numa proporção maior do que nos outros seringais pesquisados, os entrevistados revelaram haver sofrido diversas ameaças para sair da terra. As mais frequentes são motivadas pela criação de gado acima do permitido na legislação vigente e pela ocupação ilegal da terra, tendo em vista que aproximadamente 60% dos moradores a adquiriram através de compra (parte destes são funcionários públicos e moram na cidade). Os outros 40% mencionaram que viviam naquela área antes da Resex ser iniciada, ou que a aquisição se deu por meio de herança ou cessão.

O Seringal Nova Esperança é também um dos mais afetados pelo desmatamento (53,88%). No senso comum configura a ideia de que esta área possuía um elevado índice de desmatamento antes da existência dessa Unidade de Conservação, pois era uma antiga fazenda de gado. Provavelmente esse discurso foi construído e difundido para resguardar o “sucesso do projeto de desenvolvimento em curso”, afinal, admitir o avanço do desmatamento e da pecuária é “assinar um atestado de fracasso”. Porém, os dados oficiais servem para desmistificar essa crença, pois mostram que a maior evolução se deu no período pós-efetivação da Resex: Até o ano de 1990, o desmatamento atingia 10,15% dessa área e em 2010 já somava 53,88%, o que indica uma significativa diferença.

Figura 18. Evolução do desmatamento no Seringal Nova Esperança durante os anos de 1988 a 2010



Fonte: Unidade Central de Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto do Estado do Acre - UCEGEO/2012.

As oportunidades e influências recebidas e assimiladas das fazendas que fazem fronteira com a Resex Chico Mendes são aspectos a serem considerados na expansão do rebanho bovino dessa Unidade de Conservação. Quase a metade dos entrevistados neste trabalho (45%), responderam que ingressaram no caminho da pecuária por incentivo dos compadres, amigos, vizinhos ou ainda porque viram que os moradores que criavam gado viviam em melhores condições de vida do que eles. Em alguns casos, o acesso à “colocação” é um convite ao convívio com outra realidade, visto que é feito por dentro de grandes fazendas, como no caso do Seringal São Pedro, que é preciso atravessar a Fazenda Vista Alegre, de propriedade do Sr. Amândio (foto a seguir).

Figura 19. Gado no pasto da Fazenda Vista Alegre - Acesso ao Seringal São Pedro



Foto: Márcia Fittipaldy/2012.

Boa parte dos seringais da Reserva não possui energia elétrica, nem ramais e/ou estradas trafegáveis, apenas “varadouros” dão acesso a algumas colocações. A intrafegabilidade compromete diretamente o escoamento da produção. Exemplo disso é que a Fábrica de Preservativos Natex, anunciada como a “redentora” da absorção de todo o látex da Resex, compra o produto de “tão somente” 700 famílias dessa Unidade de Conservação, devido à falta de acesso a vários seringais. “Para se ter uma ideia, somente na Reserva Extrativista Chico Mendes vivem 1800 famílias. Isso quer dizer que a Fábrica de Preservativos não atende sequer 50% dos moradores da Reserva Extrativista Chico Mendes”²⁵, o que caracteriza um problema.

“A Fábrica de preservativos não atende toda essa população que vive do extrativismo porque apesar de ser negada, todos sabem que 95% da matéria prima dela é bancada pelos seringais de cultivo, porque os nativos não têm acesso pra garantir a matéria prima que ela necessita para funcionar em três turnos, porque existe seringueiras, mas não existe estradas, então vem látex desde a Bonal, de Rio Branco, de todos os seringais nativos e de cultivo que estão aí na BR”. (Entrevista, Dercy Teles, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri e posseira no Seringal Boa Vista, Colocação Pimenteira - Resex Chico Mendes, 2012).

Vale mencionar que parte das famílias que vendem o látex para a referida fábrica realiza o transporte da produção por conta própria, através de animais (bois e/ou cavalos) e às vezes percorrem, em trechos de difícil acesso, até mais de 20 km para chegar ao “posto de recolhimento” (PR). As latentes dificuldades comprometem o seu lucro (que já não é alto), causando desmotivação e conduzindo-os a buscar alternativas mais viáveis, encontradas na maioria das vezes no gado. Durante a pesquisa de campo, detectamos diversos trechos de difícil acesso no Seringal São Pedro, conforme pode ser observado nas figuras a seguir:

25. Disponível em: <<http://www.ecoagencia.com.br/?open=noticias&id=VZISXRI-VONIYHpkdTxGahN2aKVVVVb1TP>>. Acesso em 02 de setembro de 2012.

Figura 20. Ramal em condições intrafegáveis - Seringal São Pedro



Foto: Márcia Fittipaldy/2012.

Figura 21. Ramal em condições intrafegáveis - Seringal São Pedro



Foto: Márcia Fittipaldy/2012.

Figura 22. Ramal em condições intrafegáveis - Seringal São Pedro



Foto: Arquivo Márcia Fittipaldy/2012.

Além dos problemas estruturais, os seringais da Resex Chico Mendes também convivem com os de ordem natural, como a desigualdade geográfica na distribuição de castanheiras e seringueiras nas colocações – abundantes em algumas e escassas em outras. Sem incentivos governamentais e sem linha de crédito disponível para explorar outros produtos potenciais locais, o gado mais uma vez entra em cena, ao se mostrar eficaz, o exemplo vai sendo seguido pelos vizinhos. A imagem abaixo é de um seringal que enfrenta essa situação e por isso o gado já faz parte da paisagem.

Figura 23. Gado no pasto - Resex Chico Mendes - Seringal São Pedro, Colocação Buriti



Fotos: Márcia Fittipaldy/2012.

A decisão dos moradores, de investir na pecuária bovina no interior da Resex Chico Mendes, também se justifica por fatores relacionados à expansão da pecuária na Amazônia. Essa expansão acompanha o movimento de integração sul-americana, que projeta o desenvolvimento da Região com base na exportação de *commodities* (grãos, carne bovina, minério, madeira, energia, etc.) para o mercado internacional.

A ligação do Brasil com o Peru, através da BR 317 - Estrada do Pacífico - abre a possibilidade de novos mercados para a comercialização da carne bovina do Acre. Ainda que essa carne não consiga atingir o mercado internacional, devido às barreiras sanitárias, ela poderá ocupar novos nichos no mercado interno em substituição à carne exportada (TONI, *et al*, 2007).

Essa expectativa atrai grandes pecuaristas a aumentarem seus rebanhos, especialmente nas áreas mais próximas à fronteira. Como parte do perímetro da Resex Chico Mendes é margeado pela BR 317, a área passa a ser utilizada de forma ilegal pelos investidores, por meio do arrendamento de pastagens, criação de meia, etc. Boa parte dos moradores da Resex aderem a essa nova forma de uso da terra como uma alternativa de vida e, posteriormente, motivados pelo lucro, acabam ingressando definitivamente

te na atividade. Esse histórico afeta diretamente a Reserva, com o aumento progressivo do desmatamento.

Outro aspecto a ser mencionado é que as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste têm substituído paulatinamente a pecuária por usos mais rentáveis da terra (cana-de-açúcar, grãos, urbanização etc.) e isso faz com que ela seja empurrada progressivamente para a Região Amazônica (SMERALDY; MAY, 2008). A disponibilidade e bons preços das terras, somadas à pastagens melhoradas em solos relativamente férteis, colaboram decisivamente para sua implantação na região (SMERALDY; MAY, 2008). Segundo o estudo “O Reino do Gado”, da organização ambientalista Amigos da Terra-Amazônia Brasileira, divulgado em 2008, “entre 1990 e 2006 a participação do rebanho bovino da Amazônia Legal no rebanho nacional passou de 18% para 36%” (SMERALDY; MAY, 2008, p. 17).

O rebanho bovino no Acre também acompanha esse crescimento. No ano de 1974, eram apenas 99.820 animais, em 2010 esses números subiram para 2.578.460 (IBGE, Pesquisa Pecuária Municipal, 2012). Sem dúvida, esse crescimento demonstra que os acreanos “absorveram” a cultura do gado, “herdada do estilo de desenvolvimento” que marcou profundamente a década de 1970, voltado à agropecuária. O próprio discurso oficial do Governo do Estado é contraditório à prática, pois difunde priorizar o extrativismo, mas continua a incentivar a pecuária em todas as escalas.

Para se ter noção, a maior festa anual promovida na capital (Rio Branco) pelo Governo do Acre é a Expoacre, uma feira de exposição do agronegócio, com foco na pecuária e na madeira. No ano de 2010 ela chegou a gerar quase cem milhões, sendo os leilões de gado um dos responsáveis pela atração (ACRE, 2011). Assim, não é difícil perceber que há todo um contexto que naturaliza a pecuária como algo que realmente deve acontecer na região.

Em cada seringal pesquisado é possível perceber especificidades. O Sibéria possui fácil acesso, localiza-se próximo à cidade (24 km de distância), tem uma parte dos ramais trafegáveis e energia elétrica em algumas casas. A totalidade dos entrevistados afirmou que suas atividades produtivas são diversificadas, se destacando a criação do gado em pequena escala, o extrativismo da borracha e da

castanha, a criação de pequenos animais, como a galinha e o porco, e alguns produtos da “lavoura branca” (mandioca, milho, feijão, arroz, etc.). As imagens a seguir demonstram a situação mista (gado e extrativismo), vivenciada nas diversas colocações:

Figura 24. Residência de um morador no Seringal Sibéria - Gado no pasto e sacos com castanha no “depósito”



Foto: Márcia Fittipaldy/2012.

Figura 25. Sacos com castanhas no “depósito” da residência de um seringueiro - Resex Chico Mendes Seringal Sibéria, Colocação Semitumba



Foto: Márcia Fittipaldy/2012.

Neste seringal, 50% dos entrevistados declararam que ainda se dedicam à extração do látex e vendem o produto para a Fábrica de Preservativos Natex. A renda mensal obtida com a produção varia de R\$ 300,00 (trezentos reais) a R\$ R\$ 500,00 (quinhentos reais). Quanto à castanha, persistem dificuldades de encontrar mercado comprador e comercializá-la a bom preço: algumas vezes ela é vendida para a Cooperativa Agroextrativista de Xapuri (Caex), outras, para “marreteiros”, e há ocasiões em que os sacos ficam “encostados” por um extenso período de tempo na colocação à espera de comprador.

Nas colocações mais próximas à Estrada de Petrópolis, pela qual se tem acesso à cidade, o transporte do látex e da castanha é realizado, na maioria das vezes, pelos compradores. A grande reclamação é quanto a quem verdadeiramente paga os custos: os compradores difundem a ideia de que é pago por eles, mas os seringueiros moradores discordam, dizendo que o preço está embutido no produto e por isso recebem um valor menor do que o considerado por eles como sendo o justo. Exemplificam isso através do preço da borracha, ao afirmarem que recebem da Fábrica de Preservativos Natex o valor líquido de R\$ 7,00 (sete) por Kg, quando na sua visão deveria ser aproximadamente R\$ 10,00 (dez reais). Relatam que até nesse ponto o gado apresenta vantagem, pois, quando comercializado, o comprador se responsabiliza pelo transporte, sem fazer nenhum desconto do preço que foi previamente acertado.

“Quem paga o transporte somos nós produtor, porque eles quando vem buscar, vem comprar na nossa porta, mas o desconto eles já traz tudo determinado. Aí eles chega e às vez diz assim: nós estamos comprando, o preço tal e tal. Não. Ninguém trabalha de graça, a gente sabe disso, a gente entende essa parte, mas toda essa situação quem paga é o trabalhador, é o seringueiro, é o castanheiro. Muita das vezes o cara que não entende diz assim: eles tão pagando. Não. Quem paga é nós. Tem que tirar toda essa situação do nosso produto”. (entrevista Sr. José Carlos de Souza, 67 anos, morador do Seringal Sibéria, Colocação Semitumba, 2012)

A maior polêmica no Seringal Sibéria gira em torno do Manejo Florestal Madeireiro Comunitário. Os órgãos governamentais, com o apoio do atual Presidente da Amoprex, Sr. Sebastião Aquino, de algumas lideranças e políticos

locais, já realizaram diversas reuniões na tentativa de “sensibilizar as comunidades a participarem do novo projeto alternativo” (manejo madeireiro) que segundo eles, “oferece um modelo factível de renda, competitivo com a pecuária” (AMOPREX, 2011, p. 15). O movimento conseguiu despertar o interesse de uma parte dos moradores e algumas colocações desse seringal já estão inseridas no primeiro Plano de Manejo Florestal Madeireiro Comunitário da Resex Chico Mendes, o qual será detalhado mais adiante.

4.2 Manejo Florestal Madeireiro Comunitário: uma “alternativa” para quem?

Em que pese à importância do debate sobre o Manejo Florestal Madeireiro Comunitário na atualidade, é preciso salientar que a exploração/exportação de madeiras (“ditas provenientes do Manejo Madeireiro”) vem despondo como uma “nova alternativa” oferecida pelo setor governamental às populações locais. Conforme mencionamos no terceiro capítulo, ela foi combatida durante muitos anos por parte do grupo que governa o Acre desde 1999, por sindicalistas, ambientalistas e moradores da Resex Chico Mendes. Entretanto, houve uma mudança de enfoque por uma parte desses atores (aproximadamente a partir de 2000) e aos poucos essa atividade está assumindo o papel de “fomentadora do Desenvolvimento Sustentável” no Estado do Acre.

Atualmente ela vem sendo praticada sob a bandeira de “exploração ecologicamente correta e economicamente viável”, intitulada Manejo Florestal Madeireiro Comunitário. De acordo com Acre em Números (2011), no ano de 2009 esse setor foi responsável por 61,89% das exportações dos principais produtos exportados para outros países e ampliou para 71,65% no ano de 2010, como pode ser constatado nas tabelas a seguir:

Tabela 4. Principais produtos exportados para outros países - 2009

Produtos	2009		
	US\$ F.B.O	Part. %	Kg Líquido
Total dos Principais Produtos exportados	15.720.476	100,00	20.950.917
Outras madeiras compensadas folheada, espess. não superior a 6mm	6.685.210	42,53	8.565.124

Produtos	2009		
	US\$ F.B.O	Part. %	Kg Líquido
Outras madeiras serradas/cortadas em folhas	2.119.621	13,48	2.492.768
Castanha-do-pará, fresca ou seca, com casca	1.852.425	11,78	4.620.840
Outros ladrilhos, etc. de cerâmica, Vidrados	717.442	4,56	1.531.690
Madeira de cedro, serrada/Cortada em folhas, etc.	491.618	3,13	454.965
Arroz semibranqueado, etc. n/parboilizado	271.575	1,73	448.500
Madeira de ipê, serrada/Cortada em folhas, etc.	224.395	1,43	201.816
Monofilamentos (monofios), etc. depolim . cloreto	161.664	1,03	55.185
Outras madeiras perf. etc., não coníferas	150.345	0,96	108.964
Argamassas e concretos,não refratários	120.013	0,76	549.840
Reservatórios, cisternas,cubas, etc. de plástico	104.364	0,66	22.076
Tubo rígido, de polímeros de cloreto de vinila	103.619	0,66	34.939
Pregos, percevejos, artefatos semelhante de ferro fundido	82.715	0,53	37.371
Pias, lavatórios, etc. para sanitários de porcelana	77.538	0,49	34.007
Tintas de Poliesteres dispersos/ dissolv. meio	60.217	0,38	34.633
Chapas onduladas fibrocim.,cim-celul.sem.	59.939	0,38	119.635
Outras madeiras tropicais serradas/ cort. fls	56.252	0,36	62.677
Óleo de soja, refinado, em recipientes com capa	53.827	0,34	39.674
Indutos utilizados em pintura	50.234	0,32	70.295
Demais produtos	2.277.463	14,49	1.465.918

Fonte: ACRE (2011, p.113, grifo nosso)

Tabela 5. Principais produtos exportados para outros países - 2010

Produtos	2010		
	US\$F.B.O	Part. %	Kg Líquido
Total dos principais Produtos exportados	20.734.285	100,00	23.848.242
Outras madeiras compensadas folheada, espec. não superior a 6mm	8.336.161	40,20	8.929.605
Outras madeiras perf. etc., não coníferas	3.282.740	15,83	2.078.817
Castanha-do-pará, fresca ou seca, com casca	2.489.505	12,01	5.116.344
Outras madeiras serradas/cortadas em folhas	1.856.029	8,95	2.598.073
Madeira compensada face d/ madeira não conífera, espessura <6mm	565.525	2,73	580.747
Arroz semibranqueado, etc. n/ parboilizado	528.323	2,55	821.550
Outros ladrilhos, etc. de cerâmica, Vidrados	717.442	4,56	1.531.690
Madeira de cedro, serrada/cortada em folhas, etc.	491.618	3,13	454.965
Arroz semibranqueado, etc. n/ parboilizado	271.575	1,73	448.500
Madeira de ipê, serrada/Cortada em folhas, etc.	224.395	1,43	201.816
Monofilamentos (monofios), etc. depolim. cloreto	161.664	1,03	55.185
Arroz ("cargo" ou castanho), Descascado	497.945	2,40	765.450
Outros couros/peles bovinos, secos, pena flor	468.131	2,26	31.360
Madeira de cedro, serrada/cortada em folhas, etc	421.205	2,03	291.683
Outros ladrilhos, etc. de cerâmica, Vidrados	404.748	1,95	837.068
Madeira de ipê, serrada/cortada em folhas, etc	396.556	1,91	394.224
Óleo de soja, refinado, em recipientes com capa	178.805	0,86	159.350
Castanha-do-pará, fresca ou seca, sem casca	137.227	0,66	32.000
Monofilamentos (monofios), etc. depolim. Cloreto	129.318	0,62	45.481
Argamassas e concretos, não refratários	74.525	0,36	355.780

Produtos	2010		
	US\$F.B.O	Part. %	Kg Líquido
Reservatórios, cisternas, cubas, etc. de plástico	71.391	0,34	12.776
Tubo rígido, de polímeros de cloreto de vinila	55.887	0,27	16.983
Chapas onduladas fibrocim., cim-celul. sem.	55.325	0,27	97.355
Outros condutores elétricos para tensão<=80V	52.352	0,25	8.384
Demais produtos	732.587	3,55	675.212

Fonte: ACRE (2011, p 114, grifo nosso).

Vale mencionar que, apesar dos dados constantes nas tabelas 4 e 5 apontarem a madeira como o principal produto exportado para outros países, eles são divergentes do registro de entradas e saídas (*superavit e deficit*) da Secretaria Estadual de Fazenda (SEFAZ), no qual o destaque (*superavit*) fica para a atividade/setor da indústria de transformação (conforme classificação da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE) com o grupo abate e produção de produtos de carne, seguido pelo grupo curtimento de couro (BRASIL, 2010). Os grupos produtos de madeira (exceto móveis) e produção de móveis registram *superavit* em menor intensidade (BRASIL, 2010). O grupo produção florestal (nativa) contido na atividade agricultura/produção florestal, registra *superavit* de maneira isolada (BRASIL, 2010). Gado ou madeira, o Estado sinaliza para um mergulho no agronegócio, conforme pode ser visualizado na tabela a seguir:

Tabela 6. Fluxo de Comércio Interestadual do Estado do Acre, por tipo de atividade - 2006

Setores e Atividades	Entradas (R\$)	Part. Entradas	Saídas (R\$)	Part. Saídas	Saldo (S-E)	Part. Saldo
Agríc., Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura	13.518.948,65	0,61%	9.609.090,64	2,38%	-3.909.858,01	0,23%
Bovinocultura, exceto leite	10.142.729,78	0,46%	5.606.206,86	1,39%	-4.536.522,92	0,27%
Avicultura	1.350.569,19	0,06%	314,12	0,00%	-1.350.255,07	0,08%
Apoio à Agríc. e Pecuária	734.871,11	0,03%	214.839,25	0,05%	-520.031,86	0,03%
Produção Florestal (nativa)	555.109,46	0,02%	3.603.924,41	0,89%	3.048.814,95	-0,18%
Indústrias extrativas	5.678.125,32	0,25%	344.087,32	0,09%	-5.334.038,00	0,31%
Indústrias de Transformação	129.781.615,91	5,82%	179.531.952,32	44,47%	49.750.336,41	-2,91%
Abate e produtos de carne	4.097.813,20	0,18%	101.544.511,94	25,15%	97.446.698,74	-5,70%
Produção de Farinha	33.487,00	0,00%	25.478,00	0,01%	-8.009,00	0,00%
Curtimento de Couro	2.550.494,25	0,11%	32.085.643,60	7,95%	29.535.149,35	-1,73%
Produtos de madeira, exceto móveis	6.257.303,18	0,28%	18.252.279,31	4,52%	1.994.976,13	-0,70%
Produtos de borracha e material plástico	7.704.607,53	0,35%	886.043,97	0,22%	-6.818.563,56	0,40%
Móveis	381.000,37	0,02%	620.490,48	0,15%	239.490,11	-0,01%
Eletricidade e gás	69.931.567,75	3,14%	1.245.465,88	0,31%	-68.686.101,87	4,02%
Água, Esgoto, Ativ. de Gestão de Resíduos e de Descont.	1.738.635,53	0,08%	468.673,08	0,12%	-1.269.962,45	0,07%
Construção	86.081.337,57	3,86%	2.220.473,04	0,55%	-83.860.864,53	4,90%
Comércio, Reparação de Veículos Automotores e Motocicleta	1.759.436.071,62	78,96%	203.749.165,68	50,47%	-1.555.686.905,94	90,99%
Transporte, Armazenagem e Correio	21.761.069,44	0,98%	3.038.933,74	0,75%	-18.722.135,70	1,09%
Transporte rodoviário	8.629.373,47	0,39%	1.608.088,11	0,40%	-7.021.285,36	0,41%
Transporte por navegação interior	2.649.191,48	0,12%	0,00	0,00%	-2.649.191,48	0,15%
Alojamento e Alimentação	4.116.130,66	0,18%	739.369,01	0,18%	-3.376.761,65	0,20%
Informação e Comunicação	61.005.761,39	2,74%	1.506.287,62	0,37%	-59.499.473,77	3,48%
Atividades Financeiras de Seguros e Serviços relacionados	1.118.740,90	0,05%	30.400,00	0,01%	-1.088.340,90	0,06%
Atividade Imobiliária	725.203,75	0,03%	0,00	0,00%	-725.203,75	0,04%
Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas	2.523.297,49	0,11%	79.046,28	0,02%	-2.444.251,21	0,14%
Atividades Administrativas e Serviços complementares	6.129.995,27	0,28%	140.107,63	0,03%	-5.989.887,64	0,35%
Administração Pública, defesa e Seguridade Social	44.881.594,96	2,01%	525.373,81	0,13%	-44.356.221,15	2,59%
Educação	6.109.790,84	0,27%	19.942,00	0,00%	-6.089.848,84	0,36%
Saúde Humana e Serviços Sociais	6.123.058,98	0,27%	90.172,85	0,02%	-6.032.886,13	0,35%
Atividades de atendimento à saúde humana	4.568.518,45	0,21%	0,00	0,00%	-4.568.518,45	0,27%
Artes, Cultura, Esporte e Recreação	669.809,36	0,03%	0,00	0,00%	-669.809,36	0,04%
Outras Atividades de serviços	7.004.445,35	0,3%	379.705,40	0,09%	-6.624.739,95	0,39%
Brasil	2.228.335.200,74	102,23%	403.718.246,30	140,73%	-1.709.824.202,86	1,00

Fonte: Brasil. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Análise do Balanço de Pagamentos do Estado e a importância dos APLs no Fluxo de Comércio - Acre. Rio de Janeiro, 2010.

No intuito de potencializar os “negócios madeireiros” no Estado, as ações governamentais se multiplicam a cada ano, uma delas foi a criação, em 2012, de uma “supersecretaria”, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Florestal, da Indústria, do Comércio e dos Serviços Sustentáveis (SEDENS), “responsável por formular, promover e supervisionar a execução de políticas de incentivo ao desenvolvimento florestal, à indústria, o comércio, os serviços, e os incentivos industriais; promover e coordenar o processo de produção, beneficiamento, industrialização e comercialização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros”²⁶.

A “supersecretaria” foi fruto de uma reforma administrativa do Governo do Estado, aprovada pelos deputados estaduais, quando foi agregada a Secretaria de Ciência e Tecnologia à Secretaria Estadual de Floresta (SEF). Esta última foi extinta, tornando-se apenas um departamento desse “órgão maior”. Estudiosos do assunto não pouparam críticas a essa reforma. Isso pode ser visualizado através dos trechos a seguir, extraídos de uma matéria escrita por Écio Rodrigues, professor da Universidade Federal do Acre e doutor em Desenvolvimento Sustentável.

FIM DA SECRETARIA DE FLORESTA DO ACRE ENFRAQUECE POLÍTICA FLORESTAL NA AMAZÔNIA

(...) a política florestal amazônica sofreu um duro retrocesso. Sob argumentos pífios, uma legislação aprovada pelos deputados estaduais do Acre pôs fim à única Secretaria Estadual de Floresta (SEF) existente no país.

Justificou-se que a extinção da SEF vai melhorar a gestão pública (...).

(...) melhorar a gestão não é argumento para uma decisão que é essencialmente política. Da mesma forma que a criação da SEF foi recebida como uma concreta oportunidade para se fortalecer uma economia regional adequada aos ideais de sustentabilidade, a extinção da pasta marca uma guinada perigosa em direção à expansão da agropecuária (...).

A conversão da SEF num departamento de um órgão maior, que vai agregar todos os assuntos

26. Disponível em <<http://agencia.ac.gov.br/index.php/noticias/governo/18276-aleac-aprova-criacao-da-fundac-e-duas-novas-secretarias.html>> Acesso em 09 de fevereiro de 2012.

que se relacionam à indústria – seja uma fábrica de plástico ou uma usina de borracha -, como se fossem a mesma coisa, evidencia a dimensão que o governo espera fornecer à política estadual de florestas – ou seja, nenhuma²⁷.

Outra ação, também ocorrida em 2012, que evidenciou os incentivos fornecidos ao setor madeireiro no Estado, foi a realização de uma “missão oficial” (viagem) do atual Governador Sebastião Viana (irmão de Jorge Viana – ex governador do Acre) à cidade de Milão, na Itália. A caravana contou com cerca de sessenta pessoas e incluiu pequenos, médios e grandes empresários das áreas de madeira, além de alimentos e indústrias. A imprensa oficial divulgou que a missão teve como principal objetivo “apresentar os potenciais econômicos do Estado (em especial da madeira), estabelecer a troca de conhecimentos e firmar parcerias.” De acordo com o governador, “(...) já vendemos muitos milhões de dólares em madeira para o Reino Unido, Canadá, Estados Unidos e China. Precisamos abrir novas oportunidades (...)”²⁸.

A “Terra de Chico” também não está isenta desse rol de incentivos governamentais para o setor madeireiro. Um dos momentos inéditos é a recente licença concedida pelo ICMBio à Amoprex para exploração de “madeira manejada” no interior de sete seringais da Resex Chico Mendes (Sibéria, Boa Vista, Floresta, Albrácia, Palmari, Independência e Dois Irmãos). No documento oficial (Plano de Manejo Florestal Sustentável Madeireiro Comunitário) constam 62 famílias envolvidas no projeto e uma área equivalente a 18.772,74 ha de manejo florestal.

Objetivo Geral

Contribuir para o desenvolvimento do Estado do Acre, fortalecendo o Manejo Florestal Comunitário, tornando-o sustentável econômica, ecológica e socialmente, fazendo com que se torne mais uma fonte de renda ao pequeno produtor rural da Reserva Extrativista Chico Mendes,

27. Disponível em <<http://terramagazine.terra.com.br/blogdaamazonia/blog/2012/02/29/fim-da-secretaria-de-floresta-do-acre-enfraquece-politica-florestal-na-amazonia/>>. Acesso em 05 de maio de 2012.

28. Disponível em: <<http://agencia.ac.gov.br/index.php/noticias/governo/19124-acre-mostra-potencial-economico-em-feira-de-milao.html>>. Acesso em 09 de agosto de 2012.

além do extrativismo de látex, castanha e a crescente atividade pecuária.

Específicos

Este Plano de Manejo Florestal Sustentado tem como objetivo principal manejar 18.772,74 ha, tendo como produto final toras de essências nativas e aproveitamento de seus resíduos, caso seja de interesse da comunidade. (AMOPREX, 2011, p. 6)

Outras ações também têm sido executadas visando alavancar o setor madeireiro, como é o caso da Revitalização do Polo Industrial, que abriga o Polo Moveleiro. O projeto teve início na gestão do ex-prefeito Júlio Barbosa de Aquino (2002) e dentre outros motivos, a falta de matéria-prima levou os negócios à falência. Há previsão de que essa demanda também deverá ser suprida com a madeira proveniente do “Manejo Madeireiro” da Resex Chico Mendes. Haja madeira!

O Manejo Florestal Comunitário Madeireiro é um tema que tem suscitado polêmicos debates na atualidade envolvendo os mais diversos atores sociais, dentre eles: pesquisadores, estudiosos do assunto, trabalhadores rurais, sindicalistas, moradores da Resex Chico Mendes e parte da população em geral. O professor da Universidade Federal do Acre e Pós Doutor em Sociologia do Desenvolvimento, Elder Andrade de Paula, não esconde seu posicionamento crítico, afirmando categoricamente que esse tipo de investimento, além de causar grandes impactos à floresta, não beneficia às populações residentes:

“(…) Digo com toda a segurança que nem a população camponesa nem os indígenas se beneficiam com a implantação madeireira na região. Ao contrário, elas têm sido extremamente afetadas por este movimento crescente de destruição das matas. Para se ter uma ideia, o projeto que é dito como modelo pelos ambientalistas de mercado no Brasil, difundido internacionalmente como modelo de exploração sustentável de madeira, de manejo comunitário, não atende à comunidade. Todas as famílias que vivem do Projeto de Assentamento Agroextrativista Chico Mendes estão cadastradas no programa Bolsa Família, apesar de praticarem o manejo comunitário de madeira há quase uma década. Segundo depoimento de uma das principais lideranças do projeto, a renda que essas pessoas

obtêm anualmente com a venda de madeira é 2,500 reais porque vendem o metro cúbico de madeira a 90 reais para a Laminados Triunfo, que é a grande madeireira que domina este pedaço. Os 90 reais não são líquidos, porque as pessoas têm que pagar o serviço das máquinas. Enquanto a madeireira compra esta madeira a 90 reais por metro cúbico, na cidade ninguém consegue comprar madeira desta qualidade por menos de 1,400 reais o metro cúbico. Boa parte dela é destinada à exportação com o chamado selo verde. As marcenarias de pequeno porte, que envolviam o trabalho familiar, encerraram suas atividades, e as que ainda funcionam utilizam o MDF que vem do sul do Brasil. As marcenarias não têm acesso à madeira porque o preço é exorbitante (...)”²⁹.

A opinião de Dercy Teles, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri e seringueira moradora no Seringal Boa Vista, Colocação Pimenteira, caminha nessa mesma direção:

“(...) Sou contrária à exploração da madeira porque ela é uma atividade agressiva e menos progressiva em termos de atividade financeira. Ela não viabiliza economicamente a vida desse extrativista, ela é uma atividade sem volta. A exploração é maior do que a que acontece em outras atividades como na castanha e na seringa porque a seringueira e a castanheira você colhe o produto hoje, possa ser que o mercado não seja tão bom, mas você tem garantido secularmente que amanhã ela esteja lá. Se o mercado melhorar você vai ter ela lá pra voltar a explorar. A madeira é diferente, não é provado cientificamente que há sustentabilidade na exploração da madeira nativa. Isso não existe em lugar nenhum do mundo. Eu já falei pro pessoal do ICMBio em Brasília e eles me disseram: a senhora tem toda razão, mas infelizmente é isso que está proposto” (Entrevista, Dercy Teles, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, 2011).

Firme nessa convicção, Dercy diz que seus “questionamentos e críticas à exploração da madeira não são por acaso, estão fundamentados em vários artigos e literaturas ligadas ao tema, que demonstram a insustentabilidade das

29. Disponível em: <<http://www.ecoagencia.com.br/?open=noticias&id=VZISXRI-VONIYHpkdTxGahN2aKVVVB1TP>>. Acesso em 23 de setembro de 2012.

florestas onde ocorreu tal atividade” 30. Veja a seguir, trecho de uma petição criada pela presidente do STR na página da ONG Virtual Avaaz, solicitando ao Ministério Público Federal que proíba a exploração de madeira na Resex Chico Mendes:

“O meu nome é DERCY TELES DE CARVALHO CUNHA, sou Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, e desde 2006, quando assumimos a presidência do Sindicato, que estamos na luta contra o projeto do governo do Estado do Acre e as Empresas Madeireiras, que sob a batuta do desenvolvimento sustentável planejaram a exploração de madeira na RESERVA EXTRATIVISTA CHICO MENDES para exportação. Como compreendemos que na lógica do capital não existe sustentabilidade, resolvemos pedir apoio a conceituada comunidade da Avaaz para que nos ajude nessa batalha de salvar a RESERVA EXTRATIVISTA CHICO MENDES DA SANHA DO CAPITALISMO VESTIDO DE CAPITALISMO VERDE. Agradecemos antecipadamente o apoio”³¹.

Outras opiniões aparentemente contraditórias ou convergentes à do professor Elder Andrade de Paula e da Presidente do STR Dercy Teles são expressas no dia a dia. Vale a pena transcrever alguns trechos:

a) Aparentemente convergentes:

“(...) Eu sou contra o Manejo Madeireiro porque eu tive lá no Seringal Cachoeira e eu só vi capoeira, jurubeba e toda qualidade de espinho. Isso é uma esculhambação na mata, vixe Maria! Porque quando vai tirar as toras, quando derriba uma árvore não cai só aquela, mata muita, cai muita pequena, outras que às vezes é da mesma família, mas pequena cai, uma agoana por acaso, uma agoana tem a rama grande, quando ela cai quebra muito mato, muito pau, quebra às vezes até outra agoana nova que ninguém está vendo, é por isso que eu sou contra(...)”. (Entrevista, Sr. Otacílio Martins, 76 anos, seringueiro morador do Seringal São Pedro, Colocação Bom Levar/2012)

30. Disponível em: <<http://raimari9.blogspot.com.br/2012/08/espaco-ao-contraditorio.html>>. Acesso em 14 de agosto de 2012.

31. Disponível em: <http://www.avaaz.org/po/petition/Que_seja_proibida_a_Exploracao_de_Madeira_dentro_da_Reserva_Chico_Mendes/?!launch>. Acesso em 14 de agosto de 2012.

“Penso que os xapurienses devem refletir criticamente sobre essa tal economia verde, explicitada, em grande medida, no manejo de madeira. Em minhas andanças nos seringais este ano, vi alguns “estragos” que o manejo está fazendo no PAE Cachoeira. Sem dúvidas, o manejo está gerando aumento na renda para alguns, mas acho que isso é temporário. Todos os seringueiros do PAE Cachoeira que entrevistei mostraram-se preocupados com o manejo, mas a força do Governo e seus colaboradores é violenta na região, a favor da atividade. Eles afirmam que não tem mais caça e por aí vai. “Só no fundo da reserva”. O pessoal da Resex “ali pelos lados da Sibéria” é contra, mas não resistirão, principalmente se a ponte for construída. Um senhor me afirmou: “essa ponte vai tirar meu sossego”. Só vai beneficiar essas empresas que querem nossa madeira. Os seringueiros do PAE Cachoeira são conscientes dos prejuízos que o manejo tem causado. E que quem ganha mesmo são as triunfos da vida. Mas a TV potencializa os desejos da cidade. Para satisfazê-los precisam de dinheiro e, atualmente, o modo mais fácil de conseguir é com a madeira e com o gado. É preciso refletir criticamente sobre essas coisas”³². (Carlos Estevão Ferreira Castelo, Professor da Universidade Federal do Acre e Doutorando em História Social na USP/2012.)

b) Aparentemente contraditórias:

Assis Monteiro, membro do Conselho Fiscal da Associação de Produtores do Projeto de Assentamento Extrativista Equador, discorda da opinião do Professor Carlos Estevão:

Se fosse assim, a quantidade de famílias inseridas no manejo no PAE Cachoeira não haveria aumentado de 9 para mais de 80. Quanto à fuga da caça, isso pode acontecer sim, mas em uma proporção muito inferior a outras atividades, como a própria extração da seringa, por exemplo. No manejo, ocorre a extração da madeira em um determinado ano e, pelo modelo vigente, essa área só vai ter movimentação de pessoas 25 anos depois. Na extração do látex há circulação de pessoa em uma área muito grande num período de 2 em 2 dias³³.

32. Disponível em <<http://raimari9.blogspot.com.br/2012/07/manejo-na-Resex.html>>. Acesso em 18 de agosto 2012.

33. Disponível em <<http://raimari9.blogspot.com.br/2012/08/assis-monteiro.html>>. Acesso em 20 de agosto de 2012.

A fiscalização da área da Resex é outra discussão que aparece interligada ao Manejo Madeireiro, sendo apontado pela sociedade em geral como algo preocupante, tendo em vista que o principal órgão responsável por fazê-la (ICMBio) reconhece sua incapacidade, devido a falta de recursos materiais e humanos. Vale alertar que sem fiscalização eficiente/eficaz, as velhas práticas de exploração ilegal em larga escala podem ocorrer de forma diferenciada, justificadas e/ou camufladas sob novos discursos de Manejo Florestal Comunitário Madeireiro, Economia Verde, etc.

Em meio a tantas polêmicas, dúvidas e incertezas, um encaminhamento é certo: O destino da madeira da Resex Chico Mendes será mesmo suprir os grandes empreendimentos instalados no Estado, a exemplo da empresa Hevea, nova responsável pelo Complexo Industrial Florestal (Fábrica de Pisos - Xapuri), que estabelecerá uma cadeia entre vários setores da economia florestal. No mês de agosto de 2012, a Amoprex firmou com esta empresa o primeiro contrato de comercialização de madeira manejada através da Cooperativa dos Produtores Florestais Comunitários (COOPERFLORESTA)³⁴.

Em face desses acontecimentos e do conjunto de fatores internos e externos supracitados, fica evidenciado que a opção dos seringueiros moradores por desenvolver a pecuária bovina no interior da Resex Chico Mendes extrapola o universo pessoal, pois é permeada por um jogo de interesses entre os diversos atores sociais que configuram nesse espaço em construção. Por isso, a contenda em torno da sustentabilidade socioeconômica e ambiental tem se mostrado cada vez mais complexa, visto que esbarra em mecanismos engendrados pelo sistema capitalista, os quais por excelência são negadores de uma sociedade sustentável.

34. Disponível em: <http://www.agencia.ac.gov.br/index.php/noticias/meio-ambiente/20507-moradores-da-reserva-chico-mendes-defendem-manejo-florestal.html>. Acesso em 11 de agosto de 2012.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste livro perseguimos o objetivo de problematizar o debate sobre conservação ambiental em contextos marcados por processos de intensificação do extrativismo. Para atingi-lo analisamos documentos e referências bibliográficas que versam sobre a temática em foco, além de realizar pesquisa de campo com aplicação de questionário e entrevistas para 20 (vinte) seringueiros moradores dos Seringais Nova Esperança, Sibéria e São Pedro (Resex Chico Mendes – município de abrangência Xapuri) e algumas lideranças locais.

Os resultados apontam para o fato de que os moradores da Resex Chico Mendes têm praticado a pecuária como auxílio para sobrevivência, motivados por fatores internos e externos. Os internos estão relacionados ao colapso do extrativismo e a ineficiência/ineficácia do modelo de desenvolvimento em curso no Acre, caracterizado como sustentável. Os externos, vinculados à expansão do capital financeiro e do agronegócio no Estado do Acre.

Apesar de ser contraditória ao projeto inicial de Resex, a pecuária vem se expandindo de forma avassaladora na Reserva Extrativista Chico Mendes. Sua expansão tem estreita relação com as taxas de desmatamento dessa Unidade de Conservação. No ano de 1990 (quando a Resex foi criada) o desmatamento era de apenas 1,62% da área total, hoje já atinge 8,2%. Se o ritmo for mantido (tomando como média os anos de 2005 a 2010), no ano de 2015 ele alcançará aproximadamente 10,5% da área total da Resex, ultrapassando o previsto na legislação vigente (10%).

Há um antagonismo entre o discurso oficial do governo do Acre e a realidade socioeconômica vivida pelos seringueiros moradores da Resex Chico Mendes. No discurso é propagada a ideia de que essas populações estão vivendo em melhores condições de vida através da renda gerada pelos produtos extrativistas, entretanto, a realidade mostra o inverso, pois essas populações têm buscado crescentemente alternativas mais lucrativas para sobreviver. Um dos exemplos é a criação de gado no interior da Resex acima do permitido pela legislação ambiental vigente.

A borracha e a castanha, principais produtos do setor extrativista no Acre, permanecem com preços instáveis no mercado, levando grande parte das famílias a abandonarem efetiva ou temporariamente a atividade. Nem mesmo os subsídios governamentais (a exemplo da Lei Chico Mendes) têm sido capazes de reverter a situação. Ou-

tros produtos explorados (frutos, sementes, óleos, etc.) não conseguiram “encontrar” mercado e nem agregar preço.

Acrescenta-se a isso o fracasso de uma série de projetos considerados alternativos, executados sem vínculo com a realidade local, como é o caso da pimenta-longa, da pupunha, do café, dos financiamentos para criação de animais (galinha, porco etc.). A falta de assistência técnica, a infraestrutura inadequada são alguns fatores responsáveis por esse resultado. Há ainda que se mencionar a ausência de políticas extrativistas que levem em conta as potencialidades locais.

O irregular fracionamento das colocações (seja por compra, cessão ou herança) também é um fator de peso no avanço do gado e no desmatamento da Resex. O próprio plano de utilização dessa Unidade de Conservação prevê a legalização de 30 cabeças de gado por colocação, assim, a tendência é que quanto maior for o número de colocações em um seringal, maior será a quantidade de animais. Vale ressaltar que grande parte dos “novos moradores” compram a terra com intenção de investir na pecuária.

A pecuária bovina tem se mostrado mais lucrativa do que outras atividades extrativistas desenvolvidas na Reserva, pois é de fácil liquidez, utiliza pouca mão de obra (quase sempre a familiar) e o boi consegue se transportar sozinho em pequenas distâncias, até quando não há ramais trafegáveis. Além das vantagens econômicas que o gado oferece, há ainda as sociais, ter gado na sociedade atual é sinônimo de prestígio, poder e dinheiro, diferente da posição ocupada pelos extrativistas, vistos como pessoas atrasadas culturalmente e sem poder econômico.

A opção dos moradores por desenvolver a pecuária na Resex também está entrelaçada com a expansão dessa atividade na Amazônia. As grandes regiões (Sul, Sudeste e Centro-Oeste) estão substituindo paulatinamente a criação de gado por usos mais rentáveis da terra (cana-de-açúcar, grãos, urbanização etc.) e isso faz com que ela seja empurrada para a Região Amazônica, local de disponibilidade e bons preços de terras, além de solos férteis. Os grandes pecuaristas, interessados em expandir seus rebanhos e conquistar os mercados nacional e internacional, além de livra-se de quaisquer ônus ambientais, passam a utilizar as áreas das Reservas através do arrendamento de pastagens, criação de meia, etc. O convívio com a nova realidade/ativi-

dade e o lucro mais fácil, estimulam boa parte dos moradores a aderir essa atividade.

A BR 317 – “Estrada do Pacífico” – desponta como uma perspectiva de abertura para novos mercados consumidores da carne bovina acreana. Isso acaba afetando diretamente a Resex Chico Mendes, visto que grande parte do seu perímetro é margeada por essa rodovia, tornando-a alvo fácil para ser utilizada pelos grandes pecuaristas na expansão de seus rebanhos.

Outro aspecto considerado de grande relevância a ser destacado é a relação entre a restrição da pecuária na Resex Chico Mendes (imposta pelo grupo que governa o Acre desde 1999) e a expansão do agronegócio da madeira no Estado. Aparentemente, a restrição possui uma forte preocupação com a conservação ambiental (em especial a contenção do desmatamento), mas efetivamente o objetivo é outro: deixar os seringueiros moradores da Resex sem uma alternativa economicamente viável (gado) para que eles se insiram na prática do Manejo Florestal Comunitário Madeireiro. Assim, serão atendidos os interesses das grandes corporações e do agronegócio da madeira no Estado.

Através do novo tipo de gestão (“compartilhada”) adotada na Resex, o grupo governante vem “manipulando” o controle do território. As “manobras” são articuladas no espaço decisório – o Conselho Deliberativo da Resex Chico Mendes. É de lá que emana toda e qualquer deliberação sobre a Resex, com os próprios instrumentos de gestão (Plano de Uso, Plano de Manejo e Contrato de concessão Real de uso) servindo para “legalizar” os interesses. Vale lembrar que não há paridade nos representantes do Conselho: Apenas 31% dos Conselheiros são representantes dos moradores, os outros 69% representam os segmentos governamental e a sociedade civil.

Com foco nesses acontecimentos, resta-nos chamar a atenção para o fato de que as políticas e estratégias de desenvolvimento em curso no Acre desde 1999 não têm sido capazes de promover o rompimento da destruição do meio ambiente, tampouco a sustentabilidade socioeconômica das populações rurais, ao tempo em que reafirmam uma subordinação à lógica produtivista e aos imperativos do mercado em nível mundial. Decerto, por trás de um discurso que apregoa a adoção de práticas “ecologicamente corretas, socialmente justas e economicamente viáveis”, se oculta a expansão do modo de produção capitalista.

REFERÊNCIAS

ACRE. Governo do Estado do Acre. **Programa Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre.** Zoneamento Ecológico-Econômico do Acre Fase II: documento Síntese – Escala 1:250.000. Rio Branco: SEMA, 2006a. 354 p.

ACRE. Governo do Estado. **Diagnóstico socioeconômico e cadastro da Reserva Extrativista Chico Mendes –** Plano Resex Sustentável – Documento Preliminar – Rio Branco: Sema, 2010.

ACRE. Governo do Estado. Secretaria de Estado de Planejamento. **Acre em Números 2011.** Rio Branco, 2011.

ACRE. Governo do Estado. Secretaria de Estado de Planejamento. **Acre em Números 2006.** Rio Branco, 2006b.

ACRE. Governo do Estado. Secretaria de Estado de Planejamento. **Acre em Números 2001.** Rio Branco, 2001.

ACRE. **Lei nº 1.426 de 27 de dezembro de 2001.** Dispõe sobre a preservação e conservação das florestas do Estado, institui o Sistema Estadual de Áreas Naturais Protegidas, cria o Conselho Florestal Estadual e o Fundo Estadual de Florestas e dá outras providências. Disponível em: <http://webserver.mp.ac.gov.br/wpcontent/files/Lei_Estadual_1.426_de_2001.pdf>. Acesso em 04 de julho de 2011. Acre, 2001.

AGU/PGF/PFE-ICMBio. **Despacho nº 0093/2011/AGU/-I-CMBio.** Brasília, 2010b.

AGU/PGF/PFE-ICMBio. **Parecer nº 844/2010/AGU/PGF/PFE-ICMBio.** Brasília, 2010a.

ALLEGRETTI, M. H. **A construção social de políticas ambientais:** Chico Mendes e o movimento dos seringueiros. Tese (Doutorado em desenvolvimento sustentável – Gestão e política ambiental). Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2002, 827 p.

AMOPREX. **Plano de Manejo Florestal Sustentável Madeireiro Comunitário.** Xapuri – Acre, agosto de 2011.

AZEVEDO, L. A. M. de. **O projeto Reservas Extrativistas e as políticas públicas para as populações extrativistas da Amazônia** - o caso do estado do Acre. Dissertação (Mestrado em desenvolvimento sustentável - Política e Gestão Ambiental). Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

BRASIL. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). **Análise do Balanço de Pagamentos do Estado e a importância dos APLs no Fluxo de Comércio - Acre**. Nota Técnica 04. Rio de Janeiro, 2010.

BRASIL. **Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002**. Regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação e da Natureza-SNUC, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4340.htm>. Acesso em 10 de abril de 2011. Brasília, 2002.

BRASIL. **Decreto nº 98.897, de 30 de janeiro de 1990**. Dispõe sobre as Reservas Extrativistas e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto/Antigos/D98897.htm>. Acesso em: 06 de abril de 2011>. Brasília, 1990.

BRASIL. **Lei nº 271 de 28 de fevereiro de 1967**. Dispõe sobre loteamento urbano, responsabilidade do Loteador, concessão de uso e espaço aéreo e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0271.htm>. Acesso em 26 de janeiro de 2012. Brasília, 1967.

BRASIL. **Lei nº 11.284 de 02 de março de 2006**. Dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro - SFB; cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal - FNDF; altera as Leis nos 10.683, de 28 de maio de 2003, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, 4.771, de 15 de setembro de 1965, 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2006/lei_11284.htm>.

vil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11284.htm>. Acesso em 12 de dezembro de 2011. Brasília, 2006b.

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.** Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm>. Acesso em 06 de abril de 2011. Brasília, 2000.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente . Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis/ Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais. **Plano de Utilização da Reserva Extrativista Chico Mendes** – Acre. Brasília, 1995.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis/ Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais/AC. **Relatório do Levantamento Socioeconômico da Resex Chico Mendes e projetos de assentamento extrativistas da região do Vale do Acre Purus.** Rio Branco, abril 1992.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). **Plano de Utilização da Reserva Extrativista Chico Mendes.** Junho de 2009.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente/Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Plano de Manejo da Reserva Extrativista Chico Mendes.** Disponível em: <http://observatorio.wwf.org.br/site_media/upload/gestao/planoManejo/Plano_de_Manejo_da_Resex_Chico_Mendes.pdf>. Acesso em 22 de abril de 2011. Brasília, 2006a.

CALAÇA, M. **Violência e resistência:** o movimento dos seringueiros de Xapuri e a proposta de Reserva Extrativista. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Rio Claro – SP, 1993. 275f.

CALIXTO, Valdir de Oliveira; SOUZA, Josué Fernandes de; SOUZA, José Dourado de. **Acre:** uma história em construção. Rio Branco – Acre: FDRHCD, 1985.

COSTA, Wanderley Messias da. **O Estado e as políticas territoriais no Brasil**. 10 ed. São Paulo: Contexto, 2001.

CUNHA, Cláudia Conceição. **Reservas Extrativistas: institucionalização e implementação no Estado brasileiro dos anos 1990**. Rio de Janeiro. Tese de Doutorado (Instituto de Psicologia) Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

DUARTE, Élio Garcia. **Conflitos pela terra no Acre: a resistência dos seringueiros de Xapuri**.- Rio Branco - AC, Casa da Amazônia, 1987. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós Graduação em História - UNICAMP em 1986).

GOETTERT, Jones Dari e ALBUQUERQUE Gerson Rodrigues. **Discurso do movimento e movimento do discurso: dos empates pela terra ao “não-conflito” agrário na fala de lideranças sindicais no Acre (Amazônia - Brasil)**. Disponível em: <https://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:S44RI-fHMNzsJ:www.alasru.org/wp-content/uploads/2011/07/10-GT-Jones-Dari-Goettert.doc+discurso+do+movimento+e+movimento+do+discurso&hl=ptBR&gl=br&pid=bl&srcid=ADGEESjuZkxXrYIIRKyWw1AKCNqzXbMd4PRk7IA-gJTqq9_EelmLNnonrpN2ohBw8x1KyTkWxqPmyCXliFh7M-dciTt5kIETZO70tgvGWDh4TUoYdMIHMsn7PBGU46UTD-dzy5fdgkRBu&sig=AHIEtbTyJDhTpQcN5jAlLr1GCILCtumH-NA>. Acesso Em 27/04/2011. [Rio Branco] [2007?].

GONH, Maria da Glória. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. 3ª edição. São Paulo: Cortez, 2007.

IBGE. **Pesquisa Pecuária Municipal**, 2012.

ICMBio. **Instrução Normativa Nº 01 , de 18 de Setembro de 2007**. Disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para a elaboração de Plano de Manejo Participativo de Unidade de Conservação Federal das categorias Reserva Extrativista e Reserva de Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/in012007.pdf>>. Acesso em 20 de janeiro de 2012. Brasília, 2007.

ICMBio/RCM. **Memorando nº 51/2010 RCM, de 01 de novembro de 2010**. Do chefe da Resex Chico Mendes ao Pro-

curador Chefe Nacional do ICMBio. Assunto: Fracionamento e/ou venda irregular de colocações na Reserva Extrativista Chico Mendes – Consulta quanto à procedimentos de desocupação. Brasília, 2010a.

ICMBio/RCM. **Memorando nº 52/2010 RCM, de 01 de novembro de 2010.** Do chefe da Resex Chico Mendes ao Procurador Chefe Nacional do ICMBio. Assunto: Consulta quanto à validade de resoluções não publicadas em DOU; e a possibilidade e procedimentos para questionar, impugnar e/ou invalidar deliberações do Conselho Deliberativo da UC. Brasília, 2010b.

LELIS, Leonardo. Conselho Gestor Deliberativo da Reserva Extrativista Chico Mendes – Acre: **breves comentários sobre a gestão participativa.** Xapuri – Acre, 2011.

MAHAR, Dennis J. **Desenvolvimento econômico da Amazônia:** uma análise das políticas governamentais. Rio de Janeiro: IPEA, 1978.

MAIA. José Sávio da Costa Maia. **O desenvolvimento (in) sustentável e as novas fronteiras da sociodiversidade no vale do rio Acre na virada do século XX:** o caso dos trabalhadores extrativistas. Porto Alegre, 2009. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul).

MORAIS, Maria de Jesus. **“Acreanidade”:** invenção e reinvenção da identidade acreana. rio de janeiro, 2008. Tese de Doutorado (Programa de Pós Graduação em Geografia- Universidade Federal Fluminense).

NEGRET, Juan Felipe. **Flexibilização do capital na Reserva Extrativista Chico Mendes e seu entorno:** o cronômetro entrou na floresta. Revista Sociedade Natureza, Agosto de 2010, vol.22, no.2, p.373-390.

PANTOJA Mariana Ciavatta; COSTA Eliza Lozano; POSTIGO Augusto. **A presença do gado em reservas extrativistas:** algumas reflexões. Revista Pós Ciências Sociais. v. 6 n. 12 São Luis/MA, 2010.

PAULA, E. A.; SILVA, M. C. R. da. **Sindicalismo rural, política e ambientalismo na Amazônia.** In: SCHERER, E.; OLIVEIRA, J. A. de. (Org.) Amazônia: políticas públicas e diversidade cultural. Rio de Janeiro: Garamond, 2006, p. 109-131.

PAULA, E. A.; SILVA, Silvio Simione. **Floresta para que te quero?** Da territorialização camponesa a nova territorialidade do capital. Presidente Prudente. Revista Nera - Ano 11, nº 12. Janeiro/junho de 2008.

PAULA, Elder Andrade de. O **movimento sindical dos trabalhadores rurais e a luta pela terra no Acre:** conquistas e retrocessos. Revista Nera, Ano 7, n.5 Presidente Prudente -SP, 2004. p 86-101.

PAULA, Elder Andrade de. **Seringueiros e sindicatos:** um povo da floresta em busca de liberdade. Rio de Janeiro: UFRJ/CPDA, 1991. (Dissertação de Mestrado).

PAULA, Elder Andrade de. **(Des)envolvimento insustentável na Amazônia Ocidental:** dos missionários do progresso aos mercadores da natureza. Rio Branco: Edufac, 2005.

RCM. Conselho Gestor. **Ata da V Reunião Ordinária do Conselho Gestor da Reserva Extrativista Chico Mendes realizada nos dias 30 e 31 de outubro de 2008.** Xapuri, 2008.

RCM. Conselho Gestor. **Ata da VI Reunião Ordinária do Conselho Gestor da Reserva Extrativista Chico Mendes realizada nos dias 30 de setembro e 01 de outubro de 2009.** Brasília, 2009.

SANTILLI, J. **A distribuição socialmente injusta dos ônus gerados pelas políticas de criação e implantação de unidades de conservação ambiental em áreas ocupadas por populações tradicionais.** A visão crítica do socioambientalismo e as tentativas de superação de tais discriminações sociais através de mecanismos jurídicos criados pela Lei do SNUC. In: II Encontro ANPASS. Indaiatuba: Hotel Vitória, 2004. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro/segundo/Papers/GT/GT17/gt17_juliana_santilli.pdf>. Acesso em 30 de maio de 2011.

SERRA, Maurício Aguiar e FERNÁNDEZ, Ramón Garcia. **Perspectiva de desenvolvimento da Amazônia:** motivos para o otimismo e para o pessimismo. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 13, n. 2(23), p. 107-131 jul/dez, 2004.

SILVA, Sílvio Simione da. **A floresta como dimensão territorial:** novos e velhos apontamentos para a compreensão do desenvolvimento agrário na Amazônia-acreana. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MARQUES, Inez Medeiros; SUZUKI, Julio Cesar. (Orgs.) *Geografia Agrária: teoria e poder*. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SMERALDY, Roberto; MAY, Peter. **O Reino do gado:** uma nova fase na pecuarização da Amazônia Brasileira. São Paulo: Amigos da Terra - Amazônia Brasileira, 2008.

SOUZA, Israel Pereira Dias de. **Ambientalismo e geopolítica na Amazônia-acreana:** da criação das Resex aos corredores da espoliação. XIV Congresso Brasileiro de Sociologia, UFRJ, Rio de Janeiro, RJ, 28 a 31 de julho de 2009.

SOUZA, João José Veras de. **O “Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre”:** uma análise à luz do discurso do desenvolvimento sustentável e da cooperação internacional. Santa Catarina, 2008. Dissertação de Mestrado-Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC.

TONI, Fabiano *et al.* **Expansão e trajetórias da pecuária na Amazônia:** Acre, Brasil. Brasília: Editora UNB, 2007.



SOBRE A AUTORA:

Márcia Cristina Pereira de Melo Fittipaldy é professora na rede estadual de ensino do Acre e técnica em assuntos educacionais na Universidade Federal do Acre. Graduada em História e Mestra em Desenvolvimento Regional pela mesma instituição. Atualmente cursa o Doutorado em Biodiversidade e Biotecnologia pela Rede de Bionorte, na Ufac.

